

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS  
E LETRAS - FAFI: UMA HISTÓRIA DE  
CONQUISTAS E DIVERGÊNCIAS**



**Organizado por Zuleika Aum Attab**



## **INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS**

*Diretora*

Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira

*Vice-Diretor*

Geraldo Nunes Silva

## **COMISSÃO DE RESGATE DA MEMÓRIA**

Adelina Buzini da Costa Silva

Antonio Manoel dos Santos Silva

Eurides Mambreu

Eurípides Alves da Silva

Héstia Ettedo Tenfuss Maciel

José Roberto Ruggiero

Laerte Miola

Luiz Dino Vizotto

Maria de Lourdes Gasques

Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira

Maurizio Babini

Nilce Aparecida Lodi Rizzini

Wilson Maurício Tadini

Zuleika Aum Attab (*Coordenadora dos trabalhos*)

## **LABORATÓRIO EDITORIAL - Ibilce/Unesp**

Adriane Orenha Ottaiano (*Presidente*)

Parham Salehyan (*Vice-Presidente*)

Sérgio Leandro Nascimento Neves (*Presidente Eventual*)

Cláudia Regina Bonini Domingos

Daniela Sampaio Silveira

Gustavo Orlando Bonilla Rodrigues

Juliana Conceição Precioso Pereira

Lauro Maia Amorim

Fernanda Motta de Paula Resende

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS  
E LETRAS - FAFI: UMA HISTÓRIA DE  
CONQUISTAS E DIVERGÊNCIAS**

**1ª edição  
2016**

**Organizado por Zuleika Aum Attab**



**Edição**

Laboratório Editorial - Unesp/Ibilce

**Coordenação editorial**

João Paulo Vani  
MTB 60.596/SP

**Revisão**

Gentil Luiz de Faria

**Concepção da capa**

José Roberto Ruggiero

**Produção gráfica da capa**

João Paulo Vani

**Fotos da capa**

Arquivo institucional - Unesp/Ibilce

Todos os direitos desta edição são reservados ao Laboratório Editorial do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

Rua Cristóvão Colombo, 2265,  
Jd. Nazareth - CEP 15054-000  
São José do Rio Preto - SP

**www.ibilce.unesp.br**  
labeditorial@ibilce.unesp.br

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Ibilce/Unesp  
Câmpus de São José do Rio Preto**

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI: uma história de conquistas e divergências / Organizado por Zuleika Aum Attab - São José do Rio Preto: Laboratório Editorial - Unesp/Ibilce, 2016.

200 p. : il.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-8224-115-8

1. Educação superior - São Paulo (Estado). 2. Universidades e faculdades. 3. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto - História. I. Attab, Zuleika Aum. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 378 (816.1)

# Agradecimentos

Aos professores doutores José Roberto Ruggiero (então diretor) e Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira (então vice-diretora), pelo valioso apoio e participação;

aos depoentes que concordaram em tornar públicas suas memórias;

aos professores doutores Adelina Buzini da Costa Silva, Antonio Manoel dos Santos Silva, Laerte Miola, Nilce Aparecida Lodi, Luiz Dino Vizotto, Maria de Lourdes Gasques, Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira e Zuleika Aum Attab, pelo tempo, de mais de dois anos, dedicado ao acompanhamento e registro das entrevistas realizadas com os protagonistas desta história;

ao Prof. Dr Antonio Manoel Santos Silva, pela força ímpar na elaboração do livro;

aos professores doutores Eli Nazareth Bechara, Laerte Miola e Maria de Lourdes Gasques, pelas correções iniciais;

aos pareceristas professores doutores José Castilho Marques Neto e José Vaidergorn pela acolhida;

ao Prof. Vitorio Baratta Neto, pela detalhada leitura e revisão;

aos professores doutores Eurípedes Alves da Silva, Héstia Ettedo Tenfuss Maciel e Wilson Maurício Tadini pela criteriosa e prudente revisão da segunda versão do texto;

à Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriane Orenha Ottaiano pelas valiosas sugestões;

às secretárias Magda de Souza Alcantara Pires, Elizabete Hiromi Habaro, Neide Leiko Takemoto Matsumoto e Mariana Hodniki, pelo apoio técnico e

às entidades PROEX e FAPERP pelo apoio financeiro.

*Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab*

*Coordenadora*



# Agradecimento especial

Como testemunhas do relevante trabalho de Coordenação realizado pela Prof<sup>ª</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab, os demais membros da Comissão tornam expressos sua admiração e reconhecimento pelo incansável empenho e perseverança com os quais levou a cabo este projeto de resgate da memória da nossa FAFI.



# Notas preliminares

Foram vários os estímulos provocados por colegas e amigos para que eu retomasse e ampliasse a investigação que realizei para redigir minha Tese de Doutorado defendida em 4 de março de 1975, intitulada “A Experiência da Reforma Universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1959-1964)”.

O texto a seguir, publicado no *Diário da Região* de São José do Rio Preto, em 9 de abril de 2008, pelo Prof. Dr. Newton Ramos de Oliveira, na seção “Cartas ao Leitor”, foi um dos motivos que me moveram:

Esse jornal publicou, no dia 20 de março deste ano, entrevista da mestrandia Maria Aparecida Blatz Vasques Amorim numa matéria de autoria do jornalista Rodrigo Lima a respeito do lamentável episódio da “revolução” do dia 1º de abril de 1964, quando setores conservadores da cidade prenderam, cassaram, torturaram e processaram na Justiça Civil e Militar professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sem concederem qualquer direito de defesa.

O jornal tem sido, ao passar do tempo, um dos mais combativos órgãos da imprensa, graças a um conjunto de repórteres dentre os quais se destaca a inesquecível professora e escritora Dinorath do Valle por sua coragem e inteligência. Análises deste triste episódio do terrorismo cultural são muitas. A tese pioneira é de autoria de Zuleika Aum Attab, intitulada “A Experiência da Reforma Universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1959-1964)”. Pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), publiquei dissertação com o título de “Sapere Aude, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto nos anos de 1957 a 1964”. A professora doutora Dóris Accioly e Silva é autora da dissertação “Ensino Superior: um Estudo de Memória Social” elaborada sob a orientação da professora doutora Dulce C. A. Whitaker.

Como o saber não é estanque nem isolado, todo pesquisador precisa rever os trabalhos que têm tomado o mesmo campo como objeto de sua investigação. É o encadeamento de estudos e reflexões que fazem o conhecimento progredir, não este ou aquele campo ainda inexplorado, mas as retomadas de ensaios críticos que valorizam o trabalho acadêmico.

A oportunidade de publicar a Tese, pelo Laboratório Editorial do Ibilce, veio somente em 2011, por incentivo do então Diretor Prof. Dr. Carlos Roberto Ceron.

O livro, de 160 páginas, com o título “Reforma universitária: interações conflitantes”, norteou a construção dessas memórias (ATTAB, 2011).

Após a publicação, fui convidada pela nova Direção a lançá-lo durante as atividades de comemoração dos “cinquenta e cinco anos” desta Instituição, ocorrida em 10 de abril de 2012.

Nesse dia em que senti o verdadeiro valor e o reconhecimento do meu trabalho, saí do Ibilce com o firme propósito de retomá-lo e ampliar toda aquela investigação que havia iniciado há muitos anos. Expressei então meu interesse à Vice-Diretora, Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira, que não só apoiou meu plano como também demonstrou interesse em querer participar das investigações. O mesmo ocorreu com o Diretor Prof. Dr. José Roberto Ruggiero que se prontificou a dar total apoio ao Projeto.

A primeira providência foi formar uma comissão constituída de Professores aposentados do Ibilce, dentre os quais: Prof<sup>a</sup>. Dra. Adelina Buzini da Costa Silva; Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva; Prof. Dr. Eurípides Alves da Silva; Prof<sup>a</sup>. Dra. Héstia Ettedo Tenfuss Maciel; Prof. Dr. José Roberto Ruggiero; Prof. Dr. Laerte Miola; Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto; Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Lourdes Gasques; Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira; Prof. Dr. Maurizio Babini; Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilce Aparecida Lodi Rizzini; Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini e Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab, como Coordenadora dos trabalhos.

Para atingir o objetivo proposto, ou seja, preservar a identidade cultural da Instituição por meio do resgate de sua memória, a Comissão, designada por portaria do Senhor Diretor, passou a dedicar-se à: levantar informações escritas e orais; selecionar documentos oficiais e não oficiais; conservar o acervo fotográfico e audiovisual; redigir um livro histórico em dois períodos: FAFI (de 1957 à 1976) e Ibilce (a partir de 1976); preservar todo o material coletado e contar com os órgãos administrativos, contando para isso com o apoio desse Instituto quanto à assessoria e ao desempenho das atividades da Comissão.

No dia 10 de setembro de 2012, aconteceu o primeiro depoimento prestado à Comissão pelo Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto, após o que, sucessivamente, muitos outros foram prestados à Comissão.

Com dezenas de depoimentos em mãos, o Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva assumiu a árdua tarefa de mergulhar nesse emaranhado de informações e organizar esse livro de memórias. O grande ponto em

questão nessa publicação é a relevância da história de criação de faculdades no interior do Estado, da grande movimentação política durante a criação da FAFI. E, também, de seus percalços, suas histórias alegres, complicadas, emocionantes, absurdas e, até, assustadoras, considerando-se as turbulências do período. Alguns registros são dolorosos e mesmo comoventes, pelo envolvimento de colegas e universitários que tiveram suas carreiras ceifadas, ou foram, ainda, mais severamente punidos por simples delito de opinião.

Assim, nasceu esse primeiro volume, intitulado *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI: uma história de conquistas e divergências (1957 - 1976)*, que trouxe um resgate da história de uma Instituição que enfrentou dificuldades e injustiças, mas, que, também, graças aos esforços de muitos, logrou a crença na divulgação do saber, na busca da ciência a serviço do bem para a humanidade.

*Zuleika Aum Attab*  
*Coordenadora da Comissão*



# Prefácio

Neste momento da história, não devemos fazer nada sozinhos,  
No mínimo, entre nós mesmos.  
Quando fazemos sós, nosso crescimento e jornada espiritual têm uma parada.  
O tempo do lobo solitário acabou.  
Reúnam-se!  
Abandonem as palavras “esforço” e “conflito” de sua atitude e de seu vocabulário.  
Tudo que fizermos agora precisará ser feito de maneira sagrada,  
Em celebração...  
Nós somos aqueles que nós mesmos estávamos esperando.  
(Oraibi, Nação Hopi).

Norteados pelo pensamento da *Nação Hopi* reuniu-se, sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab, um grupo de professores, ex-alunos, funcionários e cidadãos rio-pretenses para resgatar a memória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que balizou mudanças sociais da provinciana São José do Rio Preto, a partir dos anos 50 do século passado.

O registro resgatado de depoentes que ajudaram a escrever a história da FAFI derruba mitos, estórias e descortina um véu anuviado pelo tempo e pelo desinteresse de trazê-lo à luz da verdade dos fatos.

A velha São José do Rio Preto, carente de cultura e de oportunidades para os jovens, empreendeu uma luta a partir do encerramento dos anos 40 do século passado, para sediar uma instituição de ensino superior que beneficiasse o interior de São Paulo, em especial o noroeste do estado. Após inúmeros ensaios que restaram infrutíferos, a Câmara Municipal por maioria de votos, aprova a criação da universidade de Rio Preto inviável, porém, em face da necessidade de se criar no mínimo três faculdades para receber a outorga universitária. Novos ensaios são realizados, levando-se a muitos embates com a participação da elite local e dos estudantes secundaristas. Finalmente, em 1955 a Câmara Municipal aprova a instalação de uma Faculdade de Filosofia, custeada pela municipalidade.

A FAFI é fruto de inúmeras lutas contra forças poderosas como a Universidade de São Paulo que não admitia a sua instalação sob a justificativa de que ainda não se julgasse consolidada e que o estado não deveria dispersar seus recursos com a criação de mais entes para o ensino superior. Tais forças políticas, contrárias, forçaram o Governador de São Paulo a vetar o projeto de estadualização, imediatamente derrubado pela Assembleia Legislativa.

A maioria dos docentes da nova faculdade foi formada por jovens idealistas que pretendiam romper com o modelo conservador de universidade, derrubando a cátedra, criando os departamentos de ensino e pesquisa, instituindo mecanismos para que o estudante atuasse com voz nas decisões dos cursos. Assim feito, instalou-se uma crise de opiniões, que ressurgiria quando do golpe militar de 1964, com perseguições a professores e alunos e demissões *in limine litis*.

Proporcional ao tamanho da instituição, é possível afirmar que a FAFI sofreu a maior perseguição ideológica da universidade brasileira, em face do golpe militar. Porém, registre-se que isto não partiu dos militares revoltosos, mas das chamadas forças vivas da sociedade local e de docentes contrários aos novos ares de liberdade e justiça social, assumidos pelos universitários sob a influência intelectual dos jovens professores.

Nos dias imediatos ao golpe militar foi instaurado o Processo Crime Nº 183/64, com fulcro na lei de segurança nacional, tendo como réus Franz Wilhelm Heimer e Outros x Justiça Pública do Estado de São Paulo que uma vez concluso foi remetido à Justiça Militar. Cinco anos após a Justiça Militar devolveu-o ao Fórum de São José do Rio Preto sob o argumento de que o processo era de responsabilidade civil. Em 1970 o Juízo da Comarca de São José do Rio Preto concluiu pela extinção da punibilidade dos denunciados em virtude do decurso de prazo, determinando o seu arquivamento.

A FAFI viveu a maior parte da sua história sob a arrogante imposição da ditadura, no período de 1964-1976, quando ocorreram prisões arbitrárias de docentes e alunos, invasão de suas instalações pela polícia civil e força pública, pressão psicológica sobre os que tinham pendores socializantes e até mesmo casos hilariantes, como o protagonizado por uma vestibulanda, filha de militar, ao denunciar ao pai, uma palestra que estava sendo proferida sobre revolução no auditório da instituição pelo ator Juca de Oliveira. Tratava-se de palestra sobre a revolução no teatro brasileiro. Corria o ano de 1970 e ainda haviam fantasmas pelos corredores da FAFI.

A FAFI sobreviveu aos anos de chumbo sob a égide do *SAPERE AUDI (ouse saber)*, e sua história está sendo resgatada, sem rancores, indicando

que a instituição cumpriu com o papel de formar e oferecer à sociedade, cidadãos críticos contribuindo com as mudanças sociais que os novos tempos exigiam. A velha influência política se desfez na medida em que a FAFI cresceu num horizonte cada vez mais democrático.

Se por um lado a história aqui resgatada denota conquistas e divergências que marcaram gerações, por outro lado, é de se reconhecer que o pensamento crítico que aos poucos foi percolando pela FAFI, substituindo o velho modelo de universidade, tornou-se o *essencial*, que é *invisível para os olhos*, pois *só se vê bem com o coração*, como afirma Saint-Exupéry.

Ao ler esta obra entramos em contato com o mais importante da história da FAFI: as suas conquistas.

*Prof. Dr. Arif Cais*



# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>xx</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1. Antecedentes históricos</b>	<b>xx</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2. O processo político da criação de faculdades no interior paulista</b>	<b>xx</b>
2.1 Resistências	xx
2.2 A USP começa a recuar	xx
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3. Uma faculdade em São José do Rio Preto</b>	<b>xx</b>
3.1 Histórico	xx
3.2 A proposta viável e o funcionamento da FAFI	xx
3.3 Prof. Dr. Raphael Grisi, o primeiro Diretor (1957-1961)	xx
3.4 Repercussão da notícia da criação da FAFI	xx
3.5 Os primeiros professores e funcionários	xx
3.5.1. Formas de admissão dos professores	xx
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>4. A infraestrutura: uma exigência legal</b>	<b>xx</b>
4.1 A criatividade e a improvisação	xx
4.2. A Linha do Tempo da FAFI	xx
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>5. A estadualização da FAFI no governo Jânio Quadros</b>	<b>xx</b>
5.1 As novas instalações	xx

## **CAPÍTULO 6**

### **6. Divergências e conflitos** **XX**

6.1 A gestão do Prof. Dr. João Dias da Silveira (1961-1964) **XX**

6.2 Parêntese: o torvelinho da reforma universitária **XX**

## **CAPÍTULO 7**

### **7. O golpe militar: repressão e terror** **XX**

## **CAPÍTULO 8**

### **8. A gestão do interventor Dr. José de Castro Duarte (1964-1967)** **XX**

## **CAPÍTULO 9**

### **9. A gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya (1967-1971)** **XX**

## **CAPÍTULO 10**

### **10. A gestão do Prof. Dr. Celso Volpe (1971-1975)** **XX**

## **CAPÍTULO 11**

### **11. A gestão do Prof. Dr. Fahad Moisés Arid (1975-1979)** **XX**

### **Considerações finais** **XX**

### **Referências bibliográficas** **XX**

### **Posfácio** **XX**

# Introdução

O projeto de se escrever a história do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Ibilce parece ter surgido juntamente com a própria criação deste Instituto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, ocorrida em 1976. Ao se perguntarem sobre as razões do nome – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – e sobre a forma autoritária e impositiva da política estatal com que se constituiu esta unidade universitária, muitos docentes se viram, de súbito, diante da questão da identidade da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI.

E a questão da identidade leva à busca das origens e, também, como consequência, dos processos de formação que definiram a existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Escreve o Prof. Dr. Carlos Daghljan, no início de seu depoimento (DAGHLIAN, 2012):

Marco Túlio Cícero, o grande estadista, filósofo e orador romano, disse que “a História... é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida... Ignorar o que aconteceu antes de termos nascido equivale a ser sempre criança”. Ser sempre criança, em nosso caso, como membros de uma universidade, uma instituição de nível superior responsável não só pela conservação e transmissão, mas também pela produção do conhecimento, seria ignorar seu passado de crises e conquistas que a trouxeram até onde hoje se encontra. Significa ignorar o que éramos há 50, 40 ou 30 anos. Muitos dos que aqui estão têm décadas pela frente e, por certo, terão a oportunidade de lembrar o passado, para o benefício das gerações futuras, como estamos tentando fazer hoje. A História é “um conhecimento do passado baseado em testemunhos”. Assim, meu depoimento pessoal pode, até certo ponto, ser considerado representativo da experiência de muitos colegas contemporâneos.

A busca do passado não é uma tarefa simples. Implica uma reconstituição temporal por meio de pesquisas em arquivos oficiais, em jornais, em depoimentos diversos feitos por políticos, por docentes e ex-docentes, ex-alunos e ex-funcionários, a imensa maioria dos quais

está aposentada. Ademais, a complexidade da tarefa aumenta muito na medida em que, não raro, estas pessoas se recusam ou resistem a fazer seus depoimentos. Ora por conta de mágoas profundas acumuladas ao longo do tempo, ora por se sentirem injustamente marginalizadas ou objeto de preconceitos, ora, ainda, por não quererem reavivar feridas ou ódios. Quando não, por acreditarem que não valeria a pena um resgate histórico fadado a omissões, mesmo involuntárias, a contaminações interpretativas e subjetivas, a diferentes interpretações de acontecimentos.

Entretanto, e por isso tudo, é necessário um resgate. Dessa necessidade surge este projeto, que se dá em duas frentes: a primeira faz-se pela tomada de depoimentos de ex-alunos e de funcionários e docentes, ativos ou não, depoimentos de caráter pessoal, que são histórias de vida ou que se propõem como visões de acontecimentos coletivos; a segunda realiza-se por meio deste livro que tenta registrar a narração objetiva dos fatos que se depreendem da leitura dos depoimentos, de noticiários e de arquivos gerais com algum traço institucional.

Vários fatores tornam muito complexo este resgate, dentre os quais podemos assinalar os seguintes: a diversidade dos depoimentos, muitos deles diferentes, em grau e natureza, quanto ao conteúdo das memórias referentes aos mesmos acontecimentos, quanto à intensidade das vivências e às visões dos fatos lembrados e respectivas interpretações; a ausência, em virtude de falecimento, de professores e funcionários ativos na época-objeto desta narrativa; a grande distância temporal entre o presente da narração e o passado das ações realmente acontecidas; as naturais dificuldades de despersonalização e conseqüente objetivação; e, contrariamente, as personalizações, às vezes autoglorificantes, às vezes delirantes, às vezes satíricas e raras vezes compassivas. Para contornar tais fatores ou amenizar os riscos, inicia-se pela delimitação da época.

Este livro trata do resgate da memória da FAFI, no período de vinte anos de sua existência, ou seja, de 1957 a 1976, treze dos quais sob regime da Ditadura Militar. Contemplando informações extraídas da memória, pode conter diferentes interpretações dos acontecimentos, omissões, exageros e principalmente falhas. Ao todo, contém onze itens, tratando, entre outros: dos antecedentes históricos, o registro sobre a movimentação política em torno da criação de Faculdades de Filosofia no interior do Estado enfatizando as dificuldades mais evidentes para a criação da nossa FAFI; da posterior estadualização e unificação das faculdades instaladas; da gestão dos Institutos Isolados; do torvelinho da Reforma Universitária e das turbulências políticas advindas do golpe militar de 1964, em que a FAFI, assim como os demais polos de irradiação de cultura no país, foi seriamente afetada.

Portanto este livro abrange o período que vai desde os antecedentes da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto até a transformação desta instituição isolada de ensino superior em instituto da Unesp, conhecido hoje como Ibilce – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de São José do Rio Preto.



# Capítulo 1

## Antecedentes históricos

O começo de tudo foi a fundação de uma cidade, em meados do século XIX. Mário de Andrade, no famoso poema, *Noturno de Belo Horizonte*, escreve que Minas é fruta de São Paulo: “*Minas Gerais, fruta paulista.../ Ouvi que tem minas ocultas por cá... Fruta que apodreceu// Frutificou mineira! Taratá!*” (Mário de Andrade. “Noturno de Belo Horizonte”. In: *Clan do Jaboti – Poesias Completas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1966) São José do Rio Preto, cidade paulista, é fruta de Minas, fruta que deu sementes das quais nasceram árvores. Foi fundada no dia 19 de março de 1852, dia de São José, segundo a hagiografia católica. Constitui resultado do desbravamento e da ocupação do solo do sertão paulista, em meados do século XIX, por mineiros dedicados à exploração agrícola e à criação de gado.

Um desses mineiros, Luiz Antônio da Silveira, doou parte de suas terras ao seu santo protetor, São José, para que o patrimônio originasse uma cidade. João Bernardino de Seixas Ribeiro (considerado o fundador da cidade), tendo já construído uma casa de sapé nas terras do patrimônio, liderou os moradores vizinhos que ergueram um cruzeiro de madeira e edificaram uma pequena capela para as funções religiosas. Em 20 de março de 1855, o Presidente da Província, em ato público, resolveu que houvesse uma subdelegacia no Distrito de Paz de São José do Rio Preto, vila de Araraquara, de onde se infere que o Distrito de Paz foi criado antes dessa data, embora não haja vindo à luz no documento de criação.

Em 1867, o Visconde de Taunay (escritor conhecido pela autoria do romance *Inocência* e pelo relato *A Retirada de Laguna*) pernoitou no vilarejo e registrou em seu diário o estado de penúria em que o lugar se encontrava. Em texto de trabalho acadêmico denominado: “Reforma universitária: interações conflitantes”, da Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab, pode-se ler que (ATTAB, 2011):

Em parco material histórico há registro de que São José do Rio Preto, em suas origens, era um sertão inóspito, sem a menor garantia legal, onde coexistiam ladrões, aventureiros e pioneiros. Sua primeira casa coberta de telhas hospedou

o Visconde de Taunay, fato mencionado por ele próprio em seu livro *Viagem d'Outrora*, quando de sua estada no arraial: “A povoação consta de meia dúzia de palhoças... Há uma igreja em construção e cremos que por muitos anos fique nesse estado quando não se arruíne totalmente”.

Entretanto, a tão falada Boca do Sertão, impregnada de lendas e credices, atraiu o “turco” que entrou invadindo os fundos das casas para mascatear, o forasteiro de Minas Gerais que veio a fim de proteger suas terras doadas pelo Imperador, o italiano e o espanhol, todos desejando a riqueza.

No dia 21 de março de 1879, quando fazia parte do município de Jaboticabal, a capela de São José é elevada à Freguesia; em 19 de julho de 1894, São José do Rio Preto foi desmembrada de Jaboticabal, transformando-se em município, pela Lei nº. 294. Era um imenso território, limitando-se pelos rios Paraná, Grande, Tietê e Turvo. A presença dos rios não somente indicava a fertilidade da terra, que tanto impulsionou a agricultura da região, mas servia, simbólica e realmente, como vias de acesso e penetração, conforme bem notou Prof. Dr. Newton Ramos de Oliveira, em sua dissertação de Mestrado “*Sapere Aude*” (A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto no período de 1957-1964, UFSCar, São Carlos, 1989).

No ano de 1904, foi criada, pela Lei nº 903, a Comarca de São José do Rio Preto. Em 1906, a cidade teve seu nome reduzido para “Rio Preto”. Em 1945, retomou o nome original de “São José do Rio Preto”. Com a chegada, em 1912, da Estrada de Ferro Araraquarense – EFA, a cidade consolidou-se como polo comercial de concentração de mercadorias produzidas no então conhecido “*Sertão de Avanhandava*” e de irradiação de produtos vindos da capital. Em 1951, a EFA foi estendida até a cidade de Jales. Assim, São José do Rio Preto tornava-se via de acesso ao Triângulo Mineiro, ao Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, e à Goiás.

No Brasil, na década de 50 do século XX, a ousadia e o arrojo marcaram as iniciativas tomadas em todos os setores para a promoção de seu desenvolvimento. Para entender tais ocorrências, devemos situá-las dentro do espírito da época: alastra-se pelo País a ideia de interiorização. Planeja-se e constroi-se Brasília. Abrem-se rodovias. Reivindica-se ensino para todos. Discute-se a criação de Faculdades pelo interior do Estado de São Paulo, em cidades “*cabeças de região*”.

No panorama educacional do Estado de São Paulo, sensibilizados aos apelos da juventude interiorana, políticos e elite universitária (uspiana) discutem os caminhos para a interiorização do ensino superior.

As raízes mais profundas do movimento de ideias e de reformas estão

num dos períodos mais agitados e fecundos da educação e cultura paulista, que se estende de 1955 a 1959. Nesses cinco anos – pouco mais ou menos não importa – foram instaladas no interior, sob o patrocínio do Governo Estadual, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Odontologia, de Farmácia e de Medicina, como Institutos Isolados de Ensino Superior. Vivia-se uma época marcada pelo signo da inquietação e da renovação de mentalidade. Foram essas as primeiras iniciativas oficiais para a instalação do ensino universitário paulista, após a criação da Universidade de São Paulo, em 1934.



# Capítulo 2

## O processo político da criação de faculdades no interior paulista

Se, de um lado, tornaram-se urgentes as reformas da estrutura escolar, já arcaica e insuficiente em todo o Estado, de outro, a introdução mais recente de estabelecimentos de ensino superior no interior não havia entrado na fase de pesquisa científica, metodicamente conduzida. Entre a consciência da necessidade de ampliações e de reformas, já consideradas inadiáveis, e a planificação para seu atendimento, cavou-se um fosso profundo.

Comissões foram constituídas para proceder aos estudos de tais criações que delinearão, após a reflexão crítica da situação vigente, as novas perspectivas para o desenvolvimento do ensino superior de responsabilidade do Estado.

Mais de uma centena e meia de projetos transitaram pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, propondo a criação de Faculdades de vários tipos, as quais expressavam a reivindicação de diferentes regiões do Estado em função do grande número de estudantes interessados.

### **2.1 Resistências**

As resistências vinham, principalmente, de onde nunca deveriam vir: do maior polo de radiação de cultura do Estado de São Paulo, a USP.

Os membros do Conselho Estadual do Ensino Superior e da Congregação da Universidade de São Paulo criticavam a maneira pela qual estavam sendo propostas a criação de novas Faculdades, “sem um estudo preliminar das regiões econômicas e culturais do Estado, do ponto de vista geográfico, econômico, de meios de comunicação, para se fundarem, nos seus centros de dominância, essas ou aquelas instituições de ensino superior mais necessárias, que pudessem constituir núcleos de futuras Universidades”. Procedendo-se a uma planificação na base de

estudos rigorosos e de observações metodicamente conduzidas, poder-se-ia, com maiores garantias de êxito, dirigir progressivamente a execução, criando-se Faculdades desse ou daquele tipo, a que se acrescentariam outras, no curso dos anos, para servirem a toda uma região, como centros de irradiação cultural.

O encaminhamento e a aprovação dos processos pela Assembleia Legislativa exigia um grande esforço político para resolver trâmites burocráticos: o processo enviado passava primeiro pela avaliação de várias comissões. No caso específico da criação de Escolas de Ensino Superior, eram avaliados primeiramente pela Comissão de Educação e Cultura, que necessitando de informações técnicas, com frequência solicitava parecer de mérito.

Em São Paulo, quem podia opinar eram os docentes da USP. Essa era a maior dificuldade porque a USP já havia feito suas escolhas, tomando para si várias das Escolas Superiores criadas em áreas acadêmicas e geográficas de seu interesse, tais como a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (1951), Farmácia e Odontologia de Bauru (1952) e Engenharia de São Carlos (1953), que já funcionavam de forma isolada. As faculdades de filosofia não estavam em seus planos.

Os pareceres, insistentemente contrários, dirigidos à Assembleia Legislativa eram tornados públicos por meio do Diário Oficial. Em alguns casos o parecer antes mesmo de ser encaminhado à Assembleia Legislativa era levado pelo consultor ao Conselho Universitário da USP. Isso deu origem a grandes discussões que acabaram por demonstrar a maneira como a USP concebia a criação dessas faculdades de filosofia. Sobre esse tema, o Prof. Dr. Fernando de Azevedo, titular da USP, especialista em Educação, com um curriculum vitae invejável, membro das Academias Paulista e Brasileira de Letras, várias vezes emitiu opinião contrária à criação dessas faculdades por considerar que se tratava de uma improvisação e uma aventura política.

Considerava-se também que a USP necessitava de investimentos continuados e seus docentes sentiam-se ameaçados com o surgimento de novas Escolas, com as quais deveriam repartir os poucos recursos proporcionados pelo Estado.

Esta resistência também encontrava eco no governo Lucas Nogueira Garcez que era professor da USP e conservava a mesma opinião predominante entre os docentes.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Héstia Tenfuss Maciel traz à baila, em seu depoimento também alguns detalhes que mostram em que medida se manifestava essa oposição (MACIEL, 2016):

O Prof. Dr. Antônio Augusto Soares Amora, criador e organizador da Faculdade de Filosofia e Letras de Assis em 1959, dizia que, nas congregações da USP, os professores eram constantemente interpelados sobre esse crime de 'lesa-majestade' que consistia em levar a Universidade de São Paulo para o interior do Estado, que isso desfigurava a USP que era uma Universidade de elite; que implantar uma universidade na boca do sertão era realmente um crime de 'lesa-majestade' e que isso resultaria em uma universidade caipira. Esses professores encontravam nos Editoriais do jornal O Estado de São Paulo sua voz mais combativa. "O ABUSO TEM QUE ACABAR", da edição de 7 de abril de 1960, foi uma dura crítica à criação desses Institutos, argumentando que se tratava de atos demagógicos e ações eleitoreiras que só causavam sangria financeira ao Estado.

Essa situação discricionária permanecia ainda depois de findo o governo Jânio Quadros (1955-1959), o qual já havia removido vários dos obstáculos a esse avanço educacional no interior do Estado.

## **2.2 A USP começa a recuar**

Com o passar do tempo a USP passou a sentir as limitações de sua própria organização de ensino, com alunos qualificados para ingressar em uma Faculdade, mas barrados pelo número de vagas. Surgiram várias opções como cursos noturnos, ampliação de salas de aula etc..

O fato do crescimento do número de candidatos aos cursos, principalmente de medicina, começou a agravar o quadro de escassez de vagas oferecidas pela USP, criando o problema do aluno excedente. Esse tema passou a integrar com certa frequência as reivindicações estudantis e a USP não tinha condições de atendimento rápido a essa procura.

As resistências foram paulatinamente atenuadas pela medida que tomaram os governadores, de escolher profissionais da USP, para administrar as novas Faculdades. Uma das tarefas importantes desses diretores era organizar o corpo docente. O tempo integral deveria ser exigido, a fim de que o docente permanecesse mais tempo na Faculdade e tivesse, assim, melhores condições para atualizar seus conhecimentos. Ao mesmo tempo deveria, também, assegurar um ambiente de cooperação intelectual e amistoso entre professores e estudantes.

Além disso, a responsabilidade administrativa, de início centralizada na Casa Civil, passa a ser de competência da Secretaria de Educação,

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências escapando aos poucos da área de influência da USP, embora, as autoridades integrantes dessa administração, fossem da USP procedentes.

Já nas primeiras reuniões da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, criada em 1963, se expressava uma nova maneira de pensar ao incluir a criação dessas Faculdades entre temas que deveriam merecer atenção especial.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Héstia Maciel, em seu depoimento transcreve parte desse tema sobre o qual discorreu longamente o Prof. Dr. Paulo Ernesto Tolle, primeiro presidente do Conselho Estadual de Educação:

... o que impulsiona esse movimento pró Faculdade no interior paulista, não é apenas o orgulho municipal, mas também a compreensão de que a igualdade de todo cidadão é uma farsa quando não se tem igualdade de oportunidades. E qual a oportunidade de carreira universitária que tem os moços de um município longínquo, se a Faculdade mais próxima não pode ser por ele frequentada, porque a proximidade relativa se traduzia em 4 ou 5 horas de viagem?

Não é só isso que justifica a reivindicação do interior. É também a constatação de que a sua mocidade, inconformada com a injustiça, grande parte rompe o cerco da rotina, migra para a capital e assim se desfalca o município, de muitos dos jovens que representavam importante parcela de seu futuro melhor.

A criação do Ensino Superior no interior paulista passou, então, a ser uma opção viável e até mesmo uma solução, para o que antes representava um problema.

# Capítulo 3

## Uma faculdade em São José do Rio Preto

### 3.1 Histórico

Na metade do século XX, São José do Rio Preto, situada na região noroeste do Estado de São Paulo, distante 436 km da capital deste Estado, possuía uma população de 60.000 habitantes, aproximadamente, constituída de comerciantes, pecuaristas, cafeicultores, sitiantes e lavradores. Era um município que se situava no início da transição da sociedade rural para a sociedade urbana. A camada da população que ascendia economicamente almejava, para seus descendentes, como se deu no Brasil desde o século XIX, uma escola de ensino superior, a fim de que estes, no futuro, garantissem uma posição de relevo na sociedade. Essa dinâmica de mudanças e anseios, vista de uma perspectiva mais acadêmica, foi assim descrita por Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab (ATTAB, 2011):

A “Boca do Sertão”, onde coexistiam, em meados do século XIX, ladrões, assassinos e pioneiros, tomou, por volta de 1950, uma forma urbanizada, sedimentou-se e transformou-se em uma cidade de ricos comerciantes, grandes pecuaristas e lavradores que, embora já houvessem incorporado traços da cultura urbana, estavam ainda fortemente impregnados dos padrões da cultura rural. Sendo um agrupamento urbano recente devido à origem socioeconômica dos seus elementos, não se havia ainda cristalizado nenhum valor tradicional. E essa camada enriquecida da população, que já havia ascendido economicamente, aspira agora à ascensão social para seus filhos: “pai rico, filho nobre”.

Dentro do espírito da época, o canal de ascensão social mais acessível seria o curso superior para os filhos e o diploma de normalista para as filhas. Entretanto, a proliferação indiscriminada de Escolas Normais diminuiu a consequente valorização profissional e, em decorrência, o diploma de normalista deixou de ser característica de ascensão social,

pois, em se popularizando, estava agora ao alcance de todas as camadas. Nos grandes centros, a função desempenhada pelas Escolas Normais passou a ser exercida pelas Faculdades de Filosofia, principalmente os Cursos de Letras, Pedagogia e História. Para que as filhas pudessem ascender socialmente, seria necessário que cursassem uma Faculdade de Filosofia. Contudo, isso acarretaria não só despesas, como também um deslocamento dessas moças para os grandes centros onde estavam instaladas essas Faculdades.

Os resíduos da cultura rural (demora cultural) e problemas de ordem econômica impediam que esse deslocamento fosse socialmente sancionado: o capital empatado na educação das filhas não deveria ser maior do que o despendido na educação dos filhos. [...] O objetivo final da ascensão social proporcionado às filhas seria fazer com que elas se casassem num nível social superior ao de sua família: devemos ressaltar que, somente nesse caso, o diploma não é encarado como instrumento de trabalho.

Por outro lado, a camada enriquecida era relativamente numerosa e, pelos motivos acima apontados, passou a aspirar, de maneira difusa e até certo ponto inconsciente, à criação de uma Faculdade. [...]

O horizonte sociocultural da camada enriquecida estava estruturado de tal maneira que só avaliavam a educação dessa perspectiva historicamente condicionada. Por outro lado, sendo essa camada constituída por grandes comerciantes, fazendeiros e pecuaristas, estes perceberam também as vantagens econômicas que a presença de uma Faculdade de Filosofia poderia trazer para o município, impedindo a evasão de rendas.

Emerge assim, embora de maneira difusa, nas classes abastadas, uma corrente de opiniões favoráveis à criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em São José do Rio Preto.

As origens e o desenvolvimento da percepção política desses interesses, até aflorarem em ações concretas como as apontadas acima e mais detalhadas à frente, podem ser descritas e narradas de diferentes maneiras e múltiplas perspectivas. Uma delas está exposta por Zuleika, a seguir (ATTAB, 2011):

A revolução de 1930 provocou uma série de mudanças de caráter político em nosso país: sufrágio universal, dissolução do coronelismo, eliminação do “voto de cabresto”, e emergência de líderes de origem popular, etc.

Embora essa revolução abalasse a estrutura do poder até

então vigente em muitas regiões do país, isto é, o coronelismo, nos rincões mais afastados do litoral, o coronel, senhor de “baraço e cutelo”, ainda mandava. Na cidade de São José do Rio Preto e região, o desaparecimento do coronelismo foi, como é frequente em casos análogos, lento e gradual. Por isso, somente por volta de 1945 é que surgem os primeiros políticos de origem nitidamente popular, filhos de imigrantes, que para se firmarem politicamente colocam nas suas plataformas, aspirações e reivindicações que tinham certa ressonância eleitoral. A aspiração das camadas enriquecidas em relação a uma Faculdade de Filosofia é captada de maneira empática, como forma de se conseguir dividendos eleitorais, pelos líderes políticos de origem popular (não carismáticos), pois não há ainda nenhuma tradição que os ampare. Contudo, a concretização dessa aspiração acarretou vários problemas: certas características não correspondiam às almejadas pela camada enriquecida; foi criada como escola pública, gratuita, logo moldada para atender a todos os níveis socioeconômicos. O fato dessas aspirações terem sido captadas apenas por líderes políticos de origem popular mostra não só a falta de tradição no sistema social, como também a força inexpressiva do clero de Rio Preto, na época. Se houvesse um tradicionalismo marcante, provavelmente a Faculdade de Filosofia a ser criada teria sido particular e confessional. O Colégio Santo André, provavelmente, ter-se-ia transformado na primeira Faculdade da região.

Movimentos no sentido da criação de uma Faculdade de Filosofia que se originassem diretamente da camada enriquecida não ocorreram, como realmente não poderiam ter ocorrido, pois, embora fossem homens empreendedores, nunca poderiam pretender organizar uma sociedade civil para explorar o ensino superior em nossa região. Esse comportamento é perfeitamente congruente, pois, nessa época, os elementos dessa camada, embora enriquecidos, possuíam poucas luzes e, assim sendo, dentro daquele realismo que caracteriza a mentalidade rural ou semirural, não iriam investir capitais em empreendimentos com os quais não estivessem familiarizados. Por outro lado, queriam escolas cujas anuidades não fossem dispendiosas. A aplicação de dinheiro na educação das filhas é sempre menos importante do que os gastos com a educação dos filhos. O diploma de “Doutor” pode proporcionar a um rapaz não só ascensão social, como também um instrumento de trabalho, o que não ocorria necessariamente no caso das moças, que necessitavam do diploma mais para se casarem em nível social acima do seu. Portanto, era muito natural que as iniciativas concretas para a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não

partissem de elementos da camada enriquecida.

Em decorrência desse estado de coisas, a bandeira da fundação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras só poderia ter sido empunhada por líderes políticos de origem popular que, mais afinados com a forma de ser, agir e pensar da comunidade, e visando ao prestígio e projeção pessoal na luta pelos votos, levaram a ideia avante. Contudo, a aguçada sensibilidade política desses líderes leva-os logo a perceber a inviabilidade de uma Faculdade de Filosofia particular, que teria de ser necessariamente seletiva e não lhes daria os tão almejados dividendos eleitorais. É fácil perceber também que a criação de uma Faculdade particular, naquela época, acarretaria problemas de difícil solução: financiamento, reconhecimento, composição do corpo docente, etc. Consequentemente, essa ideia não poderia vingar. Daí os líderes políticos partiram para a fundação de uma escola pública: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.

Alguns políticos dessa época, afinados com o que supunham desejos de seus eleitores, trataram de tomar as iniciativas para que se satisfizessem os anseios educacionais. Então, por caminhos os mais diversificados, foram-se definindo iniciativas para a criação de uma Faculdade. A primeira delas foi a proposta apresentada em 1949, na Assembleia Legislativa, pelo deputado Sidney Delcides de Ávila, proposta que estabelecia a criação de uma faculdade em São José do Rio Preto, vinculada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Todavia, esta proposta não vingou.

A segunda tentativa aconteceu em outubro de 1951 e consistiu não propriamente numa proposta, mas num pedido de informações sobre a primeira, pedido formulado pelo vereador João Mangini, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, à Assembleia Legislativa, que respondeu, outra vez, que não seria possível atender ao proposto em 1949.

A terceira ocorreu no dia 23 de maio de 1953, quando entra em cena o professor, também vereador, Daud Jorge Simão, que propõe requerimento de solicitação à Assembleia Legislativa para que sejam criadas três faculdades em São José do Rio Preto, a saber, as Faculdades de Direito, de Farmácia e de Odontologia. Talvez o movessem, além dos motivos políticos e dos ideais de interiorização do ensino superior, dois fatos principais: o de ser formado em Direito e em Odontologia, e o de ter conhecimento da existência da Faculdade de Farmácia e Odontologia na cidade de Araraquara. Esta proposta também foi recusada.

A quarta tentativa veio de dois aspirantes à sucessão governamental, os Deputados Estaduais Roberto Costa de Abreu Sodré (1917-1999) e Monsenhor Benedito Mário Calazans (1911-2007). Ambos propõem, por

meio do Projeto nº 834, de 17 de julho de 1953, a criação de uma Faculdade, em São José do Rio Preto, subordinada à USP. O então governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, vetou o projeto, talvez pressionado pelos gestores da USP, que teriam argumentado que tal medida traria desvantagem financeira àquela universidade, que arcaria com as despesas decorrentes da criação e manutenção da nova unidade de ensino. Frustrou-se, assim, a quarta tentativa.

Todavia, Daud Jorge Simão insistiu em seu intento. Para tanto, seguiu outro caminho. Em 12 de abril de 1955, fez à Câmara Municipal a proposta de criação da Universidade Municipal de São José do Rio Preto – UMURP, com o Projeto de Lei nº 30/55. O projeto gerou reações as mais diversas, favoráveis e contrárias, e explicitou, quando não aprofundou, divergências políticas, atrasando-se a sua aprovação. O texto acadêmico de que estamos nos valendo, dá uma versão no mínimo curiosa para as reações contrárias (ATTAB, 2011):

Na sua gênese, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras corresponde a uma aspiração de classe, de pessoas abastadas, gente de dinheiro, que desejava que suas filhas estudassem para adquirir status social. Por isso, o modo como se concretizou essa aspiração não agradou a esse grupo, que não via com bons olhos uma faculdade oficial, uma escola pública. A decisão dos líderes políticos de se instalar uma escola pública não agradou à camada enriquecida, porque, no seu modo de entender e pensar, São José do Rio Preto não necessitava de trabalhadores intelectuais e, sim, de trabalhadores braçais. A função da Faculdade de Filosofia seria apenas prover diplomas para as moças se casarem acima de seu nível. Como já foi dito, nesse momento em que a balança pendia mais para o lado político de origem popular, a camada enriquecida retraiu-se. Não se pode chegar ao extremo de dizer que segmentos dessa camada tenham tentado sabotar a ideia, pois, como homens de empresa que eram, sabiam das vantagens econômicas que uma escola desse gênero traria para o Município. Mas não prestigiaram a Faculdade de Filosofia matriculando nela suas filhas, porque, sendo uma escola pública, não poderiam influir de forma relevante na composição do seu corpo docente. Os líderes políticos, sentindo o problema, tentaram persuadir a camada enriquecida.

Dentre as manifestações favoráveis, merecem destaque as de dois militantes do magistério local: a do Prof. Rubens Cintra Damião, em ofício encaminhado à Congregação do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, e a do professor e vereador Alberto José Ismael, dirigida

à Câmara Municipal, ambas datadas de 10 de maio de 1955. A primeira considera: “bastante oportuna é a criação de cursos superiores em nossa cidade, pois outras urbes do interior, apresentando condições menos favoráveis, já as possuem”. A segunda, insiste (LODI, 2016):

Aqueles que realmente querem bem a essa nossa querida Rio Preto e por algum motivo lhe pretendem prestar um elevado serviço que marcará o início de novas realizações para nossa terra, devem, com uma cooperação desinteressada, apoiar o projeto como está redigido, de forma a não atrasar os futuros proveitosos efeitos. Conhecedor, como educador aqui radicado perto de trinta anos, das necessidades que se vislumbram no terreno educacional, acho, se me permitem a expressão, que a iniciativa já vem tarde e não é lícito a quem quer que seja objetar-lhe injunções por mais procedentes que sejam, retardando sua aplicação que deve ser imediata, satisfazendo assim as aspirações do povo desta terra e, em particular, de nossa querida mocidade, e para que não deixemos que outros municípios sem a pujança do nosso contínuem na vanguarda do ensino, como vem acontecendo.

Daud Jorge Simão era, além de vereador, professor de Química no Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves. Por causa disso, foi instado, pelos estudantes, a explicar, em artigo escrito, os principais motivos que o levavam a aspirar à criação de uma universidade municipal. Os responsáveis pelo Centro Estudantil Rui Barbosa - CERB ofereceram-lhe o espaço de *O Estudante* para publicar esse artigo. O professor publicou-o, em maio de 1955, sob o título de “O Projeto da Universidade Municipal”. Com severas críticas aos opositores do projeto, tanto políticos quanto pessoas gradadas, Daud Jorge Simão expôs não só os motivos para a criação da universidade, mas também as causas das divergências. Em certo trecho, pode-se ler o seguinte (SIMÃO, 1955):

O que não devemos, nós que acreditamos em nosso município, é perder tempo em conjecturas, em discutir no vácuo, sem prévio conhecimento da causa. Critique sim. Mas com objetividade, com verdades extraídas dos fatos e não com subterfúgios arrancados do escaninho encefálico. Não vivemos mais na era das presunções. Tudo tem que partir de dados concretos e reais. Os abúlicos e os apáticos deveriam repetir, para decorá-lo, o aforismo: “Muito ajuda quem não atrapalha”. Cabe à mocidade de hoje papel preponderante na campanha que se vem fazendo para que nosso município seja dotado de cursos superiores, não só para atingir um

objetivo pessoal para a região, principalmente para a cidade, mas, sobretudo, pelo valor que representa na esfera cultural, cívica e moral, e como fator de preservação da soberania nacional. Tiremos da frente aqueles que não acreditam nos valores culturais. Quando os cursos estiverem funcionando, busquemo-los para que se integrem na nova geração que emergirá das forças positivas que impulsionam o progresso da humanidade.

Antônio Luiz Pimentel, estudante secundarista nessa época, um entusiasmado admirador de Daud Jorge Simão, assim escreve sobre as ações estudantis a favor da criação da Universidade Municipal e o papel que desempenhou o vereador Daud Jorge Simão (PIMENTEL, 2016):

“O Estudante”, que era o jornal publicado pelo CERB, em junho de 1954, estampa em sua primeira página os retratos de Sérgio Paulo Freddi, já falecido, do Ebrahim Ali Ramadan e o meu. Nós três éramos os líderes e os cabeças do CERB, e fomos nós que iniciamos essa campanha para ter um curso de nível superior em Rio Preto.

[...]

Deixo-lhes (aos membros da Comissão) também um histórico exemplar, e peça rara, do jornal O Estudante, publicado em maio de 1955, na capa, em manchete, O Projeto da Universidade Municipal, matéria escrita pelo Prof. Daud Jorge Simão na qual ele relata os objetivos que nortearam sua visão para a criação da Universidade Municipal.[...]

Nele, o Prof. Daud expõe os fundamentos de sua obsessiva, intensa e enorme vontade e o incontido idealismo despretenhoso de ver sua Rio Preto dotada do ensino de nível superior, que teve como embrião o seu projeto, gerando a Universidade Municipal.

Na contextualização da matéria, pode-se aquilatar o tamanho da alma, do sentimento, do idealismo e da coragem que o Prof. Daud Jorge Simão cultivava na sua determinação de homem devotado ao ensino, às escolas e a sua preocupação pelo futuro da escolaridade da juventude de sua terra

[...]

Esta edição de O Estudante, publicada em maio de 1955, na minha modesta opinião, embora não possa ser unânime, constitui-se e representa indelevelmente a gênese da história da FAFI, sendo obrigatório e indispensável compor o acervo documental deste museu histórico, dada a preciosidade de seu conteúdo e, aos pósteros, competem a análise e a conclusão do fato relevante acerca da FAFI.

O artigo possibilita-nos entender as divergências havidas no momento de se debater a proposta do vereador Daud Jorge Simão.

O projeto despertara o interesse da população em geral, atraindo os estudantes à sala de reuniões da Câmara, para a Sessão Ordinária de 24 de maio de 1955. A presença deles foi diversamente interpretada: enquanto um dos vereadores protestava da tribuna contra o que considerava uma “*coação ao livre pensamento*”, outro a analisava como uma manifestação de apoio e de prestígio à iniciativa da criação da Universidade Municipal.

O Secretário Administrativo da Câmara, Prof. Jorge Khauam, registrou objeções e argumentos levantados pelos vereadores:

- a) que o Município não podia dar-se ao luxo de instalar uma Universidade Municipal, sem primeiro resolver os problemas dos prédios para os grupos escolares e parques infantis;
- b) que havia deputados empenhados junto ao Governo do Estado para conseguir o benefício de escolas superiores e, por isso, não seria justo sacrificar-se o Município, tão empobrecido, com ônus tão pesado e permanente e
- c) que instituições particulares de ensino superior tinham manifestado o desejo de implantar em nossa cidade uma Universidade particular.

Para uns, a iniciativa era “uma ação temerária ao extremo”, para outros, “inadiável”, uma necessidade premente a ser atendida. Não faltavam também os politicamente indecisos que, no decorrer dos debates, pronunciaram-se, finalmente, pela aprovação do projeto para evitar que fossem tidos como contrários aos interesses de Rio Preto.

Os estudantes manifestavam-se favoravelmente com passeatas. Membros da comunidade manifestavam-se por meio dos jornais sobre a necessidade, a oportunidade, a conveniência de cursos superiores em São José do Rio Preto. A mobilização foi geral. Os pais informavam-se pelos jornais e rádio, meios de comunicação da época.

Depois da celeuma, o Projeto de Lei nº 30/55 foi aprovado e, em seguida, sancionado e promulgado pelo Prefeito Municipal Dr. Philadelpho Gouveia Neto, por meio da Lei Municipal nº 394, de 26 de maio de 1955.

Na oportunidade, a Câmara Municipal era composta pelos vereadores José Jorge Cury (presidente), Hatim Salim (primeiro secretário), Benedito Rodrigues Lisboa, Daud Jorge Simão, Domingos Sinibaldi, Francisco Gutierrez, José Felício Miziara, Arruda Barbato, Orvásio Tancredi, Antônio Damas, Arthur Nonato, Fábio Homem de Mello, Hélio Negrelli, Sylvio Calabrezzi e Odilon Elias Ismael.

A Lei de criação da UMURP contemplava a criação dos seguintes órgãos administrativos: Conselho Geral da Universidade (CGU), Diretoria Executiva (DE) e Conselho Técnico Universitário (CTU).

O CGU era composto por 13 membros, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, de clubes de serviço, de associações da comunidade, da Ordem dos Advogados, e mais três membros a serem escolhidos dentre cidadãos de ilibada idoneidade, os quais foram nomeados pelo Decreto nº 241. Esse Conselho Geral Universitário foi presidido pelo advogado Renato Lerro.

A Diretoria Executiva era constituída por cinco membros, os quais, juntamente com os componentes do CGU, tinham como atribuição elaborar os estatutos da recém-criada Universidade.

O Conselho Técnico Universitário era formado por professores dos diversos cursos e por pessoas de notório saber, responsáveis pelas funções técnico-pedagógicas, pela orientação do ensino e de pesquisas, bem como pela elaboração do Regimento Geral da Universidade.

Antonio Luiz Pimentel, em vários trechos de seu depoimento a esta Comissão, feito em 22 de outubro de 2013, refere-se à euforia dos estudantes secundaristas e à consagração do vereador Daud Jorge Simão, quando foi aprovado o Projeto de Lei de criação da Universidade Municipal. Cinquenta e oito anos depois confessa (PIMENTEL, 2016):

Eu posso dizer (...) que eu tenho uma simpatia e uma grande admiração pelo Prof. Daud Jorge Simão, pelo que ele fez em relação ao ensino superior na cidade, além da Universidade Municipal e da FAFI, são dele os tentáculos que fizeram com que Rio Preto tenha o padrão invejável de ensino superior que tem, e, em repetindo, graças a ele, sobretudo e principalmente. Ele foi um baluarte, a pedra fundamental e o alicerce desta magnífica e monumental obra, e, em reconhecimento e gratidão, se possível fosse, novamente carregá-lo sobre nossos ombros, eu o faria, como fiz naquela memorável noite de 25 de maio de 1955, data em que foi aprovado na Câmara o seu projeto de lei criando a Universidade Municipal.

Entretanto, nessa época, a legislação federal estabelecia que, para se constituir uma universidade, era necessário a existência de cursos nas três áreas do conhecimento: biológicas, exatas e humanas. Em virtude dessa exigência, a UMURP não pôde efetivar-se.

### **3.2 A proposta viável e o funcionamento da FAFI**

Propôs-se, então, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto - FAFI, por meio do Decreto nº 249, de 28 de agosto de 1955, com os Cursos de Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas e Letras Neolatinas, da Área de Humanas, e pelo Curso de História Natural, da Área de Ciências Biológicas.

O funcionamento desses cursos ocorreu graças à solicitação do Prof. Sólton Borges dos Reis, Diretor Geral do Departamento de Educação, por meio do Ofício nº 823, de 24 de dezembro de 1955, dirigido ao diretor do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, Prof. João Deocleciano Ramos e de ordem do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, que autorizou a instalação da FAFI, no prédio do referido Instituto.

No prédio do Instituto foram reservados os seguintes ambientes para a FAFI: quatro salas de aula, dois laboratórios para o Curso de História Natural, duas saletas para a Diretoria, a Secretaria e a Tesouraria, a que se anexou uma pequena biblioteca.

Logo em seguida, os membros da Diretoria Executiva dirigiram-se em comissão a São Paulo, a fim de conseguir aval do então governador do Estado, Jânio da Silva Quadros, para a efetivação da FAFI de São José do Rio Preto. O Governador solicitou ao ex-diretor do Departamento de Educação do Estado e Diretor do Instituto de Educação Caetano de Campos, da cidade de São Paulo, as providências para a realização dos primeiros exames das condições de instalação da FAFI. Para isso, o governador autorizou por meio da Resolução nº 510, de 20 de dezembro de 1955, o afastamento do Prof. Dr. Raphael Grisi do cargo de Diretor do “Caetano de Campos”, para que colaborasse na organização da FAFI. Valendo-se desta providência, o Prefeito de São José do Rio Preto, Alberto Andaló, designou, sem titubear, com a Portaria nº 2.291, de 14 de janeiro de 1956, o Prof. Dr. Raphael Grisi como diretor da FAFI. Esse professor, agnóstico notório, gozava de ótimo conceito como educador graças à sua reconhecida capacidade e vasta experiência: tinha sido Secretário da Educação do Estado do Espírito Santo, Diretor do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, e docente responsável pelo curso de Teoria Geral da Educação, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

### **3.3 Prof. Dr. Raphael Grisi, o primeiro Diretor (1957-1961)**

Assim que foi designado como Diretor da FAFI, o Prof. Dr. Raphael

Grisi indicou o Prof. Dr. Antônio Pinto de Carvalho para o cargo de vice-diretor.

A autorização oficial para funcionamento da Faculdade foi dada por meio do Decreto Federal nº 41.061, de 27 de janeiro de 1957. Quem o assinou foi o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Foram baixados os editais visando a efetivação dos vestibulares para a segunda quinzena do mês de março de 1957. A aula inaugural, dada em 10 de abril de 1957, foi proferida pelo Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula, catedrático de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da qual era diretor. O tema dessa aula foi “As Universidades Medievais, origem e influência na segunda metade do Século XIII”. (DE PAULA, 1957).

A solenidade atraiu grande público, estando presentes professores, estudantes, familiares e autoridades representativas da comunidade. Para abrilhantar e valorizar simbolicamente o evento, houve a participação dos Dragões da Independência, enviados por ordem do governador do Estado. Cerca de duas mil pessoas ocuparam as dependências do Cine Rio Preto para assistir à essa aula inaugural.

### **3.4 Repercussão da notícia da criação da FAFI**

Cabe inserir aqui alguns episódios que exemplificam como foi recebida na região a notícia da existência dessa Faculdade.

Quando entendi o significado da palavra Faculdade já estava no segundo ano do Curso de Formação de Professores para o ensino primário, a caríssima, eficiente e saudosa Escola Normal (em Nova Granada-SP). Era 1956 e a Faculdade tinha nome, localidade e estava ao meu alcance. A recém-chegada professora efetiva de Psicologia da Educação, Licenciada Anita Buchala (que tinha um fusca prata, grande novidade do momento), iniciou a sua aula anunciando que São José do Rio Preto já possuía uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Naquele momento, senti que já se tornara possível chegar até ela [Faculdade], pois estava a apenas trinta quilômetros de distância. (SALIMON, 2016)

Nessa época espalhou-se pela região a informação de que na cidade vizinha pleiteava-se a instalação de uma Faculdade de Filosofia. A notícia gerou grande entusiasmo na juventude, que já começou a sonhar com a possibilidade de continuar seus estudos.

A divulgação dessa notícia inspiradora alimentava a cada dia mais, entre as famílias, a esperança de que seus filhos conseguissem obter uma formação superior. Os jornais e também nossos colegas de Rio Preto, que cursavam o Colegial em Mirassol, traziam a cada dia mais informações de que a Faculdade seria mesmo uma realidade. Era evidentemente um convite ao progresso!

Os alunos que concluíam o Curso Científico ou Clássico, não tinham, em sua maioria, condições financeiras para frequentar um curso superior distante de suas residências. A boa notícia da instalação da FAFI numa cidade tão pertinho de Mirassol, representou sem dúvida a possibilidade de realização de um sonho de muitos. Muitos alunos se empolgaram a ponto de, já no primeiro ano de funcionamento (1957), prestarem o exame vestibular, ingressando nos cursos oferecidos.

Foi a pedra fundamental de um projeto de enriquecimento cultural da cidade e de toda a região, que provocou mudanças benéficas a muito alunos que, diariamente, lotavam um ônibus conhecido como “Carvalhão” e se dirigiam à FAFI.

Entusiasmados com o ambiente universitário, os acadêmicos da primeira turma incentivaram outros jovens de Mirassol e região a tentar também seu ingresso. E, assim, o ônibus “Carvalhão”, durante vários anos, dirigia-se, lotado de estudantes universitários, para São José do Rio Preto. (MACIEL, 2016)

Residindo em Catanduva, pude acompanhar com interesse toda a movimentação que ocorria na cidade vizinha de São José do Rio Preto, em prol da instalação de uma Faculdade. Isso fez reviver em mim aquele desejo há muito reprimido, de ser uma estudante universitária. A expectativa na cidade onde eu morava em relação à criação de uma Faculdade tão próxima, era evidente. O entusiasmo era geral no ambiente estudantil e se refletia também nas famílias.

Nesse período, tive a oportunidade de lecionar em uma outra cidade bem mais próxima de Rio Preto, o que me levou a reviver a antiga aspiração de cursar uma Faculdade.

Foi, então, que decidi me matricular em um cursinho preparatório ministrado por alunos da FAFI. Estudei diariamente por dois meses, prestei os exames vestibulares e fui aprovada para o Curso de Pedagogia, o que ampliou muito meus conhecimentos e mudou, significativamente, minha vida. (ATTAB, 2016)

### 3.5 Os primeiros professores e funcionários

Foi durante este período que se contratou o primeiro grupo de professores, que formou a base do corpo docente da nova Instituição, até o ano de 1964. Suas diferentes origens e orientações ideológicas, suas visões e práticas de educação superior ajudam a explicar, em parte, os conflitos internos e as adversidades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, com reverberações até mesmo depois de sua transformação em unidade da Unesp. Esses professores são vistos até hoje como os pioneiros da FAFI.



O primeiro corpo docente da FAFI. De pé, da esquerda para a direita, os professores Orestes Nigro, Lúcio Antonio Olival, Luiz Dino Vizotto, Aloyzio Reis de Andrade, Norman Maurice Potter, Celso Abbade Mourão, Wilson Gomes Cantoni, Rodolpho Azzi e João Jorge da Cunha. Sentados, da esquerda para a direita, Edoardo Querin, Antonio Pinto de Carvalho, Erich Arnold Von Buggenhagen e Bruna Anna Denti.

O conjunto majoritário de professores era formado pela Universidade de São Paulo - USP, sendo, muitos deles, recrutados entre ex-alunos de excelente desempenho e já com experiência de ensino, quando estudantes, no Cursinho para Vestibular proporcionado pelo Centro Acadêmico. Eram, tais professores, concursados e ocupantes do Quadro de Ensino de Primeiro e Segundo Grau do Estado de São Paulo. Assumiram as aulas, desde o início do funcionamento da FAFI, graças à aprovação oficial de seu afastamento das escolas em que trabalhavam. Foram eles: Luiz Dino Vizotto (Zoologia), Celso Abbade Mourão (Biologia), Alberto Barbosa Pinto Dias (Botânica), Rodolfo Azzi (Psicologia Educacional), Aloysio Reis de Andrade (História da Filosofia), Lúcio Antonio Olival (Complementos

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências de Matemática), Norman Maurice Potter (Língua e Literatura Inglesa), Bruna Anna Denti (Língua e Literatura Espanhola) e Orestes Nigro (Língua e Literatura Francesa).

Foram contratados também três professores estrangeiros: Prof. Dr. Antônio Pinto de Carvalho (Língua e Literatura Latina), Prof. Dr. Erich Arnold Von Buggenhagen (Língua e Literatura Alemã) e Prof. Dr. Edoardo Querin (Língua e Literatura Italiana).

O Prof. Dr. Antonio Pinto de Carvalho, português, tradutor de Aristóteles, houvera exercido a cátedra nas Universidades de Coimbra e de Lisboa. Ao mudar-se para o Brasil, radicou-se em Vitória, capital do Espírito Santo, onde exerceu a docência como catedrático da Universidade Estadual até mudar-se para São José do Rio Preto, a convite do Prof. Grisi, como catedrático de Latim, no curso de Letras Neolatinas. Como vice-diretor, Antônio Pinto de Carvalho teve marcada presença nas ausências do Prof. Grisi, agindo sempre, nessas ocasiões, com presteza e competência.

A respeito dele, o Prof. Dr. Buggenhagen, quando recebeu o título de Professor Emérito, assim se manifestou (BUGGENHAGEN, 1978):

Quanto ao empenho da fundação da Universidade Municipal, a partir do ano de 1956, o saudoso Prof. Pinto de Carvalho prestou um serviço extraordinário. Mais do que dois anos a fio dedicou-se ao preparo administrativo da fundação deste estabelecimento, realmente sufocado num montão de papéis e documentos que, naquele tempo, tinham de circular entre o Ministério da Educação, o Município de São José do Rio Preto e a Comissão Fundadora, cujo presidente era o Prof. Dr. Rafael Grisi. Embora o Prof. Pinto de Carvalho fosse apoiado pelos autores intelectuais e os verdadeiros criadores da Universidade, o inesquecível Prefeito de então, Alberto Andaló, e o distinto Prof. Daud Jorge Simão, sempre foi, de fato, um sacrifício, pois, alcançados alguns progressos em um dado sentido, o desenvolvimento para um bom êxito subitamente parou por razões desgraçadas que influem tanto na nossa vida em geral, seja por mal entendidos, seja por apatia e indiferença dos participantes que começaram a perder o entusiasmo existente no começo da idealização do empreendimento.

Foi a nobre virtude duma infinita paciência e a longa rotina de uma vasta experiência do Prof. Pinto de Carvalho que trouxeram, enfim, a vitória da batalha. Em 1957, em março, fundou-se a Universidade Municipal. O saudoso colega de então, entretantes, não era apenas um homem de administração: era um cientista que possuía um grande acervo de conhecimentos de Filosofia e Filologia. [...] Não quero

demorar-me nos diversos méritos do Prof. Pinto de Carvalho como cientista, devo, pelo menos, aludir aos muitos trabalhos que publicou na Revista *Kriterion* e no jornal “O Estado de S. Paulo”. Pelas qualidades de seu estilo, pela constituição sólida de suas reflexões, e pela profundidade do seu conteúdo, seus trabalhos publicados têm enriquecido, desde aquela época, nossa vida cultural.

E a respeito do Prof. Dr. Edoardo Querin, no mesmo discurso, o Prof. Dr. Buggenhagen deixou as seguintes palavras (BUGGENHAGEN, 1978):

O saudoso Prof. Edoardo Querin, fundador de nosso estabelecimento, também foi e continua sendo uma personalidade de destaque. Nunca foi, é verdade, um homem da administração; temia a engrenagem e a tramitação da administração até mais do que a odiava. Foi um homem de cultura, tinha desenvolvido sua inteligência num altíssimo grau, em sublimes conhecimentos poéticos e finíssimos sentimentos. Sua cultura originou-se no convívio permanente dos grandes vultos de seu país de nascimento, em particular com Dante.

[...]

Transformou-se, já em idade avançada, em nosso Câmpus, num pesquisador, elaborando muitos artigos sobre a literatura italiana, especialmente sobre Rosmini e Manzoni, sobre a religião e a poesia nos Hinos Sagrados, mas arriscando-se também na investigação do pensamento político de Maquiavel e dos temas altamente sofisticados daqueles. [...]. Foi uma alma complicada, sim, mas, no fundo, puríssima, cuja verdadeira pátria nem foi a bela Itália nem o bonito Brasil, mas o campo da música e de uma profunda religiosidade. Prova disso, não só seu comportamento geral na vida, mas uma dessas suas frases sintetiza a importância que dava a sua atividade didática. Disse: “Conhecimento perfeito não se dá sem amor. À Realidade, que dá fecundidade na vida, não se chega por silogismos, mas por amor.” Palavras bonitas que não só exalam da religiosidade cristã, mas também do “ethos” dos grandes educadores italianos Croce e Gentile aos quais Querin deveu sua formação.

A estas palavras do Prof. Dr. Buggenhagen, devemos acrescentar que o Prof. Dr. Querin oferecia, de tempos em tempos, cursos de especialização em Estética Filosófica, todos eles gravados e depois transcritos pelo seu assistente, Prof. Valdemar Munhoz Rodrigues. Esses cursos, em 1972 e 1973, eram assistidos por ex-alunos, já licenciados, e por professores do

Curso de Letras. A Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Lourdes Gasques lembra um outro, ministrado em 1974 (GASQUES, 2016):

De março a dezembro de 1974, fiz um Curso de Aperfeiçoamento de duzentas e quatorze horas: “Relação entre Correntes Filosóficas e Literárias no mundo Ocidental”, ministrado pelos Professores Doutores Edoardo Querin e Valdemar Munhoz.

Em seu agradecimento ao Ibilce e à Unesp pelo título de Professor Emérito, Buggenhagen reparte o mérito com os já então falecidos Professores Querin e Pinto de Carvalho, afirmando que a ambos “o título simbolicamente vale da mesma maneira como para mim (...)”. Ao trazer esses estrangeiros ao primeiro plano da cerimônia que o homenageou, Buggenhagen desvia o foco de si mesmo, deixando na penumbra sua produção intelectual, suas atividades como docente e a contribuição imensa e valiosa que deu para o intercâmbio entre Brasil e Alemanha. Na saudação feita pelo representante da Congregação, este resume essa experiência (DAGHLIAN, 2012):

Toda a sua obra, que soma quase 170, entre livros, ensaios, críticas, biografias e artigos em revistas especializadas, de uma lucidez e precisão admirável, acusa, como se vê, a evolução de um espírito, voltado continuamente à pesquisa, de uma penetração cada vez mais profunda, e como! De fatos e problemas filosóficos.

Esses três estrangeiros, com sólida formação humanística, tornam-se objeto de admiração intelectual por parte dos demais professores, principalmente os de Letras e de Pedagogia. Talvez se possa presumir que tais europeus, pelo fato mesmo de terem esta origem, mas especialmente pelo fato de sua experiência em universidades tradicionais, tenham causado certo deslumbramento e provocado a emulação nos colegas mais jovens vinte ou trinta anos.

Um grupo minoritário veio de outras universidades. Da Universidade Estadual de Vitória (Espírito Santo) veio o Prof. Wilson Cantoni, formado pela USP e indicado para assumir a cadeira de Sociologia; e, formado pela Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) chegou o Prof. João Jorge da Cunha, contratado para a disciplina de Mineralogia e Petrografia.

Em 1957 e 1958, o corpo docente da FAFI distribuía-se da seguinte maneira:

**Curso de História Natural:** Prof. Celso Abbade Mourão: Biologia Geral; Prof. Luiz Dino Vizotto: Zoologia; Prof. Alberto Barbosa Pinto Dias: Botânica; Prof. João Jorge da Cunha: Mineralogia e Petrografia.

**Curso de Letras Neolatinas:** Prof. Dr. Antônio Pinto de Carvalho: Língua e Literatura Latina; Prof. Flávio Vespasiano Di Giorgi: Língua Latina; Prof<sup>a</sup>. Maria Edith do Amaral Garboggini: Língua Portuguesa; Prof<sup>a</sup>. Dra. Bruna Anna Denti: Língua e Literatura Espanhola; Prof. Orestes Nigro: Língua e Literatura Francesa; Prof. Dr. Edoardo Querin: Língua e Literatura Italiana; Prof. Samuel S. Durant: Língua e Literatura Espanhola.

**Curso de Letras Anglo-Germânicas:** Prof. Dr. Antonio Pinto de Carvalho: Língua e Literatura Latina; Prof. Flávio Vespasiano Di Giorgi: Língua Latina; Prof<sup>a</sup>. Maria Edith do Amaral Garboggini: Língua Portuguesa; Prof. Norman Maurice Potter: Literatura Inglesa; Prof. Dr. Erich Arnold Von Buggenhagen: Língua e Literatura Alemã.

**Curso de Pedagogia:** Prof. Carlos Funari Prósperi: Complementos de Matemática e Estatística Educacional; Prof. Lúcio Antônio Olival: Complementos de Matemática e Estatística Educacional; Prof. José Aloysio Reis de Andrade: História da Filosofia; Prof. Celso Abbade Mourão: Fundamentos Biológicos da Educação; Prof. Wilson Gomes Cantoni: Sociologia; Prof. Rodolpho Azzi: Psicologia Educacional; Prof<sup>a</sup>. Sarah Rottemberg: Administração Escolar; Prof. Casemiro dos Reis Filho: História da Educação.

### **3.5.1 Formas de admissão dos professores**

O modo de admissão desses professores fez-se por meio de indicações e convites, passando, alguns, por entrevistas informais, como se pode exemplificar com o caso do Prof. Buggenhagen, segundo relato da Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilce Aparecida Lodi em “Erich Arnold Von Buggenhagen no seu centenário de nascimento” (LODI, 2008):

Prof. Buggenhagen continua: “Recebi, em 1955, um telefonema de meu amigo Clemente Segundo Pinho, então Presidente da APEOESP, pedindo que eu me apresentasse com a máxima urgência no escritório do Prof. Dr. Rafael Grisi, na Rua Maria Antônia, em São Paulo. Encontrei lá o Prof. Grisi, na

companhia do Prof. Daud Jorge Simão, que me informaram sobre o plano de fundar a Universidade Municipal de São José do Rio Preto, oferecendo-me uma cátedra. Minha atividade então era na USP, na cátedra de Filosofia, do Dr. João Cruz Costa. Ofereceram-me um contrato de trabalho com imediata validade. Demorou, entretantes, mais de dois anos, até que a Universidade fosse juridicamente fundada e o ensino começasse a funcionar”.

Em vários depoimentos deparamo-nos com histórias semelhantes: relações de amizade, indicações, convites, ofertas (“algumas irrecusáveis”), disponibilidade profissional, contratos imediatos. Nessas relações de amizade, podem incluir-se as que se estabeleceram entre professores e alunos, em virtude das qualidades demonstradas por estes e percebidas por aqueles.

Prof. Orestes Nigro mostra, em seu depoimento, que praticamente saiu da condição discente para a docência (NIGRO, 2011):

Conseguí entrar na USP Maria Antônia e foi ali que concluí o ensino superior. Logo ao terminar fui convidado para lecionar na recém - inaugurada Faculdade Municipal de São José do Rio Preto. Era longe de São Paulo, mas eu não podia perder aquela oportunidade. Logo que cheguei à cidade encontrei os colegas que haviam sido contratados, a maioria deles também se formara na USP.

Prof. Dr. Celso Abbade Mourão que, como o Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto, exercia o magistério secundário graças a concurso público, assim relata como se deu sua contratação (LODI, 2008).

A razão da minha vinda para lecionar na Faculdade Isolada de Rio Preto, logo que ela foi fundada, tem duas respostas. Uma curta: fui convidado e aceitei, e uma longa: depois de licenciado, prestei concurso de ingresso ao magistério secundário e escolhi Cadeira em São José do Rio Preto e Uchoa. Já em 1956, quando começa a história da Faculdade, fui procurado pelo Prof. Rafael Grisi, por indicação do Doutor Michel Pedro Sawaya, para vir trabalhar na Faculdade. Lembrei ao Prof. Grisi da conveniência de falar com outras pessoas que, em minha opinião, estavam mais credenciadas para trabalhar no ensino universitário. Apontei a ele os nomes de Pedro Henrique Saldanha, de Luiz Edmundo Magalhães e talvez mais alguns outros. Disse-me ele haver formulado um convite ao Luiz Edmundo Magalhães, mas este não havia aceitado. Vi, então, que o convite se endereçava a pessoa de

nível de formação igual ao meu, isto é, gente recém-formada, ainda sem nenhuma qualificação especial para o magistério superior. Entendi que se eu não aceitasse, ele seria formulado a pessoas nas mesmas condições que a minha e que ninguém poderia fazer o melhor que eu, mas, o máximo, igual. Foi essa a razão de eu ter aceitado o convite.

Prof. Dr. Fahad Moisés Arid relata (ARID, 1997 – CEDEM/Unesp):

A convite da direção da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, já estadualizada, e por indicação do coordenador Geral do Curso de Geologia da FFCL da USP [...], Prof. Dr. Victor Leinz e após aprovação do CEE, assumi a Cátedra (Cadeira) de Geologia e Paleontologia, em março de 1960.

Leia-se, como outro exemplo, o caso da contratação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Elly Melara de Campos Bicudo, narrado por ela (BICUDO, 2016):

Certo dia, no final de 1959, tive que ir a São Paulo para assinar meu diploma de bacharel e licenciada em História Natural. Indo à Biologia rever o pessoal, encontrei o Prof. Celso Abbade Mourão, que estava em busca de um assistente para trabalhar em uma faculdade em São José do Rio Preto que, segundo ele, era municipal, mas estava em vias de se tornar estadual. Recebi, então, convite para esse posto e aceitei na hora. Via nisso a tão sonhada oportunidade de voltar a trabalhar em pesquisa, sem deixar o ensino, de que também sempre gostei, e não era em São Paulo, onde minha família não queria que eu estivesse.

Não foi diferente o método de contratação dos servidores técnico-administrativos. Um exemplo se encontra no depoimento de Zailda Passarini, ex-auxiliar de Biblioteca (PASSARINI, 2016):

Em 1962, ela (a Biblioteca) já estava funcionando num outro prédio localizado na Rua General Glicério, 3947, e eu, ainda interessada em trabalhar na mesma, fui conversar com o contador Antônio Augusto Lombardi Vieira, um dos seus funcionários e que era casado com a irmã de minha cunhada. Aconselhou-me realizar uma espécie de estágio experimental, sem remuneração e, se eu correspondesse aos interesses da Instituição, seria admitida. Aceitei e trabalhei dois meses na Biblioteca, auxiliando a bibliotecária Railda

de Sampaio Ferraz. Enfrentei dificuldades, principalmente financeira, pois eu ganhava para comer, mas aguentei firme até ser admitida, como extranumerário-mensalista, para exercer as funções de Escriturário, Ref. “22”, pelo Decreto nº 38.100/61, revigorado pelo de nº 40.089/62, do governador do Estado, Dr. Carvalho Pinto.

Outro relato, o de Delalande de Almeida Nascimento, que exerceu várias funções, sempre em “cargos de confiança”, aponta para o significado correto dessa modalidade de contratação, ou seja, mostra que, inicialmente, buscava-se “colocação”, que constitui uma, apenas uma, das causas de desvio de função (NASCIMENTO, 2016):

Quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começou a funcionar em 1957, ela era municipal, tanto é que os primeiros alunos matriculados pagavam uma mensalidade. O Dr. Alberto Andaló, Prefeito dessa época, colocou-me como primeira Secretária, e eu fiquei, além das funções de uma Secretaria de Curso Superior, com o compromisso financeiro de receber as mensalidades pagas pelos alunos dessa primeira turma. Eu recebia, em cada prestação, o valor Cr\$ 1.250,00 (um conto duzentos e cinquenta) e passava para um funcionário da Prefeitura.

Dois anos após seu funcionamento, em 1959, a Faculdade passou para o Estado, e eu, por não ter diploma de nível superior, fui nomeada Escriturária, pela Portaria nº 05, de 20 de abril de 1959 (Decreto nº 27.301, 1957), pelo primeiro diretor, Prof. Dr. Raphael Grisi.

Outro exemplo é o de Vanderlei Ricardo Tremura, um dos técnico-administrativos mais atuantes em iniciativas para congregar os colegas em associação de classe (TREMURA, 2016):

Fiquei sem estudar durante nove anos e, nesse período, meu pai faleceu. Decidi estudar e, em 1965, fui nomeado, por indicação do então deputado estadual Dr. Jorge Cury, pelo governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, escriturário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de SJRP e registrado a partir de 1965. Nesta minha trajetória, vários diretores foram gestores da Instituição: Dr. José de Castro Duarte, Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, Prof. Dr. Celso Volpe, Prof. Dr. Fahad Moisés Arid, Prof. Dr. Aziz Nacib Ab’Saber, Prof. Dr. Alfredo Leme Coelho de Carvalho, Prof. Dr. Antônio Espada Filho, Prof. Dr. Paulo César Naoum, Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini, Prof. Dr. Eurípedes Alves da Silva e Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Dalva da Silva.

Talvez a exceção, ou seja, a admissão por meio de concurso público, foi a que se deu com Antônio Manoel Sotello (SOTELLO, 2014):

Prestei concurso para trabalhar na contabilidade da Faculdade, informado pela Angelina Marussi, Técnica-administrativa. A inscrição foi realizada com encaminhamento da dona Vicentina Ada Gigliotti que me indicou à Tesouraria e o senhor Milton Hildebrand, senhor de cabeça branca, que depois se tornou meu amigo. Recordo-me do incidente de que o preço da inscrição era de 8 cruzeiros; dei uma nota de 10 cruzeiros e o senhor Milton disse assim: 'O troco você pega do Estado, quando você passar no concurso'. O senhor Milton já morreu, mas onde estiver, sabe que isso aconteceu exatamente assim. Então essa foi minha primeira impressão do Serviço Público. Fui aprovado em 5º ou 6º lugar no concurso; comecei a trabalhar no dia 1º de dezembro de 1970, permanecendo na FAFI até 08 de maio de 2002, quase 32 anos.

Há um caso, o do funcionário Oswaldo de Paula Filho, que praticamente cresceu junto com a FAFI, que evidencia, de modo mais detalhado, as diferentes vicissitudes e os caminhos enviesados de uma contratação, até que se iniciou a exigência de concursos. O relato é dele mesmo (FILHO, 2016):

A proximidade da FAFI possibilitou-nos ter na mesma vários amigos, e o mais ligado era o Sr. Aristides Gonçalves Primo (1962), que ocupava o cargo de Zelador. Certo dia, sua esposa, dona Eurides, foi até nossa casa e informou à minha família sobre possíveis admissões para trabalhos de serviços gerais na Faculdade, sugerindo à minha mãe que concorresse a uma das vagas. Após conversas entre família, concluiu-se que minha mãe não podia trabalhar fora de casa, considerando que tinha os filhos para cuidar.

Meu pai interessou-se pelo serviço e foi até a FAFI apresentar-se como candidato para ocupar um dos cargos, o que acabou se efetivando. Enquanto ocupou esta função, realizava na FAFI, ao mesmo tempo, alguns serviços extras como motorista e auxiliar de serviços no Setor Gráfico.

Menino ainda, muito ligado ao meu pai, tornei-me um assíduo frequentador da Faculdade, onde tive a oportunidade de conhecer e formar laços afetivos com vários professores e funcionários. Esse lugar poder-se-ia dizer, então, que era a minha segunda casa, pois, quase todos os dias, eu passava por lá. Moramos próximo à FAFI até o final de 1963. Nesse ano, a família de meu avô volta para José Bonifácio, deixando um vazio em seu lugar. Seus amigos e clientes, especialmente o Prof. Orestes, lamentaram muito.

Passaram-se cinco anos. Eu já completara onze anos e manifestava interesse em trabalhar. Consegui alguns pedaços de madeira e construí uma caixa de engraxate, com a qual ganhei uns trocados em uma barbearia próxima de casa e no Expresso Boiadeiro, aos sábados, quando os caminhoneiros chegavam de viagem. Com esse trabalho de engraxar sapatos, comprava meus refrigerantes e ia às matinês, no cine Rio Preto. Isso me deixava muito feliz e realizado.

Meu pai comentou com um de seus colegas e amigos, Sr. Aduino Abrão dos Santos, sobre sua preocupação em me deixar solto na rua e sofrer más influências. O Sr. Aduino sugeriu ao meu pai para eu trabalhar com ele no Laboratório de Lapidação, do Departamento de Geociências, para ajudar no preparo de lâminas de rochas, todos os dias, no período matutino, deixando as tardes livres para que eu pudesse frequentar as aulas do Grupo Escolar Pio X. Todo sábado ele me pagava, do próprio bolso, cinco cruzeiros, e assim eu pude continuar tomando meu refrigerante e ir às matinês normalmente. Esse seu gesto estimulava-me a ser assíduo e a trabalhar com satisfação, de modo que eu vivia arquitetando o que fazer para não parar de ter sempre um dinheirinho. Devo-lhe muito!

O Laboratório de Lapidação funcionava no quintal da FAFI, um lugar bem arborizado e com várias gaiolas grandes onde eram acomodados os animais do Departamento de Zoologia e uma estufa de plantas do Departamento de Botânica, além de outros setores de trabalho, tais como: Marcenaria, Setor Gráfico, Setor de Manutenção, Garagem, etc.

[...]

Nesse período, o Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya era o Diretor da FAFI e, como era professor da USP, vinha a Rio Preto semanalmente. Mesmo assim, ajudou-nos muito a superar aquela situação...

Um fato que exemplifica sua solidariedade e atenção, e que ficou gravado em minha memória foi quando ele caminhava, numa área próxima ao Laboratório de Lapidação, acompanhado de algumas personalidades da casa. Ao deparar-me com eles, informalmente, acenei-lhe cumprimentando-o. Num gesto simples e despretensioso, ele respondeu chamando-me pelo nome, abrindo os braços e acolhendo-me em seu colo, e, ainda caminhando certo trecho, brincou um pouco comigo, sem interromper o que discutia com os que o acompanhavam.

[...]

Em março de 1970, com treze anos, fui contratado, de forma terceirizada, com o aval de minha mãe, para trabalhar nas Seções de materiais, compras, patrimônio e contabilidade, que funcionavam conjuntamente numa casa localizada ao lado da

FAFI. Foi nessa casa que, temporariamente, morou o Zelador já citado, Sr. Aristides Gonçalves Primo. Lembro-me de meus superiores à época, Sr. Oswaldo Corrêa da Rocha, que me deu uma apostila e orientou-me nos estudos de datilografia, o que me possibilitou ser um exímio datilógrafo; e ainda o Sr. Ênio Poly, uma pessoa especial pelos seus exemplos e que me orientava para que eu desempenhasse bem as tarefas que estavam sob minha responsabilidade.

Por volta de 1970, começa aos poucos a mudança da FAFI para o atual prédio da Rua Cristóvão Colombo, no Jardim Nazareth.

Com a mudança dos setores em que eu trabalhava para o novo prédio, ainda continuei na FAFI, na Rua General Glicério, porém prestando serviços junto ao Departamento de Zoologia, preparo e limpeza de alguns materiais de laboratório, auxílio em aulas de dissecação de animais, manejo e tratamento de pequenos animais, etc., sob o comando do Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto, do qual tenho uma imagem muito forte e positiva, pois aprendi muita coisa com ele, como nomes científicos de alguns animais, trato com animais e muitas outras coisas. Um exímio educador, em todos os sentidos, muito presente nos afazeres acadêmicos. Trabalhei ali até por volta de 1972, quando também fui transferido para o prédio novo (atual Ibilce, que ainda se chamava FAFI). Na nova casa, prestava serviços junto ao setor administrativo, ainda de forma terceirizada, até próximo de completar 18 anos, quando fui orientado pelos meus superiores a deixar a Faculdade, considerando que a partir daí o Estado só podia admitir funcionários por meio de concurso público.

Tal método, que combina amizade, paternalismo, solidariedade, protecionismo e senso de oportunidade em processos de contratação, conforme atestam Prof. Flávio Vespasiano Di Giorgi, Prof. Dr. Michel Lowy, Prof. Dr. José Aloysio Reis de Andrade, Prof. Dr. Celso Abbade Mourão e Prof. Orestes Nigro, subsistiriam até um ou dois anos depois de criada a Unesp, conforme se pode ler nos depoimentos do Prof. Dr. Celso Volpe, Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Ely Melara de Campos Bicudo, Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Silva, Prof. Dr. Carlos Daghlian, Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Cória, Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília Pires Barbosa de Lima, Prof<sup>a</sup>. Dra. Orlene de Lourdes Capaldo, Prof. Dr. Alceu Dias Lima, Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna Maria Musiello, Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini, Prof. Dr. Eurípedes Alves da Silva, Prof. Dr. Lafayette Ibraim Salimon, Prof. Dr. Hygino Hugueros Domingues e outros mais. Alguns dos professores, admitidos logo depois de formados, passaram pelas experiências, quando

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências  
alunos, de estágios e monitorias, tal como narra a Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilce Aparecida Lodi (LODI, 2014):

A Faculdade decidiu contratar instrutores para integrar seu quadro docente em seus diferentes Departamentos de cada Curso. Alunos formados nas primeiras turmas foram selecionados para estas funções.

Tal procedimento foi semelhante ao adotado pela Universidade de São Paulo, em 1934, cujos professores estrangeiros contratados escolheram das primeiras turmas os alunos para formá-los como seus instrutores e assistentes. Em SJRP, o Curso de Pedagogia convidou como instrutoras: Mercia Scaranno e Nilce Aparecida Lodi, respectivamente, para as cadeiras de Psicologia e de História da Educação. O Curso de História Natural convidou, como instrutores os ex-alunos Aluísio Gallo, Adelaide Khauan, Carmelisa Terra, Yone Ferrarini, Wilson Nilo Dal Porto, Héstia Tenfuss, Eurides Mambreu.

O Curso de Letras Anglo-Germânicas convidou Noélia Vieira; e Letras Neolatinas: Waldemar Munhoz, Tieko Yamaguchi, para citar alguns. Muitos trilharam a carreira universitária, porém outros desistiram, preferindo o magistério e a administração em instituições de ensino médio.

Leiam-se, como confirmação desse procedimento ou de procedimentos semelhantes, os seguintes trechos de depoimento de:

Héstia Tenfuss Maciel (MACIEL, 2016):

No segundo semestre de 1963, ainda aluna, e estagiária de Fisiologia Vegetal, recebi uma bolsa pesquisa da FAPESP que foi muito significativa para que eu me dedicasse totalmente ao trabalho que me fora confiado. No ano seguinte, já tendo concluído o curso, meu nome foi sugerido pelo Prof. Dr. Paulo Nogueira de Camargo, para que oficialmente eu assumisse como Professora Assistente em tempo integral, todas as aulas teóricas e práticas de Fisiologia Vegetal.

Valdemar Munhoz Rodrigues (RODRIGUES, 2016):

Convidado pelo querido e saudoso Prof. Dr. Edoardo Querin, no primeiro semestre de 1965, assumi a função de Professor Assistente de Língua e Literatura Italiana em regime de tempo parcial. Após a tramitação do correspondente processo, mediante decreto do governador do Estado de São Paulo,

passei a exercer a mencionada função em RDIDP, regime em que fui confirmado depois de cumprir as atividades programadas para o estágio probatório.

Alfredo Leme Coelho de Carvalho (CARVALHO, 2016):

Quanto a mim e quanto ao meu trabalho como Professor e Diretor, darei alguns relatos. Quando fui convidado (em 1964) pelo Dr. José de Castro Duarte, em termos irrecusáveis para que assumisse o cargo, não pude recusar.

A titulação de bacharel e a licenciatura em Letras Anglo-Germânicas (pela Universidade do Brasil), a posse do Certificado de Proficiência em Inglês da Universidade de Michigan, e a aprovação em dois concursos para o magistério secundário do Estado de São Paulo autorizavam-me a aceitar o cargo.

Comecei a lecionar no Ibilce, em 1964, e, em 1969, defendi minha tese de Doutorado no mesmo Ibilce.

Orlene de Lourdes Capaldo (CAPALDO, 2016):

No início de 1965, o Prof. Dr. Dante Moreira Leite soube, na Universidade de São Paulo, que o Prof. Irineu de Moura, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, ex-aluno dele, procurava um Instrutor para a disciplina de Psicologia do curso de Pedagogia da qual ele era titular. Indicada, fui a Rio Preto conhecer o professor Irineu. A recepção foi ótima e logo depois me vi transformada em Professora da Faculdade.

Maria Cecília Pires Barbosa de Lima (LIMA, 2016):

Quando me formei (1965), fui convidada pelo Prof. Dr. Alfredo Coelho de Carvalho para trabalhar na área de inglês, em São José do Rio Preto (Instituto Isolado). Lá, já trabalhavam o Prof. Coelho, na área de Literatura Inglesa, e o Prof. Modesto Ayres Dosualdo, que ensinava Língua Inglesa, como eu.

Carlos Daghljan (DAGHLIAN, 2013):

Ter voltado dos Estados Unidos com o Mestrado foi um grande

trunfo, pois, no Brasil, os cursos de mestrado começaram a ser implantados em 1965, ano em que obtive o meu. Sabedor de meu regresso, o Prof. João Fonseca, autor do famoso Spoken English, o livro didático de inglês mais adotado nas escolas brasileiras dos anos 50 a 70 e que tinha sido meu professor na USP, informou-me que havia a possibilidade de uma vaga para mim em Rio Preto, pois a Prof<sup>a</sup>. Eloah Giacomelli, que lecionava Literatura Americana aqui, iria afastar-se. A Prof<sup>a</sup>. Eloah então me procurou em São Paulo, para confirmar meu interesse. Depois me encontrei com o então Secretário da FAFI, Mauro Fernandes, que se encontrava na capital e que me passou as instruções necessárias e colocou-me em contato com o Prof. Buggenhagen, que ficara como responsável pela cadeira de Literatura Norte-Americana, como era chamada a disciplina, e que na ocasião também se encontrava em São Paulo.

Meu primeiro contato com a FAFI foi por telefone, quando falei com o Prof. Alfredo Leme Coelho de Carvalho, o professor regente, de acordo com a nomenclatura de então, que coordenava a área de Inglês, e mostrou-se muito receptivo. Como ainda não havia concurso, o ingresso dava-se por indicação. Assim, os saudosos Professores João Fonseca, já mencionado, Paulo Vizioli, que veio a ser meu orientador de doutorado, e Kera Stevens, dos quais eu tinha sido aluno na USP, assinaram a carta de recomendação.

Lafayette Ibraim Salimon (SALIMON, 2016):

Em abril de 1965, obtive, após incansáveis gestões administrativas e políticas, o esperado comissionamento junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto para dar continuidade ao curso de Pedagogia.

Para os novos colegas e para alguns segmentos da comunidade, eu era um Diretor de Grupo Escolar, casado, quase pai, com fama de bom aluno e, acima de tudo, considerado como tendo costas quentes, pois havia conseguido o comissionamento por via política. Mais um dado: iria trabalhar na Secretaria Geral da Faculdade sob a tutela direta do Diretor Dr. José de Castro Duarte (então interventor designado), coordenando a elaboração dos relatórios de avaliação institucional da Faculdade.

[...]

Em fevereiro de 1968, fui admitido como Instrutor de Ensino da Cadeira XXIX de Administração Escolar e Educação Comparada, um ano após a licenciatura. Ministrava aulas de

Administração Escolar, Educação Comparada e Supervisão Escolar para os cursos de História Natural, Letras e Pedagogia como colaborador da Prof<sup>a</sup>. Eros Benfatti.

Maria Aparecida Cória (CÓRIA, 2016):

Meu interesse pela carreira universitária surgiu em 1964, quando, estudante ao término do segundo ano de Pedagogia na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FAFI), fui convidada pelo Prof. Dr. Irineu de Moura para estagiar no Departamento de Psicologia Educacional. Nesse estágio, orientei alunos do curso de Pedagogia em exercícios de laboratório, na área de Psicologia da Aprendizagem.

Em 1966, exerci as funções de monitora, com bolsa de estudos, junto à Cadeira de Psicologia e Fundamentos Psicológicos da Educação. Nesta atividade, continuei a orientar os exercícios de laboratório e a trabalhar com alunos que necessitavam de reforço nas diversas disciplinas sob a responsabilidade da cadeira de Psicologia e Fundamentos Psicológicos da Educação. Esse meu interesse levou-me a aceitar, em 1967, o convite formulado pelo Prof. Dr. Irineu de Moura para trabalhar como sua Assistente no curso de Pedagogia – área de Psicologia, da referida Faculdade.

Alceu Dias Lima (LIMA, 2016):

Em São Paulo, fiz o curso de Letras Clássicas, na USP, na Rua Maria Antonia, e trabalhei no Colégio São Luís. Depois, passei cinco anos na França, como bolsista do governo francês e como leitor de Português na Universidade de Lyon. Lá, fiz muitos bons amigos e convivi com o amigo Izidoro Blikstein. Na volta para o Brasil, em 1967, escolhi trabalhar em São José do Rio Preto, a convite do Prof. Sawaya, de quem me lembro com muito carinho.

Antonio Manoel dos Santos Silva (SILVA, 2016):

Era fim de ano. Passeando, num sábado, por uma das ruas centrais de Curitiba, parei para assistir à demolição de um cinema, se não me engano o cine Ritz. Fiquei ali zanzando entre grupos de pessoas, alguns dos quais colegas de

Faculdade que eu conhecia. Então me defrontei com o Prof. Guillermo de la Cruz Coronado, que me perguntou o que ia fazer da vida, depois de formado. Respondi que iria continuar dando aulas nos Colégios da cidade e que ia tentar fazer uma pós-graduação em São Paulo. (...) Foi então que ele me disse estar precisando de alguém para trabalhar com ele em São José do Rio Preto, como professor de Literatura Hispano-Americana. Confessei-lhe que tinha me preparado muito para Literatura Brasileira e que precisaria de tempo, bastante tempo, para me achar pronto para dar aulas de Literatura Hispano-Americana. Explicou-me ele que me orientaria durante o ano seguinte, em seu gabinete, em estudos sobre Literatura Hispano-Americana. Em resumo, convenceu-me a aceitar o convite. [...]

Assinei meu contrato (a título precário e em Regime de Tempo Parcial) de Instrutor de Espanhol, no dia 1º de março de 1967. Tinha 25 anos. [...]

Fiquei então sabendo pela boca do Secretário, de nome Mauro, que eu havia sido aceito provisoriamente pelo então Diretor, o juiz José Duarte, que tinha boas relações com o Prof. Dr. Guillermo de la Cruz Coronado. Não sei quem me explicou, talvez o próprio catedrático de Espanhol, que, dentro de poucos meses, meu contrato seria confirmado. Apesar dessa frágil garantia, passei a dar aulas de Literatura Hispano-Americana, segundo um esquema que havia combinado com o Prof. Coronado: na semana em que ele estivesse em Rio Preto, eu não daria aulas; na semana em que ele ficasse em Curitiba, eu daria as aulas de Literatura Hispano-Americana no horário específico e também no horário destinado à Literatura Espanhola.

Samir Felício Barcha (BARCHA, 2016):

Nessa ocasião (1963), fui convidado pelo Prof. Dr. Fahad Moysés Arid para ser auxiliar de ensino. Aceitei, mas meu contrato não saía, e ele exigia que a gente ficasse lá, no Departamento, mesmo sem o contrato.

Isso dificultou muito minha vida, tendo de acomodar compromissos no ensino secundário (trinta e sete aulas semanais), com essa frequência ao Departamento de Geologia e Paleontologia da FAFI.

José Aloysio Reis de Andrade (ANDRADE, 1995 – CEDEM/Unesp):

Quando o Governador Jânio Quadros criou a Faculdade no

interior, foi muito criticado, porque diziam que era uma proliferação do ensino superior, principalmente num Estado que estava precisando de pessoas capacitadas para seu próprio desenvolvimento.

A pessoa que foi escolhida para convocar os professores foi o Prof. Dr. Rafael Grisi, de quem eu havia sido aluno, um bom aluno, além do que ele era amigo do Néelson Costa (professor que havia conseguido para Aloysio Reis uma bolsa de estudos para a França).

Ele teve uma atitude muito interessante e sadia. A Comissão de Rio Preto pela criação da Faculdade de São José do Rio Preto decidiu que a Faculdade fosse instalada entre o Governo, o Estado e o Município. [...] Como ele (Prof. Grisi) estava recrutando professores catedráticos através de indicações, conversou comigo e com o Vizotto e ofereceu-nos condições muito boas. [...]

Vimos entusiasmados e com uma sensação de confiança no trabalho. O curso desenvolveu-se e fomos todos nomeados Professores Catedráticos Vitalícios, em março de 1957, subordinados à Comissão de Rio Preto.

#### Hygino Hugueros Domingues (DOMINGUES, 2016):

Se não me engano, foi no fim de 1969 que o Prof. Celso Volpe me telefonou, convidando-me para trabalhar na FAFI. Digase de passagem que o Prof. Celso Volpe se formou no mesmo ano que eu, também na USP, mas jamais fomos colegas numa mesma disciplina do Curso e pouco nos conhecíamos.

[...]

A proposta apresentada por ele foi a seguinte: eu viajaria as quintas-feiras à noite de trem para Rio Preto, no vagão-leito, daria em torno de seis aulas na sexta-feira e no fim da tarde poderia voltar para São Paulo de ônibus. O contrato seria pela CLT, em RTP (12 horas semanais), e ele conseguiria um afastamento não remunerado para mim junto à FAFI. Assim, eu manteria minha condição de servidor público desde que continuasse a contribuir para o IPESP (a contribuição do INPS seria deduzida do salário da FAFI), o que fiz. Como o Ensino Secundário já trilhava o caminho da decadência, principalmente depois da universalização do curso ginásial em 1968 (uma medida acertada, mas feita sem o devido planejamento), aceitei de pronto o convite. E em 1970, comecei minha nova vida, dando aulas de Álgebra Linear para a primeira turma do Curso de Matemática da FAFI e ainda parte de outro curso para o primeiro ano.

Aparecido Rubens Foss (FOSS, 2016):

Comecei a lecionar na FAFI em 1969 como Prof. no Departamento de Matemática, a convite do Prof. Dr. Celso Volpe. O curso de Licenciatura e Bacharelado em Matemática estava no seu segundo ano de existência.

Wilson Maurício Tadini (TADINI, 2016):

Em dezembro de 1973, recebi convite da FAFI para ser contratado como docente do Departamento de Matemática. Meu orientador, o ilustre matemático Prof. Dr. Alexandre Augusto Martins Rodrigues, da USP/SP, sabendo do convite, enviou uma carta ao então Diretor da FAFI, o Prof. Volpe, da qual segue parte do conteúdo (em 1998, o Prof. Volpe entregou-me a carta, momento em que tomei conhecimento de sua existência):

[...]

“Escrevo-lhe em particular sobre o Tadini, cujo talento para a matemática você conhece muito bem.

Tadini reúne todas as condições para fazer, em breve, um belo doutorado em matemática. Julgo que não se lhe deveria negar esta oportunidade; no futuro, o benefício certamente reverteria para a sua Faculdade. Assim, sinto-me inteiramente à vontade em lhe escrever, pedindo sua compreensão para esta questão e seu apoio para que Tadini possa continuar a estudar ainda por alguns anos sem assumir compromissos de ensino. Nestas condições, ele fará, sem dúvida, uma bonita carreira científica!”

Contratado pela FAFI, em 1974, transferi meu programa de Mestrado para a USP. No Departamento de Matemática, dentre inúmeros colegas, destaco os Professores Eurípides e Paulo Roberto Freitas Azevedo pela durabilidade de nossas amizades. Até hoje, passados 40 anos, mantemos estreitos laços de convivência. Durante grande parte desse tempo, fomos chamados carinhosamente, por muitos amigos, de “os três mosqueteiros”.

Após um ano de programa na USP, recebi convite para ser docente daquela instituição. Para conciliar meus compromissos com a FAFI, pedi suspensão de meu contrato de trabalho, por um ano, para que pudesse assumir as atividades acadêmicas na USP. No final de 1975, pedi prorrogação de meu afastamento, por mais um ano, o que foi negado. Diante disso e após uma profunda reflexão, decidi pedir demissão da FAFI e assumir na USP, no início de 1976, ano de nascimento da Unesp.

Anna Maria Musiello (MUSIELLO, 2016):

Em minhas conversas com a Prof<sup>a</sup>. Cória (colega de pós-graduação na USP e, na época, professora na FAFI), ela também me informou que estava sendo aberta uma vaga na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto - FAFI, onde trabalhava, e indicou meu nome ao diretor da faculdade, na época o Prof. Dr. Celso Volpe. Pouco tempo depois, a vaga foi confirmada, e fui chamada para uma entrevista.

Durante a entrevista, imediatamente ficou claro que, para as minhas entrevistadoras, eu não era bem-vinda. Enquanto explicava que na USP havia realizado a pesquisa para o doutorado como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, uma das professoras que me entrevistavam perguntou-me, em tom irônico: “E qual foi o figurão que te conseguiu essa bolsa?”.

De qualquer forma, fui aprovada pela FAFI. Meus primeiros dias de trabalho no Departamento de Educação foram inusitados. O Chefe do Departamento, Prof. Dr. Alejandro Caballero, atribuiu-me uma das salas do departamento. No dia seguinte, o Prof. Irineu de Moura transferiu-me para outra sala, menor que a anterior. No dia seguinte, o Prof. Caballero levou-me de volta à sala grande, e mais uma vez o professor Irineu mudou-me de sala. Esse jogo, que eu não entendia, repetiu-se algumas vezes até que pedi ao Prof. Caballero o favor de me deixar na sala menor. Depois o caso ficou esclarecido pelo próprio Prof. Irineu: não era admissível que eu, a última a ser integrada no Departamento, ficasse em uma sala com duas janelas, enquanto os outros professores, mais antigos, estavam instalados em salas com uma única janela.

Para complementar minhas emoções, ao ingressar na FAFI, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro, membro do Conselho Estadual de Educação, comunicou ao Prof. Volpe que eu não poderia ser contratada no Departamento de Educação por não ter a graduação em Pedagogia. Depois de ser assegurada que minhas aulas se limitariam às disciplinas referentes à Psicologia, em 22 de março de 1973, finalmente, foi aprovado formalmente meu ingresso naquela Faculdade.

O caso da contratação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna Maria Musiello aponta para um fato novo: a existência de uma entrevista com professores do Departamento, após a indicação de uma amiga. Esse procedimento já seria comum a partir de 1975, quando se vislumbrava a criação da Unesp, que

incorporaria todos os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

A passagem pelo concurso público era, portanto, coisa rara, mas aconteceu no caso do Prof. Dr. Laerte Miola em 1971, quando ingressou, depois de aprovado, no Departamento de Geociências, onde atuou na área de Química Orgânica.

## Capítulo 4

# A infraestrutura: uma exigência legal



Instituto Estadual de Educação Monsenhor Gonçalves: no destaque a ala ocupada pela FAFI, entre 1957 e 1960.

No andar térreo, instalaram-se dois laboratórios para aulas teóricas e práticas do curso de História Natural e, no andar superior, salas de aula para os cursos de Pedagogia, de Letras Neolatinas e de Letras Anglo-Germânicas.

Os laboratórios preparados para as disciplinas de Zoologia, Biologia, Botânica e Mineralogia foram planejados, no segundo semestre de 1956, pelos professores Luiz Dino Vizotto, Celso Abade Mourão, Alberto Barbosa Pinto Dias e João Jorge da Cunha. As mesas destes laboratórios, construídas com tampo de fórmica, tinham, abaixo, uma divisão de madeira, para guardar materiais. Todas as mesas possuíam instalações elétricas para as aulas práticas de microscopia e banquetas rotatórias graduadas.

Um número expressivo, embora não suficiente, de microscópios foi doado: quatro deles, pelo Instituto Adolfo Lutz, e nove, pela Prefeitura Municipal. Outros, microscópios estereoscópicos ou lupas (apenas cinco), foram

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências comprados. Tendo em vista a insuficiência de número de aparelhos, cada um era usado por dois alunos, alternadamente, durante a mesma prática.

Os materiais utilizados nas aulas práticas foram obtidos por meio de coletas feitas pelos quatro professores de História Natural, durante o segundo semestre de 1956. Foram adquiridas coleções de lâminas para microscopia e aquários para plantas e animais.

Coletaram-se insetos, crustáceos e aracnídeos da região, organizaram-se herbários, coleções de esqueletos de diversos vertebrados e de minerais e rochas. Para ilustrar as aulas, foi adquirido um epidiascópio, sendo as superfícies de suas placas de vidro confeccionadas pelos professores, com desenhos a nanquim.

Servindo como gabinetes para os professores, foram construídos, ao fundo dos dois laboratórios, mezaninos, abaixo dos quais ficavam armários e caixas de materiais coletados na região. Apesar dessa estrutura precária, a Faculdade teve autorização para funcionar.

Tendo em vista que o Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves não tinha espaço suficiente para o desenvolvimento das atividades, a Prefeitura Municipal alugou, em 1958, um prédio, de dois andares, situado na Rua Presciliano Pinto, nº. 986, esquina com a Rua Silva Jardim, ao lado do Instituto, instalando-se aí salas de aula e biblioteca.



Prédio alugado pela Prefeitura Municipal, na esquina das ruas Presciliano Pinto e Silva Jardim, em frente ao Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves.

Anexou-se, então, um espaçoso pátio, em cujos fundos havia cinco pequenas salas onde se instalaram: na primeira, o gabinete de Zoologia; na segunda, a criação de serpentes, gambás e ratos; na terceira, um depósito para preparação de alimentos e a manutenção de um minizoo, constituído por gaiolões junto às paredes que ladeavam o pátio. Neste minizoo, encontravam-se quatis, coelhos, cobaias, macacos, cachorro-do-mato, gato-jaguarundi, periquitos e pássaros da região. Numa quarta sala, foi instalado um pequeno laboratório de Psicologia Experimental. A quinta serviu para um ambiente refrigerado destinado à criação de *Drosophila* que atendia às aulas de Genética.

Sobre a precariedade das instalações e de equipamentos, nesse início, há um relato significativo feito pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Bicudo (BICUDO, 2016):

Mas voltando às consequências de eu ter vindo para São José do Rio Preto, o lado ruim dessa decisão foi que minha história no Ibilce teve uma fase muito difícil.

[...]

Quando cheguei, a então denominada cadeira de Biologia (mais tarde tornou-se Departamento), onde eu pretendia fazer pesquisas, tinha pouco mais do que uma mesa e duas cadeiras. O trabalho com a mosca *Drosophila*, que na época era o principal material de estudos em Genética em todo o mundo, e era o objeto de toda a minha experiência em pesquisa, exigia muito mais: microscópio estereoscópico (lupa), câmara de temperatura constante, equipamento e material para o preparo dos meios de cultura e equipamento para esterilização do meio, pronto. Esses eram os elementos fundamentais. Na época, o professor Mourão estava iniciando um trabalho de pesquisa em Genética Humana, área que era ainda incipiente no Brasil e mesmo no mundo. Também resolvi aderir à Genética Humana. Os projetos que tínhamos, nessa área, não exigiam equipamentos especiais nem precisávamos alimentar as pessoas envolvidas, como era preciso fazer com as moscas. Pouco depois, nós desistimos da Genética Humana, por razões diferentes [...] e voltei à ideia de trabalhar com *Drosophila*. O Prof. Mourão resolveu também aderir a ela. Mesmo sem os recursos básicos, tentamos a criação dessas moscas para estudo. Eu trouxe algumas linhagens do estoque da USP, mas o esforço, repetido muitas e muitas vezes, de cozinhar o meio de cultura em uma pequena panela, com ingredientes que comprávamos na farmácia (ágar-ágar) e no mercadinho (bananas), e levar o meio de cultura, pronto, de táxi pago por nós, ao Instituto Adolfo Lutz para ser esterilizado, foi em vão. Por não termos câmara de

temperatura constante, o meio de cultura “melava” sob efeito do calor excessivo da região de Rio Preto, e as moscas morriam (lembramos que, nesse tempo, aparelhos de ar-condicionado eram inexistentes).

Nosso problema fundamental era obter recursos, coisa que, na época, parecia impossível. A Faculdade não nos fornecia, e o único órgão de fomento era o CNPq, que só atendia portadores do título de Doutor. Assim, estabelecia-se o círculo vicioso: sem doutoramento, sem auxílio financeiro, sem material, e sem pesquisa, sem o título de Doutor, que quebraria o círculo.

Então, lentamente, os ventos começaram a soprar a nosso favor. A Faculdade, já estadualizada, mudou-se do Instituto Monsenhor Gonçalves, onde funcionava precariamente, para um hospital adquirido pela prefeitura, do médico Dr. Loft João Bassit e doado à Faculdade. Nele, havia uma sala de esterilização e um laboratório onde se poderia manipular o material. Foi uma grande alegria. Faltava a câmara de temperatura constante, que eu financeiei com gosto. Faltava também a lupa para análise das moscas. Esta foi conseguida junto à recém-criada FAPESP, por intermediação de meus ex-professores da USP [...] e mais o Prof. Dr. Warwick Estevam Kerr, outro grande mestre, especialista em abelhas, que foi muito importante para o desenvolvimento da Biologia nesta Faculdade.

#### **4.1 A criatividade e a improvisação**

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Adelina Buzini, ex-aluna e depois professora, lembra-se assim dessas dificuldades (COSTA SILVA, 2016):

Os laboratórios das diferentes disciplinas eram utilizados quase que exclusivamente para aulas práticas. Os Professores iniciaram suas pesquisas com muito sacrifício e, no caso das disciplinas de Genética, o Prof. Celso e a Prof.<sup>a</sup> Hermione levavam seus meios de cultura para *Drosophila* até as dependências do Instituto Adolfo Lutz, da cidade, onde procedia à esterilização, técnica essencial para a cultura das moscas. Eles alugavam táxis para o transporte dos meios, assim como despendiam de seus salários para a compra de materiais.

Na época, era difícil obter recursos, pois a única Agência de Fomento, o CNPq, exigia doutorado para aprovar pedidos de auxílio, e os pesquisadores iniciantes, sem recursos, retardaram a obtenção de suas titulações.

Os cuidados e tratos dos animais do minizoo ficaram sob a responsabilidade dos senhores Augusto Alves da Rocha e João Cualheta. Eficientíssimos, ambos prestaram extraordinária colaboração tanto nesse início como posteriormente, permanecendo na Instituição até completarem o tempo de aposentadoria, quando receberam justa homenagem por meio de placa comemorativa e fotos no Biotério do Ibilce.

Um acontecimento curioso e digno de registro: um urubu, durante longo período de tempo, comparecia diariamente ao pátio, para receber pedaços de carne. Tornou-se manso, a ponto de acompanhar as pessoas que ali circulavam.

A criação do Biotério despertou o entusiasmo de diversos visitantes, a ponto de alguns destes doarem animais da região, inclusive os mortos por atropelamento. Isto impulsionou os professores de Zoologia a promoverem, em julho de 1958, o primeiro Curso de Taxidermia para universitários e para outras pessoas que tivessem interesse pelo tema. A finalidade do Curso foi a de não só aprimorar conhecimentos sobre o habitat dos animais, como também orientar sobre os cuidados com o manejo, a coleta e o transporte de animais até o laboratório, onde seriam empregados os métodos de anestesia, fixação e conservação, quer por via de líquidos (álcool, formalina, Bovin, Zenker, Bicromato, etc.), quer por via seca, principalmente com relação aos artrópodes. Quanto aos vertebrados (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos), poderiam ser conservados tanto por via líquida ou pelo processo de Taxidermia quanto por preparações osteológicas (crânios e esqueletos).

Houve certa regularidade na oferta do Curso de Taxidermia, pois há um registro sobre ele ter sido oferecido em 1964 (CAIS, 2016):

Em 1964, a Prof<sup>a</sup>. Ione encaminhou-me à FAFI, então situada na Rua General Glicério, 3947, para fazer um curso de Taxidermia com o professor Vizotto, dois dias por semana. O técnico que me auxiliou foi o Senhor João Qualheta, um exímio taxidermista a quem mais tarde homenageamos no Departamento de Zoologia, expondo sua foto junto ao Biotério. O primeiro animal que taxidermizei foi um sapo-cururu que permaneceu muitos anos em minha posse. O Senhor João era muito ciumento de sua arte e quando estava para finalizar um, isto é, para dar o toque final, pedia para que buscássemos alguma coisa longe de seus olhos – um pedacinho de arame, por exemplo – negando, desta forma, o “pulo-do-gato” na finalização do trabalho.

Nos primeiros anos, as atividades dos cursos realizaram-se graças a muita criatividade, bastante improvisação, denodo e persistência de docentes e funcionários, além de séria dedicação dos alunos. Usou-se muito o apostilamento dos conteúdos por meio do mimeógrafo, assim como foram aproveitados equipamentos auxiliares, hoje considerados rudimentares, tais como epidiascópio, episcópio, diascópio, retroprojeto e projetor de slides.

Sobre a vida escolar, ou melhor, sobre o relacionamento entre alunos, entre estes e os professores, e o rigor das avaliações sobre conteúdo, Adelina Buzini, que fez sua graduação entre 1961 e 1964, no Curso de História Natural, escreve (COSTA SILVA, 2016):

O grupo de alunos era muito dedicado e, vencidos os contatos iniciais entre alunos da cidade e os de outras localidades, estabeleceu-se ambiente amigável e propício para o estudo.

O relacionamento entre alunos e professores era saudável, exigindo muito estudo e dedicação. As aulas eram ministradas em período integral, estendendo-se muitas vezes para o período noturno e mesmo em fins de semana.

As aulas teóricas eram ministradas, em sua maioria, no período da manhã, e os alunos acompanhavam com apostilas, esquemas na lousa e principalmente anotando com afinco o que era ensinado. Ficávamos deslumbrados com cada informação, pois pouco era do nosso conhecimento, em cursos precedentes. Os livros eram, com frequência, editados em língua estrangeira, de difícil acesso e poucos constavam da biblioteca.

As aulas práticas eram ministradas nos primeiros laboratórios, organizados pelos professores com auxílio de técnicos treinados para as diferentes funções, de acordo com as diferentes disciplinas. Poucos microscópios eram usados em rodízio, a fim de visualizarmos plantas e animais coletados por docentes, funcionários e, algumas vezes, pelos próprios alunos.

O respeito pela figura dos docentes e o agradecimento aos serviços de laboratório e aos da infraestrutura permitia uma camaradagem entre alunos e o pessoal dos Departamentos.

Estudávamos muito, e as avaliações eram longas e penosas. Os conceitos atribuídos aos alunos eram com muito rigor, com destaque para a melhor nota de algumas disciplinas, que não passava de 7,0 (sete), e ficavam afixadas para que todos tomassem conhecimento do desempenho de cada um.

Ione Maria Ferrarini Bozzani, ex-aluna, componente da primeira turma, refere que as dificuldades causadas pela precariedade de espaço e

pela falta de materiais e de equipamentos eram superadas pelos esforços de todos, professores, alunos e funcionários. Escreve (BOZZANI, 2016):

Guardo fortes lembranças desses primeiros tempos. Professores empenhados em ensinar. As aulas eram ministradas em tempo integral. Não havia auxiliares de laboratório ou Professores Assistentes. O mesmo professor que ministrava as aulas teóricas em um período, ele mesmo preparava o material e a sala para as práticas em outro período. Tínhamos que anotar tudo, pois os livros, além de raros, eram em outros idiomas: inglês, francês, espanhol. O ritmo de estudo, trabalho e o esforço para acompanhar esse curso (História Natural) eram intensos e exaustivos. Era necessário ter muita dedicação, disciplina e comprometimento.

A mesma ex-aluna avalia que seus quatro anos de estudo lhe proporcionaram “amadurecimento emocional, crescimento intelectual e coragem de encarar a profissão escolhida, que, embora seja desgastante e difícil é, sem dúvida, extremamente gratificante”. Confessa com justificado orgulho (BOZZANI, 2016):

Lecionei durante 27 anos seguidos nas escolas estaduais da região: a primeira em Monte Aprazível (1961), em seguida em Novo Horizonte e, depois, em Nova Granada, onde foram meus alunos: Maria Astride Saad Corradi e Arif Cais, ambos ex-alunos e professores doutores do atual Ibilce de São José do Rio Preto. Em 1971, transferi-me para São José do Rio Preto, nas seguintes escolas: Escola Estadual Justino Jerry Faria e a Escola Estadual Monsenhor Gonçalves, onde permaneci até me aposentar em 1988.

O Curso de História Natural incluía, como atividades didáticas, as excursões em matas, campos, lagoas e rios para coleta e preparações dos inúmeros grupos de animais. Estas atividades estão narradas e descritas nos depoimentos de ex-alunos e de ex-professores (vide os depoimentos de Ione Maria Ferrarini, Adelina Buzzini, Arif Cais, Hermione Bicudo e Héstia Ettedo Tenfus Maciel). Conta a Prof<sup>a</sup>. Dra. Adelina Buzini (COSTA SILVA, 2016):

Nesse período (1961-1964,) os alunos tiveram oportunidades de realizar várias excursões em matas, campos, lagoas e rios para coletas de animais e plantas. Seguem algumas delas:

### **Varvito-Itu**

Fomos conhecer as formações rochosas especiais em Itu (Varvito, hoje Parque Geológico do Varvito), tipo de rocha sedimentar única, formada pela sucessão repetitiva de lâminas ou camadas, cada uma depositada durante o intervalo de um ano. É evidência de uma extensa idade glacial, há 280 milhões de anos, quando um manto de gelo cobriu a região Sudeste da América do Sul.

### **Poços de Caldas**

Visitamos também as formações rochosas de Poços de Caldas (ocorrência de arenito a jazidas de bauxita, minérios ferrosos e radioativos). Fomos acompanhadas pelo Prof. Fahad, entusiasta pelo grupo e, por coincidir com o Dia dos Namorados (12 de junho de 1963), presenteou todas as meninas com bonecos significativos de acordo com a personalidade de cada uma.

[...]

### **Olímpia**

Em 1963, um grupo de alunos, acompanhado pelo Prof. Dalthanhan da Silva Reis e outros docentes, entusiasmado pelos achados de dinossauro, foi até Olímpia. Constam peças como fêmur, porção proximal do úmero e vértebra dorsal de dinossauro, pertencentes à Formação Bauru, localizados no km 5 da estrada entre São José do Rio Preto – Barretos. Algumas peças estão no Departamento de Zoologia da Unesp e foram descritas posteriormente pelos Professores Fahad Moysés Arid e Luiz Dino Vizotto como pertencentes à *Antarctosaurus brasiliensis*, um novo saurópode do Cretáceo Superior do sul do Brasil.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Héstia Ettedo Tenfuss Maciel também se refere às excursões e viagens com propósitos didáticos (MACIEL, 2016):

Ingressei no Curso de História Natural em março de 1960 e viajava diariamente de Mirassol para Rio Preto.

Nossa classe era pequena, 14 alunos. Assistíamos às aulas teóricas de manhã e, à tarde, voltávamos para as aulas práticas nos diferentes laboratórios de Fisiologia, Anatomia, Petrografia e Zoologia. Era tudo uma grande novidade!

Excursões na área de Botânica para reconhecimento de plantas exóticas em fazendas do Instituto Agrônomo de Campinas e a laboratórios de preparo de sementes, fizemos várias. Visitávamos inúmeros jardins e fazendas para reconhecimento de centenas de espécies de palmeiras, plantas nativas e exóticas. Também da Zoologia para aprendermos

sobre animais de habitat marinho, e de Geologia para reconhecimento de solos basálticos e de arenitos Bauru e Botucatu, e também de visitas a pedreiras para aprender sobre as origens de pedras decorativas, como o Varvito, na época muito usada para pavimentar áreas externas de piscinas e muito mais. Existia um laboratório de Gemologia instalado na área do Jardim Botânico da FAFI, onde aprendemos muito sobre lapidação de pedras preciosas.

Conta a Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Bicudo que as coletas se faziam também para o desenvolvimento de pesquisas. No caso específico das pesquisas em Biologia, (BICUDO, 2016):

[...] eu participava de coletas de *Drosophila*, realizadas especialmente na Gruta de Mirassol, e da análise das moscas que era feita pelo Prof. Mourão e eu, agora contando também com um novo membro no grupo, o Prof. Aluizio José Gallo. Desse trabalho inicial, resultaram algumas publicações, as primeiras da Biologia, principalmente sobre a ocorrência de espécies de *Drosophila* na região e a descrição de algumas novas espécies.

Além da exploração de ambientes terrestres e de água doce, era necessário que os universitários viessem a conhecer o ambiente marinho com sua fauna característica.

Graças ao convênio estabelecido com os professores do Departamento de Fisiologia Animal da USP, Prof. Dr. Michel Paulo Sawaya e Prof. Dr. Erasmo Garcia Mendes, idealizadores do Instituto de Biologia Marinha (IBMAR/USP), sediado no litoral norte, em São Sebastião, os estudantes da FAFI puderam, pela primeira vez, em 1959, realizar cursos especializados sobre animais marinhos. Esses cursos foram ministrados durante vinte anos para diversas turmas do Curso de História Natural.

O Instituto de Biologia Marinha, da USP, ocupava uma grande área da faixa litorânea, com dois amplos laboratórios, equipados de forma a atender não só à realização de pesquisas como também à ministração de aulas.

Nos primeiros anos do curso de História Natural, os alunos eram transportados em ônibus alugado de empresas de São José do Rio Preto, que permanecia durante a semana no IBMAR, e deslocava-se com os acadêmicos para diferentes praias, áreas de manguezais e a Ilhabela (um dia) para coleta de animais marinhos. Depois de 10 anos, os alunos passaram a ser transportados por ônibus com motoristas da FAFI, dentre os quais Paulo Martins, de saudosa memória. Ele trabalhou até

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências

a sua aposentadoria. Notabilizou-se, também, principalmente entre os docentes de humanidades, como reparador de livros e encadernador.

Em 1959, foram transportados para a FAFI pequenos barris com água do mar e, pela primeira vez, os animais marinhos foram mantidos em aquários, no Biotério, mantendo-se aí por vários anos, graças a sucessivas trocas de água salgada, e com acréscimos de novas espécies da fauna marinha.

Para que a comunidade pudesse usufruir e participar, realizavam-se exposições dos animais coletados durante as excursões. Aos poucos, o acervo do museu foi sendo ampliado, constituindo atualmente o Museu Didático de Zoologia, com centenas de exemplares que ocupam o corredor de acesso aos gabinetes dos professores do Departamento de Zoologia e Botânica.

Em 1996, durante a gestão do Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini e após aprovação, pela Congregação do Ibilce, de proposta feita pelo Prof. Dr. Arif Cais, o acervo de animais taxidermizados foi oficializado com a denominação de “Museu Didático de Zoologia Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto”.

O Prof. Dr. Erich Arnold Von Buggenhagen, voltando de suas férias da Alemanha, no início de 1958, trouxe consigo um cão pastor alemão que ficou no pátio junto de outros animais do Biotério, durante oito meses, tendo sido batizado de Ringo. Seu custo, pago na Alemanha, foi dividido entre os Professores Buggenhagen, Norman Maurice Potter, Rodolfo Azzi e Luiz Dino Vizotto. Ringo não pôde permanecer no pátio por muito tempo, devido a um pequeno incidente ocorrido com dois universitários que, inadvertidamente, aproximaram-se dele, levando uma leve mordida entre as coxas. Diante desta ocorrência, os quatro cotistas acharam por bem afastar Ringo do recinto. Resolveram doá-lo a um colega, Prof. Samuel S. Durant, contratado em 1958 como responsável pela disciplina de Língua e Literatura Espanhola, que havia adquirido uma chácara junto às nascentes do Rio Borá, um local mais espaçoso e mais livre para Ringo, que, assim, adquiriu novo dono e nova moradia.

#### **4.2. A linha do Tempo da FAFI**

Com a finalidade de contextualizar os fatos mais marcantes desta bela história, é apresentada a cronologia que vem a seguir.

**1949** – Dep. Sidney Delcides de Ávila encaminha proposta à Assembleia Legislativa de criação de uma Faculdade em SJRP.

- 1951** – Ver. João Mangini pede informações junto à Assembleia Legislativa acerca da proposta do Dep. Sidney, que foi recusada.
- 1953** – Ver. Daud publica artigo no jornal A Notícia, defendendo a instalação de uma Faculdade em São José do Rio Preto.
- Ver. Daud propõe à Assembleia Legislativa a criação de 3 faculdades em SJRP: Direito, Farmácia e Odontologia.
  - Dep. Roberto Costa de Abreu Sodré e Monsenhor Benedito Mário Calazans propõem a criação de uma Faculdade em SJRP, vetada.
  - Ver. Daud propõe à Câmara Municipal a criação da Universidade Municipal: instalou-se um clima de debates entre apoiadores e não apoiadores.
- 1955** – Ver. Daud propõe o Projeto de Lei 30/55 para criação da Universidade Municipal de SJRP: depois de ferrenhos debates foi aprovado e em seguida sancionado pelo Prefeito Philadelpho, por meio da Lei 394, de 26/maio/1955.
- A estrutura da UMURP não atendia a legislação federal. Assim, foi criada a FAFI por meio do Decreto 249, de 28/agosto/1955, com os cursos de História Natural, Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas e Letras Germânicas.
  - O oferecimento dos cursos no prédio do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves deve-se ao Prof. Sólon Borges dos Reis, por meio do Ofício 823, de 24/dezembro/1955.
  - A nomeação do Prof. Dr. Raphael Grisi como Diretor foi autorizada pelo Governador do Estado, Jânio da Silva Quadros, por meio da Resolução 510, de 20/dezembro/1955.
- 1956** – A designação do Prof. Dr. Raphael Grisi como Diretor da FAFI, no âmbito municipal, foi feita pelo Prefeito Alberto Andaló, por meio da Portaria 2.291, de 14/janeiro/1956.

- Dep. Aloysio Nunes Ferreira propõe à Assembleia Legislativa a estadualização da FAFI, por meio do Projeto de Lei 602, de 13/ setembro/1956.

**1957** – Autorização oficial da UMURP pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, por meio do Decreto 41.061, de 27/ janeiro/1957; os cursos História Natural, Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas e Letras Germânicas deveriam ser oferecidos no prédio do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves – IEMG.

- Prof. Dr. Raphael Grisi: o primeiro Diretor (1957-1961).

- Vestibulares na 2<sup>a</sup>. quinzena do mês de março e aula inaugural em 10/ abril/1957, proferida pelo Prof. Eurípides Simões de Paula, no prédio do IEMG.

**1958** – Extensão das atividades no prédio localizado na esquina das ruas Silva Jardim e Prisciliano Pinto.

- Atrasos de salários. Apenas os comissionados na FAFI recebiam pela Secretaria Estadual de Educação por força de convênio com a Prefeitura Municipal.

**1959** – O Vice-Prefeito, em exercício, Waldomiro Lopes da Silva autorizou a regularização dos salários atrasados, por meio da Lei 582/59.

- A estadualização da FAFI foi aprovada e vetada pelo Governador Jânio Quadros.

- A Assembleia derruba o veto por unanimidade, estadualizando a FAFI, com a condição de que o município ofereça as suas instalações.

- O Governador Jânio Quadros, por meio da Lei 5.177, de 13/ janeiro/1959, autoriza a encampação, pelo Estado, da FAFI, tornando-a uma autarquia estadual, de regime especial, subordinada diretamente ao governo estadual.

**1960** – Doação à FAFI, do prédio da rua General Glicério, conforme Lei 562, de 18/março/1960, promulgada pelo Prefeito Philadelpho Gouveia Neto.

**1961** – Formatura da 1ª. Turma, em abril.

– Prof. Dr. João Dias da Silveira: o segundo Diretor (1961-1964)

**1964** – Golpe Militar.

– Juiz José de Castro Duarte: o terceiro Diretor (1964-1967)

– Carta dos 10 professores do curso de História Natural, encaminhada ao Governador Ademar de Barros.

**1965** – Reconhecimento dos cursos de História Natural, Pedagogia e Letras.

**1966** – O Centro Acadêmico Filosofia passa a denominar-se Diretório Acadêmico Filosofia - DAF.

**1967** – Diretor Michel Paulo Sawaya: o quarto Diretor (1967-1971)

**1968** – Criação do Curso de Licenciatura em Matemática.

**1969** – Criação do Curso de Licenciatura em Ciências.

**1970** – 1º. Colóquio de Incentivo à Pesquisa, com o apoio do DAF e do Centro Acadêmico de História Natural.

– Matemática, o 1º. Curso a se transferir para o prédio onde hoje está instalado o Ibilce.

**1971** – Prof. Dr. Celso Volpe: o quinto Diretor (1971-1975).

**1972** – Associação dos Servidores da FAFI, criada por lei municipal nº. 1698.

– Reconhecimento do Curso de Matemática.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências

**1973** – A Associação dos Servidores da FAFI reconhecida como de utilidade pública.

**1974** – Criação dos cursos noturnos de Letras, Pedagogia e Matemática.

– Transferência do último curso da rua General Glicério para onde hoje fica o Ibilce: História Natural.

**1975** – Prof. Dr. Fahad Arid: o sexto Diretor (1975-1979).

**1976** – Nasce o Ibilce – mudança do nome de FAFI. Lei 952/76, de 30/ janeiro/1976, cria a Unesp.

– Nasce a Associação dos Docentes do Ibilce - Adunesp.

## Capítulo 5

# A estadualização da FAFI no governo Jânio Quadros

Os recursos financeiros para a manutenção da FAFI, no período de 1957 a 1958, foram escasseando de tal modo que, em 1958, muitos professores deixaram de receber seus salários durante nove meses. Constituía exceção os professores que recebiam pela Secretaria do Estado da Educação, já que, em virtude de convênio desta com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, recebiam como comissionados na FAFI.



Caravana de universitários, docentes e representantes da comunidade visando a estadualização da FAFI.

Tal situação deu origem a movimentos com participação de estudantes, vereadores e associação de classes, para que a Faculdade fosse estadualizada. Esses movimentos intensificaram-se, à medida que funcionários administrativos e docentes percebiam prolongar-se, sem definição, o atraso salarial. A situação crítica fez com que o Vice-Diretor em exercício, Prof. Dr. Antônio Pinto de Carvalho, tomasse duas providências: a primeira, em 14 de outubro de 1958, com o encaminhamento de ofício ao presidente do Conselho Geral Universitário, Renato Lerro, solicitando

a este uma ação junto à Prefeitura Municipal para que solucionasse o problema. A segunda foi, em nome da Congregação, o envio do Ofício nº 11/58 ao Diretor Prof. Dr. Rafael Grisi, ofício este em que se expunha a complexa situação do processo de estadualização, até então indefinido, e o clima de desalento entre professores e funcionários provocado pela falta de pagamento de salários.

Após meses de espera, em 11 de fevereiro de 1959, o Vice-Prefeito em exercício, Waldomiro Lopes da Silva, assinou a autorização (Lei Municipal nº 582/59) para que os salários em atraso fossem pagos.

A situação complexa do processo de estadualização ficou indefinida até meados de 1959. O processo havia sido iniciado em 1956, por meio de proposta feita pelo deputado estadual Aloysio Nunes Ferreira, a qual se referia à criação dos Institutos Isolados do Sistema de Ensino Superior - IISES, que incluía a FAFI e fazia-se acompanhar de amplas justificativas. Sua proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa, foi fundamentado no Projeto de Lei nº 602, de 13 de setembro de 1956, ao qual foi adicionado, em 20 de setembro de 1957, o Autógrafo nº 4.205, do Presidente da Assembleia, Rui de Almeida Barbosa.

Esse Projeto de Lei foi encaminhado ao Governador do Estado, Jânio da Silva Quadros, que por meio da Mensagem nº 144, dirigida ao Presidente da Assembleia, esclarece que havia consultado o Conselho Estadual do Ensino Superior, que se manifestara contrário à iniciativa do Projeto de Lei nº 602/56. Esta manifestação contrária do Conselho Estadual fundamentou o veto do governador ao projeto em andamento.

Esse veto foi rejeitado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa. Como reforço à rejeição do veto, o Presidente da Assembleia Legislativa, Rui de Almeida Barbosa, reiterando o Autógrafo nº 4.205, por meio da Lei nº 3.844, de 10 de maio de 1957, e à vista da votação unânime, estabelece a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Dentre outros artigos dessa Lei, o Artigo 2º preconizava o seguinte: “A instalação do Estabelecimento de Ensino, ora criado, fica condicionada à doação ao Estado, de terreno e prédio adequados ao seu funcionamento”.

Para cumprir essa Lei, o Prefeito Municipal Dr. Alberto Andaló, com fundamento na Lei Municipal nº 542, de 25 de junho de 1958, autorizou a Prefeitura a alienar ao governo do Estado de São Paulo, por doação, o patrimônio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, constituído de:

- um terreno situado entre as Ruas Bernardino de Campos, Independência, Voluntários de São Paulo e Piracicaba, com

área de 3.677,42 m<sup>2</sup>, adquirido em 1947, do espólio de Victor Brito Bastos;

- uma construção em andamento, adaptada ao terreno pela Diretoria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal, que assumiu, na escritura de doação, o compromisso de terminar, com todas as dependências, a referida construção. (A construção aqui referida é atualmente ocupada pela Escola Estadual Cardeal Leme.)

Diante de medidas tão animadoras, esperava-se que a estadualização se realizasse de imediato. Todavia houve uma longa demora.

A protelação causou movimentos de estudantes universitários, professores, vereadores, componentes de associações de classes e entidades representativas da cidade e da região. Esses movimentos foram tornando-se mais amplos e mais intensos, sendo reforçados por milhares de abaixo-assinados, culminando com a ida de uma comitiva de estudantes universitários, professores, autoridades e políticos, inclusive o Prefeito Alberto Andaló, até ao Palácio do Governo, nos Campos Elíseos. Após cerimônia formal, o Governador Jânio da Silva Quadros autorizou a encampação, pelo Estado de São Paulo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, conforme Lei nº 5.177, de 13 de janeiro de 1959. Tornou-se, dessa forma, uma Autarquia Estadual, de regime especial, diretamente subordinada ao governo.



O Governador Jânio da Silva Quadros assinando o processo de estadualização da FAFI.

Convém, todavia, conhecer a versão de Aloysio Nunes Ferreira (AF), deputado estadual na década de 1950, sobre essa mudança de instituição municipal para autarquia estadual, em entrevista concedida à Prof<sup>a</sup>. Dra. Glacira Lazzari Leite (GL), em 28 de outubro de 1993 (FERREIRA, 1993 - CEDEM/Unesp):

[...] Mas no meu primeiro mandato, em 54, que fui eleito, apresentei um projeto de lei atendendo ao apelo de estudantes da região, ouvindo mesmo a opinião pública da minha cidade. Eu era advogado da Associação Comercial que, naquele tempo, chamava-se Associação Comercial, Industrial e Agrícola, e essa Associação era um grande polo onde desaguavam essas aspirações de todas as cidades. Tomei a iniciativa e apresentei um projeto de Lei que tomou, na Assembleia, o número 602/56.

GL – E esse projeto?

AF – Esse projeto tramitou, passando com a aprovação em todas as comissões.

GL – Era em relação à criação de uma Faculdade?

AF – De uma Faculdade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O projeto tinha essa emenda: “Dispõe sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto”.

GL – E o que levou o senhor a esse pensamento, de criar uma Faculdade?

AF – Eu achava que Rio Preto já era, então, um grande centro.

GL – Havia demanda na cidade?

AF – Havia demanda na cidade, achava que a cidade já estava madura, a coletividade reclamava uma Faculdade.

GL – E o senhor sentiu uma receptividade, um apoio?

AF – Muito grande. Quando a notícia ecoou na imprensa de Rio Preto, nós tínhamos dois matutinos na época, o jornal “A Notícia” e o “Correio Araraquarense”, se não me engano. Os dois jornais abriram manchete, daí comecei a receber manifestações de apoio de toda parte.

GL – Seria uma Faculdade Estadual?

AF – Estadual.

GL – E como foi a tramitação desse processo, ou desse projeto?

AF – O projeto tramitou normalmente, sem oposição, e, como acabei de dizer à senhora, ao passar pelo crivo das comissões técnicas da casa, o projeto mereceu aprovação unânime, foi ao plenário e foi aprovado.

GL – E depois?

AF – Depois, quando a Assembleia, no cumprimento da tramitação legislativa, encaminhou-o ao Governador, na época, Jânio da Silva Quadros, projeto para ele assinar e o governador, ao invés de assinar, vetou.

[...]

Foi uma mensagem encaminhada à Assembleia, com um veto ao projeto, com aquela veemência característica do Jânio, mas ele punha um grande acento tônico, a grande tônica, o grande motivo, o grande argumento que repontava nas razões do veto, era a existência de uma faculdade municipal que havia sido criada e tinha um ano de existência, se tanto, com esse mesmo objetivo; uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas de criação municipal.

GL – E esse projeto depois, não foi avante? Como é que foi?

AF – O veto, seguindo também a tramitação normal do processo legislativo, passou por todas as comissões e eu sustentei, em plenário, também com veemência, sustentei, mostrando que a Faculdade Municipal não era a razão. A razão invocada era frágil! Isso não atendia às exigências da cidadania, da comunidade, uma faculdade meramente municipal e, no plenário, defendi, na tribuna da Assembleia, defendi com veemência o projeto e propus a rejeição do veto. Foi acolhido o meu apelo, a Assembleia derrubou o veto e a Lei passou então, dirigida a quem o sancione no caso da derrubada do veto, que a própria Assembleia promulga. Foi promulgada. A Lei tomou o nº 6.892 e foi editada, perdão, eu retifico, nº 6.844 foi a Lei, em 10 de abril de 1957, é esta a data de fundação.<sup>1</sup>

Convém inserir aqui um trecho do depoimento prestado por Orestes Nigro, pois faz referência à participação de professores da FAFI no processo e à liderança incontestada do então Prefeito Alberto Andaló (NIGRO, 2014):

Rapidamente, percebeu-se que seria difícil para o município manter a Faculdade. Foi eleito, então, para a prefeitura, um homem muito inteligente chamado Alberto Andaló. Logo no início, ele chamou-nos e disse que se não fizessemos alguma coisa a Faculdade estava fadada a virar uma escola mista do Bairro da Boa Vista, da região onde estava situada.

Resolvemos lutar junto ao Governo do Estado para que a Faculdade fosse estadualizada. O Prefeito encabeçou um movimento regional e nós fomos ajudá-lo, afinal éramos os principais interessados. Visitamos todos os Prefeitos da região... todos... até a Barranca do Rio Paraná, a Barranca

---

<sup>1</sup> A data verdadeira é 10 de maio de 1957, conforme a Lei nº 3.844.

do Rio Grande, a Alta Araraquarense e solicitamos que eles enviassem, para a prefeitura de Rio Preto, telegramas solicitando a estadualização, juntamos todos aqueles telegramas e viemos direto para o palácio do governo, que ficava no centro de São Paulo, dava para ver daqui da minha janela.

A partir da estadualização, professores e diretores, aprovados previamente pelo Conselho Estadual de Educação, eram nomeados diretamente pelo governador, em regime de contrato de trabalho autárquico.

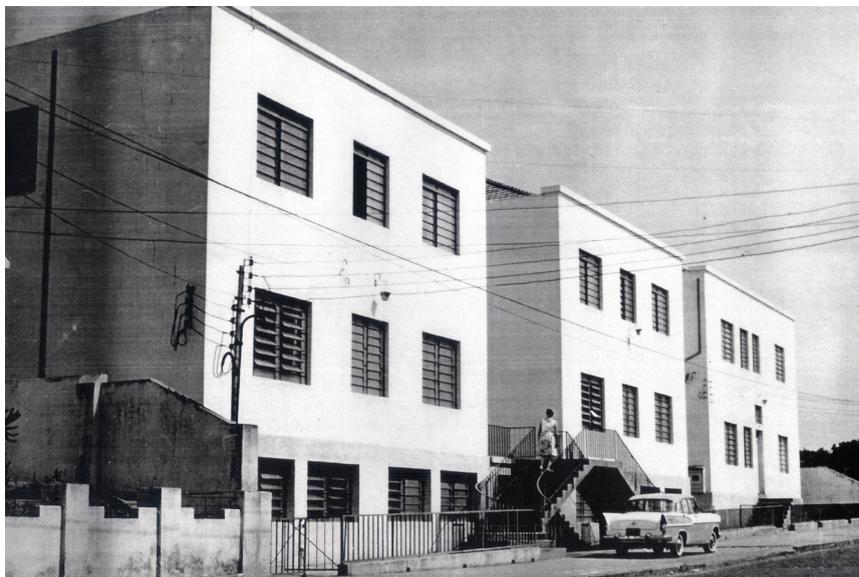
O ex-diretor, Prof. Dr. Fahad Moisés Arid, resume da seguinte maneira a natureza das autarquias: “As autarquias de regime especial, além dos Departamentos e suas disciplinas, possuíam administração autônoma – Diretoria, Conselho Superior e Congregação”. Mas essa administração autônoma não era absoluta e, por isso, implicava uma forte competição com outras autarquias de regime especial, como se pode perceber com a leitura do depoimento que esse professor prestou ao CEDEM (ARID, 1997 – CEDEM/Unesp):

As faculdades do Sistema Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo (SIESESP), por sua autonomia e natureza autárquica, tinham orçamentos próprios, cuja aprovação dependia da Secretaria da Fazenda, e depois do Planejamento, o que obrigava a direção de cada uma a “brigar” e competir entre elas, para a obtenção de recursos, liberação de verbas e auto-sustentabilidade.

Geralmente, esses Institutos precisavam do apoio efetivo de políticos de suas cidades e regiões, deputados estaduais e federais, prefeitos etc., para a obtenção de recursos e a aprovação de seus orçamentos.

Apesar da estadualização, as instalações continuaram, durante o ano de 1959, ocupando as mesmas áreas do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves e do prédio alugado na Prisciliano Pinto, esquina com a Rua Silva Jardim. A Prefeitura Municipal adquiriu, então, um prédio localizado na Rua General Glicério, 3.947 - onde deveria funcionar um hospital mantido pela Associação Espírita “Alan Kardec” - o qual foi incorporado pela Lei Municipal nº 562, de 18 de março de 1960, promulgada pelo prefeito Philadelpho Gouveia Neto, que autorizou a doação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para sua instalação e funcionamento no mesmo ano.

## 5.1 As novas instalações



Prédio da rua General Glicério. nº 3.947, doado à FAFI, em 1960.

Recebido o novo prédio, a direção da FAFI nomeou uma comissão, constituída pelos professores Norman Maurice Potter, Rodolfo Azzi e Aloysio Reis de Andrade, para que não só verificasse as condições do prédio e fizesse a distribuição das salas de aula, gabinetes, área de administração e biblioteca, mas também providenciasse a transferência de todos os materiais e equipamentos que estavam nos prédios ocupados anteriormente.

A biblioteca, localizada no subsolo, estava sob a responsabilidade de Railda de Sampaio Ferraz e tinha um bom acervo constituído de doações e de obras compradas em livrarias de São Paulo, muitas delas arrematadas por lotes (especialmente coleções) em “sebos”. Muitas obras raras vieram a reboque dessas compras. A respeito de seu funcionamento precário, ainda em 1963, escreveu a ex-auxiliar de biblioteca, Zailda de Marchi Passarini (PASSARINI, 2016):

[...] quando retornei, encontrei muitos livros ainda encaixotados e os das estantes sem nenhum critério de ordem. Isso dificultava localizar o livro e, na hora do atendimento, era muito desgastante, pois os pedidos dos que desejavam consultá-los eram feitos assim: “por favor, procure para mim aquele livro de capa amarelinha!” ou “encontre para mim aquele livro que traz um leão na capa”, etc. E a situação

foi ficando cada vez mais caótica: livros que chegavam, comprados ou por doação, iam ficando amontoados nos cantos, nas prateleiras, nas caixas, na maior desordem. Diante dessa situação, a Railda foi demitida.

[...] O Prof. Vizotto, diante dessa situação, tentando ajudar-me, começou a me questionar:

“Que sistema era adotado pela Biblioteca? Por acaso é o Decimal?”. E respondi: “O sistema é o Classificação Decimal Dewey (CDD). Esse foi logo substituído pela Classificação Decimal Universal (CDU)”. E, assim, a Biblioteca foi sendo, aos poucos, organizada.

O novo edifício possibilitou acomodar todos os cursos, que antes funcionavam em condições precárias, e facilitou sobremaneira a realização de pesquisas. A 1ª Turma de Formandos teve a oportunidade de finalizar seus cursos, em suas dependências.



Primeira turma de formandos da FAFI (1960), em ato solene em abril de 1961.

Ao final de 1960, os estudantes concluíram os respectivos cursos e, em abril de 1961, participaram do ato solene de Formatura, dirigida pelo Prof. Dr. Raphael Grisi, tendo como patrono o Prof. Dr. Fernando Azevedo, catedrático e Emérito do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Em ato solene da Congregação, realizado no Rio Preto Automóvel Clube, com a presença de autoridades municipais, representantes de entidades civis, militares e eclesiásticas, os universitários da 1ª Turma de Formandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, receberam seus diplomas para júbilo e alegria de seus familiares.

Ainda, no novo edifício, ampliaram-se as áreas do Setor Administrativo e da Biblioteca, além de se transformar uma espaçosa sala em auditório, que logo serviria para encenação de espetáculos teatrais e de aulas magnas ou grandes conferências e solenidades. Mais importante, porém, foi a ampliação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

A instalação e a ampliação da área de Zoologia fez-se notar com salas de aula, gabinetes e contratação de dois assistentes, Prof. Dalthanhan da Silva Reis e Prof. Oswaldir Francisco Castro, o que possibilitou ao chefe do Departamento, Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto, propor projetos de pesquisa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, com a finalidade de conseguir auxílio financeiro para aquisição de equipamentos.

Três foram os projetos: Processo Ciências Biológicas nº 63/605; Processo Ciências Biológicas nº 64/334; Processo Ciências Biológicas nº 65/463. Os três foram aprovados, com vigência entre agosto de 1963 e julho de 1966, com valor total de Cr\$ 1.495.520,00. Esta quantia possibilitou a aquisição de microscópios, estereoscópios (lupa), gravador, ampliador fotográfico, aquários, gaiolas, produtos de laboratório e um veículo (Jeep), além da contratação de um técnico de laboratório. Incluía ainda verba para a manutenção e para as despesas de viagem. Esse auxílio concedido pela FAPESP tornou possível a realização de amplas pesquisas referentes à gravação de sons de anuros em diversos municípios da região ocidental do Estado de São Paulo, a partir de Catanduva até as margens do Rio Paraná, limitados lateralmente pelos Rios Tietê e Grande.

Os recursos possibilitaram, ainda, a instalação, em 1963, pela primeira vez, no Departamento de Zoologia, de um laboratório fotográfico, para cuja instalação se adaptou um banheiro localizado no corredor do Departamento.

Após três anos de instalação da FAFI, alugou-se um amplo terreno junto ao prédio localizado na Rua General Glicério, 3.947, onde se instalaram uma marcenaria, um jardim experimental e um minizoo, caracterizando a Instituição como ambiente voltado para pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade.

A marcenaria, sob a responsabilidade do senhor Messias Meneguete, que tinha como auxiliares os senhores Antônio Rodrigues Verdi, Antonio Salinas e Amílcar Belloni, fabricava e reformava móveis da Faculdade, com presteza, eficiência e economia. Os quatro funcionários eram dedicados e até surpreendiam com ações não previstas em suas obrigações.

Fato digno de registro acontece no final do ano de 1966. Os quatro trabalhadores tiveram a feliz ideia de aproveitar as sobras de madeira a fim de montar, na medida do possível, mesinhas e cadeirinhas, para presentear

as crianças, filhos dos funcionários e dos professores. Na comemoração do Natal, no espaço do auditório, intercalaram, entre as mesas dos adultos, as pequenas mesas e cadeiras, de cor azul para os meninos e de cor rosa para as meninas. O ambiente com toque infantil e colorido causou encantamento e alegria a todos que adentravam a sala, especialmente as crianças, que correram em direção dos pequenos móveis. Como surpresa carinhosa, no final da festa, a equipe de marceneiros ofereceu às crianças o conjunto de mesinhas como presente de Natal. Muitas dessas crianças passaram a ser, quando jovens, alunos da Faculdade, e até hoje, já adultos, guardam na memória essa amorosa providência; alguns chegaram a deixar como legado a seus filhos esse significativo presente. Diz-se que essa comemoração natalina foi a mais alegre e disciplinada de tantas que aconteceram na FAFI. O fato mostrou o calor humano da Instituição.

Havia, também, uma oficina de reparos de equipamentos de laboratórios e de energia elétrica, comandada pelo senhor Gabriel dos Santos, técnico contratado para esse fim e que também atendia a todos, de forma eficiente e com boa vontade.

Sob a direção do Prof. Dr. Paulo Nogueira de Camargo, proveniente da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós - ESALQ, o Jardim Experimental, formado em uma estufa, continha plantas de várias espécies e destinava-se aos alunos e professores para realização de experimentos programados pela Cadeira de Botânica da FAFI, para a qual esse professor fora contratado.

Numa área desse terreno, foi construído o minizoo, formado, inicialmente, por seis grandes compartimentos telados, os gaiolões, cada um com as dimensões de 3,00 x 7,00 x 2,50 metros. A cada dois gaiolões, havia um corredor de acesso às portas, que permaneciam fechadas para impedir a fuga dos animais. Em tais gaiolões, ficavam alojados os animais utilizados por alunos e professores em seus experimentos da cadeira de Zoologia.

Além dos gaiolões, foram construídos, ainda, pequenos compartimentos telados nos quais eram alojados animais de pequeno porte: furão, gambá, sagui, gatos-do-mato, lagartos e pequenos pássaros regionais, utilizados também por alunos e professores da mesma cadeira.

Dentro do possível, tomavam-se os devidos cuidados no tratamento desses animais. Construiu-se uma sala não só para depósito como também para o preparo de alimentos. Havia, na sala, gaiolas para serpentes de pequeno e médio portes e uma mesa de tampo de granito para as preparações taxidérmicas. Os funcionários responsáveis pelo setor desempenhavam com eficiência suas funções, facilitando a aprendizagem

e possibilitando segurança e cuidados necessários aos alunos e professores que usavam essa sala.

Os gaiolões abrigavam animais maiores e em número expressivo: capivaras, cachorros-do-mato, quatis, bugios, gatos-do-mato, uma jaguatirica – “batizada” como “Tati”, pelos alunos, famosa pela mansidão e tendo o luxo de ficar, por certo tempo, solta no pátio. Havia também nesse minizoo muitas aves (jaburus, gaviões, seriemas, irerês, tucanos, araras e papagaios) e répteis (jacarés, jabutis, lagartos teiús). Para as grandes serpentes, como sucuris e jiboias, construiu-se um grande fosso (3,0 x 6,0 x 2,0 metros), com o cuidado de se instalar um tanque com água. Foram também escavados compartimentos nas paredes, para acomodar os ofídios. Todas essas providências eram planejadas com o intuito de se conseguir uma orientação científica e acadêmica, segura e produtiva, aos universitários.

Os seguintes fatos são dignos de registro:

- 1) Os macacos-prego, inicialmente, reduziam-se a um casal, “batizados”, pelos professores de Zoologia, de “Chicão” e “Chiquinha”. Durante 10 anos, ambos foram observados, podendo-se verificar feitos admiráveis, à medida que o número de macacos ia aumentando, quer pela acolhida de novos macacos, machos e fêmeas, quer pelo nascimento de filhotes. “Chicão”, como macho-alfa, gozava de muitos privilégios: era o único a cobrir as fêmeas, já que ele não permitia tal ato aos demais machos. O filhote nascido de “Chiquinha” tinha regalias, negadas aos filhotes de outras fêmeas. Assim, o denominado “Chiquinho”, grande traquinas, podia cometer as maiores travessuras com os demais componentes do plantel. Se, porventura, algum dos incomodados revidasse e maltratasse o “Chiquinho”, imediatamente vinha a punição. E o mais curioso é que a punição não era dada por “Chicão”, mas por dois asseclas a mando de “Chicão”.
- 2) O macho-alfa tinha o domínio de todo o território. Assim sendo, todo macho que fosse introduzido no compartimento, passava pelo “rito de iniciação”, ou seja, era-lhe realizada a cópula anal. O bando chegou a ser constituído por dezoito membros, entre machos e fêmeas, filhotes e jovens.
- 3) Um fato inusitado deu-se quando um macho, introduzido no gaiolão, recusou-se ao “rito de iniciação” e defendeu-se, pendurando-se no alto, na tela de arame, e ali permaneceu agarrado durante quatro dias, sem nada comer e nada beber. Usou-se de várias artimanhas

- para tirá-lo dali. Tudo em vão. Acabou morrendo de inanição e com os músculos enrijecidos.
- 4) Depois de muito tempo de paz e harmonia nesse ambiente dos macacos, foi introduzido no compartimento um novo símio, bem mais avantajado que “Chicão”. Deu-se, então, uma inversão de papéis. Quem passou pelo “rito de iniciação” foi “Chicão”, que perdeu, desta forma, o comando do plantel. O novo macho-alfa trouxe transtornos ao ambiente: “Chicão” refugiou-se num canto com muita tristeza, e os tratadores ficaram consternados com o fato. A solução foi separar os macacos em dois gaiolões, colocando o novo alfa, algumas fêmeas e machos jovens num deles, e “Chicão”, com outros macacos, em outro. Mesmo assim, o resultado não teve o êxito esperado, pois “Chicão” não voltou a ser o mesmo.
  - 5) Não apenas os macacos, mas outros animais do minizoo marcaram presença nos arredores da Faculdade. Numa tarde de domingo, um dos moradores vizinhos assustou-se quando, ao abrir uma das janelas de sua casa defronte ao jardim de entrada, deparou-se com um jacaré que se debatia no canteiro para se libertar. Apesar do susto, a captura fez surgir um expressivo número de pessoas, movimentando a rua, até então deserta, fazendo com que se recordassem de vários “causos” de bichos.
  - 6) Outro acontecimento deu-se na aula de laboratório de Anatomia Vegetal. A Prof<sup>a</sup>. Dra. Eurides Mambreu, totalmente absorta na orientação de seus alunos, atentos, por sua vez, na preparação de lâminas para os seus microscópios, foi mordida na perna por um quati furioso que escapara do Biotério. O pânico no laboratório só terminou quando o Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto, logo avisado, socorreu-a, levando-a à emergência do hospital mais próximo, onde recebeu curativos e tomou vacina antirrábica.

Sob a direção do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya (1967-1971), os professores de História Natural receberam a notícia de que, infelizmente, não havia mais recursos para a manutenção do Biotério. Tiveram um mês de prazo para se desfazerem dos animais. Os professores de Zoologia resolveram arcar com as despesas de manutenção, mas esse encargo tornou-se pesado demais. Depois de três meses, resolveram pela soltura dos animais regionais na natureza e pela doação a algumas Faculdades Isoladas do Estado e a outras instituições, inclusive ao Clube dos Bancários e ao DER, que mantinham os animais em gaiolas.

# Capítulo 6

## Divergências e conflitos

A população educada de São José do Rio Preto e arredores, ou seja, aquela que se considerava ou supunha-se partícipe do conjunto das “forças vivas” dos Municípios, era constituída, em sua maioria, por políticos tradicionais, de ideologia oligárquica, e por pecuaristas, agricultores, profissionais liberais e comerciantes. Esse grande grupo social tinha interesse em manter a hegemonia nesta enorme região. Não foi perguntado a esse grupo, nem ele mesmo se perguntou, que tipo de instituição superior queria, qual o modelo dela e com que finalidades deveria ser criada. Esta alienação entre realidade e sonho assinala uma das razões de conflitos futuros, embora não se possa descartar o fato de que alguns jovens professores tenham chegado movidos pelo ânimo da mudança radical. Este ânimo foi sentido principalmente pelos alunos de Pedagogia, conforme se pode perceber no depoimento dado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilce Aparecida Lodi (LODI, 2014):

Uma das propostas educacionais da FAFI foi a reflexão ampla sobre todos os problemas, em suas diversas fases. Isso gerou novas atitudes nos alunos. Podia-se discutir qualquer assunto, dogma ou tabus, e tentar formular sua própria resposta. Questionamento sobre organizações, entidades, deveres e direitos do cidadão, começou a incomodar alguns grupos da sociedade rio-pretense.

Com outra ênfase, o espírito de mudança radical é lembrado pelo Prof. Orestes Nigro, em seu depoimento (NIGRO, 2014):

Logo que cheguei à cidade, encontrei os colegas que haviam sido contratados, a maioria deles também se formara na USP. Em nossa primeira reunião de congregação, o Rodolfo Azzi, que era Prof. de Psicologia, e era uma pessoa genial, perguntou-me que tipo de Faculdade nós queríamos. Afinal, éramos considerados malditos na USP porque criticávamos a estrutura dela e muitas outras coisas com as quais não concordávamos. Tínhamos de definir naquele momento que

tipo de Faculdade iríamos construir: uma USP rural ou uma Faculdade nova, como a USP que sonhávamos? O Wilson Cantoni, que era inteligentíssimo, disse que construiríamos uma Faculdade nova, mas que não nos iludíssemos, pois iríamos assustar os fazendeiros e empresários locais que, com certeza, sentir-se-iam ameaçados com nossas propostas. Nós pretendíamos transmitir aos nossos alunos uma mentalidade que iria refletir-se na casa deles, mostraríamos a injustiça social, lutaríamos por melhores salários, por um país mais justo e sabíamos que teríamos de colher o fruto da discórdia que iria haver.

A Faculdade foi fundada em 1957 e, desde o início, enfrentamos resistências. Tanto pelo fato de termos tomado o lugar dos professores locais que tinham certeza de lecionar nela, como pelo fato de termos uma posição revolucionária, inovadora, que rompia com os padrões existentes. Começamos modificando a relação aluno-professor. Na USP, chamávamos o professor de Vossa Excelência e em Rio Preto era Você. O Norman era Norman, o Orestes era Orestes, e assim por diante. Na USP os alunos tinham de vestir terno e gravata e as moças, vestido social..., lá em Rio Preto, nossos alunos iam para a aula de chinelo de dedo, tiravam o chinelo na classe e andavam descalços. Evidentemente acharam que isso ia contra a ordem e o progresso, o que eu discordo, poderia ir contra a ordem, agora nós éramos o progresso, e isso chocou as pessoas de uma cidade conservadora do interior paulista.

Há, porém, análises que mostram, além da fissura entre realidade conservadora e projetos de transformação, outros aspectos. Por exemplo, podemos ler em texto da Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab (ATTAB, 2011):

Como decorrência desse plano (plano para que a Faculdade Municipal fosse rapidamente estadualizada) e de outros favores que o Estado prestaria à Faculdade Municipal, seu primeiro diretor foi praticamente imposto pelo governo do Estado. Tratava-se de um eminente pedagogo, de grande projeção nos círculos acadêmicos do País e agnóstico notório. Com a designação desse diretor, a camada enriquecida, que não queria que suas filhas convivessem com os marxistas e positivistas da Universidade de São Paulo, retraiu-se definitivamente, não matriculando suas filhas na Faculdade de Filosofia Municipal. Haja vista o levantamento que realizamos das matrículas das cinco primeiras turmas. Os dados coletados mostram que a proporção dos alunos de outros municípios foi muito maior que a proporção dos alunos da cidade de São José do Rio Preto. Além disso, se considerarmos

o nível socioeconômico dos alunos pertencentes a São José do Rio Preto, constataremos, também, serem de níveis de médio para baixo.

Essas considerações mostram que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, nos seus primórdios, não foi bem recebida por uma parcela significativa da comunidade que ela deveria servir. Assim, o tipo de aspiração que a Faculdade representou e o tipo de satisfação que ela proporcionou, determinaram, durante longo período de tempo, um clima de tensão, onde um dos polos foi a própria Faculdade de Filosofia, e o outro, a área municipal.

Esse clima de tensão caracterizou, também, durante muito tempo, a sua clientela escolar: predominância de alunos de baixo nível socioeconômico-cultural, em sua maioria provenientes dos municípios vizinhos e frequentemente sem nenhum projeto de carreira.

Enquanto a camada enriquecida do Município apenas divergiu no que tange à maneira pela qual se deu a implantação da Faculdade de Filosofia, a reação dos círculos universitários da Universidade de São Paulo foi mais radical.

A Universidade de São Paulo, principalmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, opôs-se tenazmente à criação de cursos superiores no interior. Em discurso, o paraninfo da primeira turma de formandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, o eminente Prof. Dr. Fernando de Azevedo, teve a oportunidade de esclarecer de público sua opinião frente ao problema. Afirmou ele que tal oposição não dizia (como não poderia dizer em se tratando de consagrado educador) respeito à criação de novos Institutos de Ensino Superior. O que se combatia, disse Fernando de Azevedo em seu discurso, era a forma caótica e indiscriminada, carente de estudos prévios a respeito da viabilidade dessas novas Instituições. A ausência total de planejamento condenava, inevitavelmente, essas iniciativas ao malogro. Por outro lado, considerando-se que a própria Universidade de São Paulo não recebia dotações orçamentárias condizentes com suas necessidades, o mesmo fato, em escala infinitamente maior, iria ocorrer com as Faculdades do interior.

Essa exiguidade de verbas faria com que as áreas correspondentes às ciências físicas e naturais, altamente dispendiosas, fossem relegadas a um segundo plano, o que, no entender do ilustre mestre, constituiria uma distorção imensa do espírito da época, todo ele voltado para a ciência e a tecnologia. Além disso, o Prof. Dr. Fernando de Azevedo julgava, pelo menos em algumas áreas, indispensável à colaboração de professores estrangeiros. Advogava, enfim, a

implantação de Faculdades interioranas nos moldes daquilo que havia ocorrido com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Trata-se de posições que refletem uma determinada concepção de Universidade.

[...]

Como se pode ver, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto foi implantada sofrendo a hostilidade, até certo ponto latente, da área municipal e suportando também o impacto da hostilidade manifesta dos círculos universitários da capital do Estado. Ora, tanto pela pessoa de seu diretor, como pela maioria esmagadora de seus primeiros professores, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto deveria ter seu cordão umbilical ligado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Por outro lado, e a exemplo do que ocorreu em outras localidades, a Faculdade de Filosofia deveria ter sido considerada filha dileta da comunidade que ela deveria servir. Entretanto, rompido o cordão umbilical que a deveria ligar à Universidade de São Paulo, e recebendo da comunidade tratamento de filha bastarda, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto encasulou-se e agrediu.

Desde o início da criação da FAFI, estabeleceu-se uma dualidade. Os professores da cidade, a maioria do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, sentiram-se alijados da docência na recém-fundada Faculdade, para cuja criação eles haviam batalhado. Nasceu, assim, uma animosidade contra os professores vindos de fora, principalmente os chamados “rebeldes” da USP. Afirma-se que estes “rebeldes” estão na origem da demissão do Prof. Dr. Raphael Grisi, acusado por eles de desvio de verbas, em seguida demitidos e logo readmitidos. Houve outros fatores (alguns dos quais seriam irrelevantes hoje), que contribuíram para essa animosidade: Narra o Prof. Dr. Alfredo Leme Coelho Carvalho (CARVALHO, 2014):

Nesse elenco de novos Professores, em geral ex-alunos da Universidade de São Paulo, havia um grande número de professores de ideologia marxista. Porém, havia dois tipos de professores desse tipo. Uns tratavam com respeito seus colegas não marxistas, aceitando-os democraticamente.

Outros, porém, mostravam desprezo pelos outros e, segundo se diz, incitavam os alunos a hostilizá-los.

[...]

Havia na Faculdade uma situação de não conformidade dos professores não marxistas com as atividades políticas dos outros, que os perturbavam.

[...]

A população estranhava a proximidade entre mestres e alunos, em jantares e festas.

Havia também alguma estranheza na cidade por certas atitudes inusitadas como a de um professor, correto, aliás, mas que não penteava o cabelo e lia jornal na calçada. Aparentemente para, como dizem os franceses, “épater le bourgeois”.

Falando sobre essa época em tempos recentes, em palestra gravada, o ilustre Prof. Dr. Aziz Nacib Ab’Saber comentava que havia os namoradores, citando o caso de um professor casado, com oito filhos e que ainda arrumava tempo para namorar as alunas da Faculdade. A situação tornou-se insustentável.

O Prof. Dr. Celso Abbade Mourão, em sua entrevista-depoimento, em 1978, preferiu ver os fatos sob outra perspectiva (MOURÃO, 1978 – CEDEM/Unesp):

Quanto ao período de maior dificuldade de relacionamento, tanto com o corpo docente como com o discente, ocorreu em torno de 1961, durante cerca de dois anos. Não sei se poderíamos falar de dificuldade/facilidade de relacionamento ou deterioração de relacionamento. Acho que a segunda alternativa se ajusta melhor à situação.

[...]

Quanto a outro tipo de rivalidade em épocas passadas, não era propriamente rivalidade, mas o confronto entre o tipo de atividade que era exercida por alunos de História Natural de um lado e Pedagogia e Letras de outro. É que, enquanto os alunos de Letras e Pedagogia tinham aulas em um só período, os alunos de História Natural tinham aulas em dois períodos. Então sobrava muito tempo para alunos de Letras e Pedagogia fazerem uma porção de coisas, não acontecendo o mesmo com os alunos de História Natural. Conseqüentemente, pode ter surgido uma dúvida na cabeça dos alunos de História Natural: Nós estamos gastando mais tempo em estudos; será que está certo isso? Será que nosso tempo de estudo também não deveria ser menor?

Mas eles estavam sempre conscientes da necessidade de participação na vida de estudo da Faculdade. Sempre há exceções em toda situação. E talvez houvesse um descontentamento por parte dos alunos de Letras e Pedagogia pelo desinteresse de alunos de História Natural nas atividades que eles exerciam, por terem menos aulas dentro da escola.

Quanto à palavra descontentamento, pode ser que seja

descontentamento mesmo ou outra coisa. Quanto ao desinteresse do aluno de História Natural porque, ficando no laboratório o dia todo (e havia condições materiais para aulas práticas muito eficientes no começo do curso, muito mais do que hoje), estavam dirigindo sua atenção para aquilo a que deviam mesmo dirigir, quer dizer, estavam procurando formar-se da melhor maneira possível.

Alguns dos jovens professores vindos da USP iniciaram e desenvolveram na Instituição um forte movimento cultural de teatro amador por meio de um grupo intitulado GRUTA, criado pelo Prof. Orestes Nigro, titular da cadeira de Língua e Literatura Francesa, professor este também responsável pela criação e direção da coletânea de poemas de alunos e professores, a *Desova Poética*.

O grupo GRUTA foi criado, segundo esse professor, sem nenhuma pretensão política, mas como uma alternativa cultural aos estudantes. Para ajudar nessa empreitada, o grupo entrou em contato com os atores e autores Gianfrancesco Guarnieri e Juca de Oliveira, que passaram a encenar suas peças na cidade e a promover debates com os alunos. Segundo Juca de Oliveira, a intenção fora a de criar um Teatro de Arena no interior, ou ainda, segundo seu depoimento, consolidar atividades teatrais empenhadas com a visão, a crítica e a transformação da sociedade brasileira.

Aos poucos, e auxiliado por Juca de Oliveira e Gianfrancesco Guarnieri, o GRUTA deu início a uma variada e intensa programação cultural, apresentando-se nas cidades da região e em outras faculdades isoladas do interior paulista, como Assis e Araraquara. Todavia, as atividades teatrais do grupo, à semelhança do que ocorria no Brasil no começo da década de 1960, desdobraram-se em outras ações, quer artísticas quer político-culturais. Várias dessas ações faziam coro ou articulavam-se com outras, como se exemplifica com o trabalho desenvolvido pelo Prof. Franz Wilhelm Heimer.

Este professor, alemão de origem, militante e criador, na região, da Ação Popular - AP e do Movimento Popular de Cultura - MPC, desenvolvia um trabalho, financiado por entidades alemãs ligadas à Igreja Católica, para a criação de um sindicato de trabalhadores rurais em Pernambuco, onde conheceu Paulo Freire e seu método de alfabetização. O Prof. Heimer, orientado por Paulo Freire, não demorou a colocar em prática os novos métodos na região noroeste do Estado de São Paulo, para o que contou, inicialmente, com a concordância dos proprietários de fazendas e, sem restrições, com os alunos que faziam parte do GRUTA e do Centro Acadêmico de Filosofia - CAF.

Concomitantemente, outros professores, dentre os quais Wilson Gomes Cantoni, Maurício Tragtemberg, Hélio Leite de Barros, juntamente com os alunos, travaram a luta pela melhoria do ensino público, sendo entusiastas defensores da Reforma Universitária pretendida então pelo governo João Goulart. Reuniram-se os professores, o grupo GRUTA, o CAF e a União Nacional dos Estudantes - UNE e elaboraram um abaixo-assinado que gerou o movimento ou a este aliou-se, no sentido de promover passeatas por todo o Brasil, exigindo uma Escola Pública de Qualidade.

Intelectuais como Antônio Cândido e Florestan Fernandes, políticos como Chopim Tavares de Miranda (Secretário da Educação), Leonel Brizola, Rubens Paiva, Almino Afonso (Ministro do Trabalho e Desenvolvimento, de João Goulart), Márcio Moreira Alves e outros passaram a manter estreita ligação com os professores da Faculdade, dando palestras e ajudando-os a promover um grande movimento social.

Não há dúvidas de que todo esse movimento repercutiu em São José do Rio Preto, inquietando e atemorizando as oligarquias da chamada “*Boca do Sertão*”, pois implicava mudanças de comportamento, de padrões e de valores.

Todavia, é preciso aqui trazer um cenário produzido por outra visão, aquele que é explanado em entrevistas dadas por um docente fundador, ou seja, Erich Arnold Von Buggenhagen, à Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilce Lodi. Ao tratar do ambiente cultural da cidade, em meados da década de 1950, assim diz (LODI, 2008):

Quanto à cultura da cidade, com ou sem Universidade, minha impressão foi ótima, desde que cheguei em 1955. Nem de longe teria sido adequada a asserção de que a cidade era habitada por um bloco de gente de mentalidade provinciana, impedida por tapa-olhos em relação aos horizontes mais largos. Só a presença de tantos advogados e médicos, que receberam sua formação em São Paulo ou no Rio de Janeiro, e dos representantes do ensino secundário, portadores de muitos conhecimentos, proíbe caracterizar negativamente o estado cultural dos homens da Lei, da Medicina e da Educação. Encontravam-se muitas pessoas com uma cultura de cunho individual, baseada em interesses espontâneos, nos diversos campos da música, da pintura, da escultura, da psicologia, da religião, católica ou protestante.

Senti a presença de uma elite intelectual, como as de muitas cidades médias do Estado de São Paulo: uma elite acadêmica com formação jurídica, médica, psicológica, religiosa, musical, artística. Esses homens eram, em grande parte, gente lida e viajada.

[...]

O que dá um crédito especial a São José do Rio Preto é não só a existência viva de tantos elementos culturais em geral, mas a consciência social da existência desta cultura e a consciência da necessidade de cultivar esta consciência como instrumento sublime do desenvolvimento e do progresso neste rumo, foi o que registrei em minha chegada.

Na mesma entrevista, Buggenhagen tece, como se fora um conto de ação, o desenvolvimento dramático da convivência entre os professores recém-chegados e a comunidade rio-pretense (LODI, 2008):

No começo, registrou-se grande confraternização entre todas as partes envolvidas na vida universitária: confraternização dos docentes com seus colegas, do pessoal da administração com os professores e do diretor com os alunos e com os representantes municipais. Pertencendo ao pequeno grupo dos professores, senti-me obrigado a estabelecer contatos com os rio-pretenses, contribuindo para a viabilização do novo empreendimento. Senti essa obrigação tanto mais quando percebi que não era pequeno o número de pessoas da cidade que buscou contato com os professores, sentindo que um intercâmbio pessoal entre elas e os docentes ajudaria o desenvolvimento do Instituto.

Realizaram-se reuniões oficiais de recepção do corpo docente. Mas, além disso, muitos rio-pretenses mostraram grande preocupação em facilitar nossas condições de vida na cidade, aumentando nosso conforto, e introduzindo-nos nas famílias tradicionais e importantes da cidade. Prof. Daud, Dr. Renato Lerro, Dr. Vicente de Paula Barbosa, Sr. Quincas Pereira, Vicente Filizolla... O Prefeito Andaló, muitas vezes, visitava e inspecionava os locais onde eram dadas as aulas. Ele arranjou, com uma rapidez incrível, de um dia para o outro, com a ajuda dos universitários, cinco mil assinaturas na cidade para um requerimento que recomendava a integração de nosso Instituto no novo sistema estadual, e prometeu a doação da Biblioteca Municipal à nova Faculdade.

Lembro-me de que as Associações de Classe da cidade abriram as portas para nós. Tornei-me sócio do Rotary Club, do Clube Monte Líbano e do Automóvel Clube. Tenho ainda hoje leves dores de consciência, sentindo-me até um pouco como cavalheiro de indústria. Sou sócio do Clube Monte Líbano sem ser árabe. Sou sócio do Jóquei Clube sem ser dono de um cavalo de corrida, e sou sócio do Automóvel Clube sem possuir ou dirigir um automóvel.

A integração da maioria dos Professores com os habitantes

da cidade não ocorreu no sentido estrito. Naturalmente, uma grande parte dos rio-pretenses simpatizou com o grupo dos recém-chegados. A simpatia da maior parte, entretanto, descambou para a indiferença. Muitos cidadãos não conseguiram conformar-se com uma moderna mentalidade universitária, e os jovens professores recém-chegados de São Paulo não tinham diplomacia no convívio com os cidadãos e não levavam em conta a maneira de eles pensarem sobre o mundo. Perdeu-se a atração da novidade a respeito do grupo, e começou a adormecer a vontade de confraternização, tanto no lado da cidade, como no lado dos docentes.

Formou-se, por outro lado, um entrelaçamento anônimo e automático entre o pessoal do Instituto e largos círculos da população. Voltando das aulas, como é natural, os alunos trocam ideias com seus familiares, no almoço e no jantar. Falam sobre as aulas e sobre tudo o que se tem passado no Instituto. Assim, por meio dessa conversa, a Universidade toma muito corpo na vida da cidade, o que aparece à primeira vista. Milhões e milhões de comunicações qualificadas e estímulos entraram no espírito da população, mudando e enriquecendo sua mentalidade. Criou-se, destarte, uma integração mais profunda e íntima do que consiste nas ordinárias amizades e festas de confraternização. Mas dentro de um curto intervalo, formaram-se grupos e grupinhos. Acho que é um desenvolvimento normal das coisas.

O penúltimo parágrafo do trecho acima está corroborado pela declaração do Prof. Dr. Samir Barcha, em seu depoimento, quando narra o desrespeito de professores provavelmente ateus às crenças da maioria dos estudantes, desrespeito explicitado até durante as aulas, por meio da ridicularização, por exemplo, do dogma católico da Imaculada Conceição. Nesse mesmo depoimento, podemos tomar conhecimento de outros aspectos que podem ser contados entre aqueles que ajudaram a criar e a sustentar as divergências de que estamos tratando (BARCHA, 2013):

Hoje, eu vejo claramente que aqueles professores tinham ideias que não se casavam com o “status quo”. Tinham ideias de reforma, mas que nunca foram aplicadas, ficando tudo no campo do proselitismo. Acho que faltou habilidade a esses professores, cujo comportamento agressivo, depreciador e ridicularizador muito contribuiu para a reação da população. Suas ideias de reformas não deveriam ter sido pregadas de forma tão intempestiva como foi. Muita gente sentiu-se humilhada.

Todo o antagonismo exacerbado, criado entre os professores das Letras e da Pedagogia e de parte da História Natural e entre a maioria absoluta da população rio-pretense foi, a meu ver, a causa da virulenta reação que se iniciou, logo após a revolução, culminando com a demissão em massa de professores dos quadros docentes da FAFI.

Vale registrar, apenas como leve contraste – não como antítese – o que escreveu a Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Bicudo sobre a acolhida que teve de habitantes da cidade, quando, em 1960, começou a trabalhar na FAFI; portanto, pouco tempo antes dos antagonismos referidos pelo Prof. Dr. Barcha (BICUDO, 2016):

Quando cheguei a Rio Preto, morei inicialmente no Hotel Camareiro, no próprio setor de hóspedes. Pouco tempo depois, o Sr. Soler, gerente do hotel, em um gesto de muito carinho, convidou-me para morar com sua família na parte interna do hotel. Assim, de repente, eu ganhei duas irmãs, a Carmem e a Izabel Soler, com quem eu dividia o quarto e partilhava o dia a dia. Algum tempo depois, eu mudei-me para a casa de um casal também extremamente simpático e agradável, onde vagara um quarto que eles alugavam para uma hóspede. Para mim, a mudança era vantajosa, especialmente pelo fato de estar a um quarteirão de distância da Faculdade, o que eliminava a necessidade de usar o ônibus.

[...]

Dona Jota e seu Fuad Hawilla, de quem sempre me lembro com saudade, suas filhas Leila Sara e Rosmary, e o filho mocinho, hoje conhecido como J. Hawilla, bem como seus parentes tornaram-se minha família em Rio Preto.

Compare-se esse trecho com o que escreveu Prof. Dr. José Aloysio Reis de Andrade em seu depoimento (ANDRADE, 1995 – CEDEM/Unesp):

Tivemos uma boa acolhida pelo pessoal em Rio Preto. Havia apenas uma diferença do ponto de vista de Humanas e de História Natural, mas isso nunca se traduziu em coisas mais complicadas.

Parece haver um consenso de que, até 1960, reinava boa harmonia entre os professores dos diferentes cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse ano, começa o processo de departamentalização e, valendo-se disso, os professores do Curso de Pedagogia propuseram uma reforma universitária, que refletia, em suas linhas gerais, aquela que se discutia há

algum tempo nos meios da Educação Superior, na esteira de intelectuais do porte de Anísio Teixeira e Álvaro Vieira Pinto.

Na reforma proposta pelos professores de Pedagogia, inédita no País, estabelecia-se a participação paritária de alunos e professores na planificação, execução e controle de todas as atividades curriculares. Os professores de Letras Neolatinas e de Letras Anglo-Germânicas concordaram, em parte, com essa proposta, pois, ao invés de paridade, defendiam que, nas reuniões do Conselho Departamental, deveriam participar apenas oito alunos, um de cada série. Contrariamente, o Departamento de História Natural resistiu à ideia de paridade. Dois anos depois, passou-se a permitir, no Conselho, a presença de um aluno por série. Estas divergências fortaleceram a cisão entre os professores, tendo como resultado um estremecimento entre boa parte deles. Também contribuiu para a cisão aquilo que Buggenhagen chamou de “falta de diplomacia” dos jovens professores de Pedagogia e de Letras, aos quais os próprios colegas de História Natural reagem contrariamente. No relato da Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Bicudo, há uma referência pessoal a esse respeito (BICUDO, 2016):

[...]

Com relação a isso, lembro-me de ter sido “sondada” pelo grupo de esquerda da Escola, assim que cheguei. Logo perceberam que eu não partilhava os mesmos interesses. Não era politizada, mas, em geral, seguia meus colegas de curso que tinham opiniões coerentes com as minhas. Eu era jovem e estava mais ocupada com a construção de condições de ensino e pesquisa.

[...]

Tinha minha opinião sobre o “grupo de esquerda”. Por vários acontecimentos, achava que, a vários deles, faltava seriedade. As muitas festas e reuniões em bares, com os alunos e alunas, sugeriam que estavam mais interessados em conquistá-los para suas ideias pessoais e políticas do que em dar-lhes uma formação profissional.

O projeto de reforma foi encaminhado ao Diretor, Prof. Dr. Rafael Grisi, em 1960, para sua análise. A não aprovação do Projeto de Reforma proposto pelos professores do Curso de Pedagogia criou um impasse que veio culminar com a demissão do Diretor, em 1961. Entretanto, sobre sua gestão, o Prof. Dr. Celso Abade Mourão fez um depoimento favorável, em uma entrevista dada em 1978, à Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilce Aparecida Lodi (LODI, 1978):

Quanto à administração de Rafael Grisi: aspecto positivo, a Biblioteca, que conta atualmente com quase 40.000 volumes. Se nós fizermos um levantamento do crescimento da biblioteca em cada uma das administrações, verificaremos que a Biblioteca da Faculdade de Filosofia já começou grande e assim começou porque o Prof. Rafael Grisi a criou grande. Quanto à qualidade do material, porque quantidade de má qualidade não é vantagem, dizem que a Biblioteca não valia muito a pena, porque a qualidade não era das melhores. Acho que ninguém tem o direito de dizer isso, pois numa Biblioteca cabe qualquer livro; por essa razão, esse eu considero um ponto positivo. Ponto negativo na administração de Rafael Grisi: ele poderia estar presente em Rio Preto mais do que esteve.

Antes, porém, de continuar este relato, convém determo-nos em alguns acontecimentos, para a melhor compreensão de divergências e conflitos no seio da FAFI e entre esta e a cidade, que, em certa medida, se espelham; se houve uma mudança interna que criou uma tensão entre os acadêmicos, alunos e professores, houve outra entre a nova Instituição e a cidade (MIOLA, 2014):

Qual a razão de tamanha mudança comportamental em relação à FAFI? A tão aguardada, discutida e desejada Faculdade não teria atingido os anseios de seus criadores? Ou a criatura ter-se-ia voltado contra seu criador? Quais as razões que teriam contribuído para uma mudança tão radical que ia do amor ao ódio e que causou a aniquilação parcial de uma Instituição tão promissora? Não teria sido criada para livrar as “filhas da sociedade rio-pretense” dos ensinamentos comunistas da Universidade de São Paulo? Afinal, o que assustou ou revoltou a sociedade dominante? A indicação de Raphael Grisi para diretor teria provocado a ira de alguém que a teria criado, como disse em depoimento o Prof. Orestes Nigro.

[...]

Entretanto, a nomeação de Raphael Grisi, embora do agrado do governador Jânio Quadros, foi também uma solicitação do Conselho Geral da Universidade Municipal, assinada por seus membros e encabeçada por Daud Jorge Simão, o vereador a quem se refere o Prof. Nigro.

A escolha do corpo docente [...] praticamente afastou os professores do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, templo da intelectualidade de Rio Preto. Sem dúvida, tal atitude gerou ciúme e inveja de alguns daqueles intelectuais que, de entusiastas, passaram a ser algozes.

Os professores selecionados tinham origens bastante diversas. A maioria dos professores de História Natural era de formação gleteana (muito conservadora), os de Pedagogia e Letras ou eram provenientes do cursinho da USP (mais progressista), ou de estrangeiros com passagem por diversas Universidades europeias e convivência com grandes filósofos e cientistas educadores da época. Assim sendo, não foi gratuitamente o reconhecimento da qualidade de tão seletivo corpo docente.

O tema que acabamos de transcrever continua por meio da exposição de dois depoimentos: um, com quase duas páginas, de um professor que teve rápida passagem pela FAFI, entre 1960 e 1961, e que hoje é figura internacional proeminente, o filósofo e sociólogo marxista Michel Lowy; outro, bem longo, de um professor sempre lembrado como uma figura fora do normal, quase uma lenda nos meios universitários de São Paulo, o Prof. Flávio Vespasiano Di Giorgi. Eis alguns fragmentos do primeiro depoimento do Prof. Michel Lowy, segundo o Prof. Dr. Laerte Miola (MIOLA, 2014):

Cheguei a Rio Preto em 1960. Fiquei mais ou menos até 1961. Lecionava Sociologia para as turmas mais avançadas. Havia uma concentração de gente um pouco marginalizada pelo sistema, em parte por razões políticas, em parte por outras razões. Era um grupo contestatório, com posições políticas e intelectuais críticas. O que se procurava era desenvolver uma relação afetiva com os alunos e que não fosse tradicional. A convivência entre os professores era baseada numa certa cumplicidade política e pedagógica, o que não impedia a existência de conflitos. Um dos conflitos foi em torno da campanha a favor da escola pública. Vários professores envolveram-se nela. Bem, eu lembro-me particularmente do Wilson Cantoni, um dos mais ativos nisso e havia um ou dois professores que se opunham. Houve um enfrentamento bem desagradável, mas a maioria dos professores participou da campanha.

Eu lembro-me, mais distintamente, de um seminário de estudo do Alemão, dado por um velho Prof. que se chamava Erick Arnold Von Buggenhagen. Ele teve o bom gosto de ensinar alemão lendo Hegel.

[...]

Nossa turma era realmente muito boa, motivada, cheia de iniciativa. Isso, também, estimulava a iniciativa do estudante. Havia também a preocupação do ensino ser parte de um despertar mais geral para a vida social e política.

Lembro-me também do trabalho de alfabetização com os camponeses, de interessar os camponeses pela escola, interessar os sindicatos pela Campanha da Escola Pública (Método de Alfabetização Paulo Freire). E eles interessavam-se. O trabalho de alfabetização levou os camponeses até a escola, na Campanha pela Escola Pública.

Eu tenho uma memória muito vívida de uma relação bem direta que tivemos com um dirigente sindical camponês, o Jofre Correia. Ele era muito ligado à gente, vinha visitar-nos na Faculdade e levou-nos até a região que se chamava Santa Fé do Sul. Lá havia um conflito bem duro com proprietários de terra, que expulsaram os camponeses para criar gado. Demos todo apoio aos camponeses. Quando o Jofre foi preso, fomos à prisão para dar-lhe apoio, fizemos campanha para tirá-lo da cadeia.

Entre o pessoal de esquerda da Faculdade havia toda uma gama, havia os de origem trotskista, outros luxemburguistas, ligados às ideias de Rosa de Luxemburgo, outros do PC, cristãos de esquerda. Havia um pluralismo, mas uma tolerância recíproca. Às vezes discutia-se, mas o clima era fraternal e tolerante. Brigas mesmo foi com o outro grupo, uns dois ou três, reacionários repressivos.<sup>2</sup>

O depoimento do Prof. Flávio Vespasiano Di Giorgi, na realidade uma entrevista-depoimento, encontra-se na dissertação de Mestrado de Dóris Accioly e Silva (DI GIORGI, 1995):

O primeiro Diretor, Raphael Grisi, fez contato com pessoas para formar o corpo docente, inclusive com Wilson Gomes Cantoni, sociólogo que fez contato com pessoas para formar o corpo docente, obedecendo a critérios fáceis de identificar: pessoal jovem, mas que principalmente tivesse mente aberta, que nas questões de educação e na discussão de problemas universitários se situasse numa certa vanguarda.

Esse pessoal já havia trabalhado junto na USP, no Grêmio Estudantil, e trabalhava no cursinho, muito rigoroso na seleção que era feita por concurso. Esses professores já se conheciam havia cerca de seis anos, desde o convívio como estudante. Havia uma afinidade metodológica e também afinidade em política universitária, política nacional, etc. Era um pessoal que se conhecia bem e que era reconhecido de certa forma, na USP, como alunos de melhor desempenho em suas respectivas áreas. Eu era formado na USP em Letras Clássicas e também havia lecionado no cursinho.

---

<sup>2</sup> É bom lembrar que, entre 1960 e 1961, Michel Lowy contava com 22 anos de idade e o professor Buggenhagen, 52 anos.

Foi em grande parte neste grupo que o Cantoni procurou as pessoas. Para Letras, falou com Norman Maurice Potter, Orestes Nigro, e eles contataram outros. A maioria de nós, quando saímos de São Paulo, aceitando o convite partimos para uma aventura, em todos os sentidos. Eu era professor efetivo do magistério secundário, Maria Edith, minha mulher, também. Havia incerteza quanto à remuneração. Eu também já lecionava havia um mês na USP como assistente. O Grisi morava em São Paulo e quase não ia a Rio Preto, então escolhemos um vice-diretor.

No começo, não havia grandes divisões entre os professores dos três departamentos, Letras, Pedagogia e História Natural, nem quanto à visão, nem quanto aos métodos, mas não tardou muito e determinadas atitudes tomadas quanto a problemas locais e nacionais foram conduzindo a uma divisão ideológica. História Natural, desde a época da USP, não era politizada. Os docentes desta área lecionavam nos moldes dos velhos catedráticos da USP. A relação professor-aluno visivelmente não era a mesma na História Natural e na Pedagogia. Letras era dividida. Letras tinha um corpo meio composto, havia os jovens, eu, Maria Edith, Norman e Orestes. Havia os estrangeiros, Pinto de Carvalho, por exemplo, que seguiam a tradição europeia de Professor. Eram muito distantes de nosso modo de ser; havia um diálogo, embora nem muito íntimo, nem muito unânime, em relação a questões mais ligadas à política educacional e à política em geral. Havia outro estrangeiro, o italiano Edoardo Querin, pessoa muito boa, excelente, mas com problemas específicos de quem tinha sofrido a guerra, gostava de viver isolado e participava de uma visão mais tradicional. Outro estrangeiro era Erich Arnold Von Buggenhagen, que era um tipo muito diferente. Politicamente nunca foi de esquerda, mas era um homem superiormente inteligente, tinha uma mente aberta; filósofo, ex-aluno de Heidegger e tinha trabalhado com Jaspers.

Com o tempo, houve a separação entre os grupos de Letras e Pedagogia e de História Natural. Os Departamentos resolviam tudo, e como não havia nenhuma norma rígida oficial, eles se constituíram segundo seus moldes preferenciais: o Departamento de Pedagogia adotou desde logo a linha de paridade, tantos alunos, tantos professores, com voz e voto. Isso foi importante na época, pois não havia representação de alunos em lugar nenhum. Para discutir contratos de professores, verba, currículo, metodologia, carga horária, era o Departamento, paritariamente na Pedagogia. Em Letras não, como havia os professores estrangeiros, a gente foi bem mais prudente. Havia um representante por classe de alunos. História Natural não tinha nenhum aluno

como representante e, como os alunos lá reivindicavam participação, os professores ficavam irritados conosco.

Neste ínterim, o clima acirrava-se com a campanha pela escola pública; algumas coisas cruzaram-se com outras, criando na cidade uma crescente preocupação com certo grupo de professores. Note bem que o grupo de História Natural cultivava as melhores relações com a cidade. Em 1960, as coisas pioraram, com a campanha contra a Lei de Diretrizes e Bases, quando nós escrevemos um artigo na revista Anhembi: Contra os Bispos, contra a histórica reivindicação da Igreja de Liberdade de Ensino, etc.

Aí, alguns grupos da cidade disseram: “esses sujeitos são comunistas!”. Mesmo porque havia alguns comunistas, o grupo era heterogêneo, no grupo havia marxistas, havia os que adotaram análises de Marx sem adotar o universo cosmovisivo de Marx, como eu, que sou cristão e sempre fui parte desse grupo.

Bem, nesse ínterim, estava havendo o movimento dos camponeses de Santa Fé do Sul, liderados por Jofre Correia.

Perseguido, acuado, reprimido, o pessoal do Jofre veio pedir apoio à nossa turma em Rio Preto. E vieram quarenta camponeses. A cidade ficou em pânico. Isso em 1961. Vieram pedir até comida, eles não tinham nada. E a Faculdade tinha mudado de prédio, em um antigo Hospital Espírita ainda havia, no andar de baixo, um número enorme de camas. Então nós falamos com o Celso Abbade Mourão, que era da turma reacionária, vice-diretor, e nós os abrigamos lá. Foi o pânico na cidade. Acontece que estava marcada para a noite seguinte uma palestra importante do Cantoni sobre a luta contra a LDB.

Toda a cidade havia sido convidada, inclusive Prefeito, vereadores, etc. E o Cantoni achou por bem convidar os camponeses. E foram os 40 e ficaram todos de pé, à direita. E o Cantoni, numa certa altura, resolveu dirigir-se pessoalmente aos camponeses, tentando articular a luta pela educação com a condição de camponeses despojados, destituídos. A cidade ficou em polvorosa: “O que o Cantoni nos fez foi uma desfeita, deu mais importância àqueles camponeses subversivos do Jofre”.

Ainda em 1961, a Faculdade (Pedagogia) fez um estudo da cidade toda sobre as condições de trabalho. E aí entramos em contato mais íntimo com sindicatos. O trabalhador mais explorado era o da construção civil. E o dono da maioria dos prédios era o prefeito da cidade, João Lotf Bassit. O sindicato pediu nosso apoio para ajudar na sindicalização.

Os trabalhadores eram terrivelmente explorados, conversamos longamente com eles. Descobrimos também

que só duas firmas em Rio Preto pagavam salário mínimo. As outras obrigavam os empregados a assinar que recebiam o salário mínimo e quem reclamasse seria despedido.

A cidade começou a perceber que nós estávamos mexendo com algumas estruturas de lá. E as forças locais começaram a se organizar.

Todavia, há depoimentos, como os do Prof. Dr. Alfredo Leme Coelho de Carvalho, Prof. Dr. Samir Barcha e Antônio Luiz Pimentel que mostram aspectos comportamentais realmente impactantes, numa comunidade ainda guiada por valores que preconizavam o decoro dos professores e a honra familiar.

Percebe-se, por meio dos depoimentos dos professores Di Giorgi e Lowy, que o Prof. Wilson Gomes Cantoni exercia uma inegável liderança. No belo depoimento do Prof. Dr. Pedro Bonilha Regueira, presidente do Diretório Acadêmico entre 1963 e 1964, podemos confirmar essa liderança e a admiração que esse professor gozava entre os estudantes. Nota-se também que o Prof. Wilson Gomes Cantoni percebia que havia um crescente distanciamento entre a cidade e a Faculdade, e procurou agir com tino político, talvez tardiamente, para corrigir o problema. Escreve o Prof. Dr. Pedro Bonilha Regueira (REGUEIRA, 2016):

Não tinha tempo algum para jogar na política, ter uma participação mais atuante. A Faculdade e o trabalho consumiam todas as horas disponíveis, até às três horas da manhã. Não tinha intenção de assumir a presidência do Diretório Acadêmico, seria uma carga a mais e sentia também que havia muitas intrigas entre alunos dos Departamentos, oposições e “cobras criadas”, porém um fato inesperado ocorreu que mudou totalmente minha posição. Gostava de conversar com o Prof. Cantoni, embora fosse aluno de Letras, mas seu quase-cunhado, César Muanis, era amigo de longa data, desde a PRB-8. O Prof. Cantoni, uma das maiores expressões da Faculdade, era culto, sagaz e sincero. Argumentou que por (eu) ser residente na cidade e ter uma boa convivência com todos os setores, seria de suma importância que a cidade desse o presidente do Diretório. Iria, de certa forma, aproximar a FAFI à comunidade rio-pretense, sabia-se que não eram normais as relações. Senti no momento que não se procurava um presidente, um político, mas uma ponte que ligasse a Faculdade de Filosofia à cidade de Rio Preto. Os argumentos do Prof. Cantoni soavam mais como um pedido, quase um favor, e convenceram-me, certo de que seria um “Espírito Santo”, um elo entre as partes. Com passagem livre

em Letras, Pedagogia e História Natural, fui bem votado. Vieram as férias.

[...]

Como um presidente elo/técnico, a primeira atitude era criar um restaurante nos moldes do SAPS (São Paulo) e, para isso, fui à capital ver o preço de todo o sistema, como bandejas, caldeirões, panelas, etc. Para fazer um restaurante, eram favas contadas, tínhamos (os Bonilha) inaugurado na cidade cinco pastelarias e uma padaria em Mirassol. Tinha muita experiência, mas faltava o dinheiro... Enviei correspondências a políticos, militares e empresários, solicitando sua colaboração para dar andamento à criação do “restaurante universitário”, e foi um sucesso absoluto. Políticos como Carlos Lacerda, João Goulart, Brizola, Iedo Fiuza, Ademar de Barros, enviaram cem cruzeiros cada um. Até os generais Juarez Távora, Milton Gruz e outros. A primeira quantia foi enviada pelo político José Jorge Jr., nosso querido vereador. O montante da quantia arrecadada em dois meses dava para abrir mais de um restaurante.

[...]

No início de março, fui intimado a comparecer à Delegacia para dar declarações sobre as atividades do Diretório durante a visita do senhor Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro. O Prof. Cantoni acompanhou-me e fomos falar com o Dr. Tácito, Delegado Regional da Polícia de Rio Preto que, mal humorado, disse que chegaram a seu conhecimento notícias de que os estudantes da Faculdade fariam uma revoada de urubus na vinda de Carlos Lacerda – aquele do Rio Guandu. Durante o comício, entretanto, a polícia, sob suas ordens, estava bem preparada para coibir qualquer manifestação nesse sentido, mandando todos os insurgentes para a cadeia debaixo de cassetetes. Ficamos surpresos, pois nada disso havia sido cogitado e argumentamos que, num regime verdadeiramente democrático, tínhamos plena convicção de que ele e todo o seu aparato militar dariam essa mesma segurança a possíveis vindas de Goulart, Iedo Fiuza, Brizola, Almino Afonso e outros. A contragosto, dispensou-nos. Em um interrogatório, posteriormente, paguei bastante caro por “essa afronta”.

## **6.1 A gestão do Prof. Dr. João Dias da Silveira (1961-1964)**

A organização de forças às quais se refere o professor Flávio deu-se pouco a pouco no período em que foi diretor da FAFI o Prof. Dr. João Dias da Silveira.

Esse novo Diretor foi nomeado pelo governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. O Prof. Dr. João Dias era titular da Cadeira de Geografia Física e Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Faculdade, onde havia exercido a função de vice-diretor. Fora nomeado em 1957 para instalar e dirigir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. No período de 1961 a 1964, acumulou as funções de diretor da faculdade que instalou e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Apesar desse acúmulo de funções, esse Diretor soube conciliar as desta Instituição, junto à comunidade acadêmica, tendo contornado boa parte dos desajustes existentes desde 1960.

A gestão do Prof. Dr. João Dias é lembrada nos depoimentos com opiniões muito favoráveis, mas com um pequeno senão que o Prof. Dr. Celso Abbade Mourão aponta (LODI, 2008):

Doutor João Dias da Silveira: o aspecto positivo foi uma adequação desse prédio, derrubando e levantando paredes, mudando a estrutura do prédio de maneira a torná-lo menos inadequado; aspecto negativo: uma perda, pelo menos aparente, do domínio da situação.

Fez novas contratações de professores e melhorou sensivelmente as condições de diversos cursos; estimulou os professores a se dedicarem mais à pesquisa, empenhando-se para que trabalhassem em tempo integral, dando-lhes, assim, as condições para obterem o doutoramento em médio prazo. Ampliou significativamente, atendendo docentes, o acervo da Biblioteca, cabendo ressaltar, neste caso, a qualidade da aquisição de obras clássicas, inclusive de raridades. Providenciou a aquisição de equipamentos, aparelhos de laboratório e material de consumo, posto de imediato à disposição dos Departamentos. Talvez pensando na importância da fixação dos quadros docentes e técnico-administrativos, atuou junto ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP, para que priorizasse a aquisição de moradias para eles.

Foi no começo de sua gestão que se definiu o brasão da FAFI com as seguintes características: escudo redondo português, em campo azul-claro, simbolizando o universo em toda sua extensão; parte inferior representando uma cidade à margem de um rio (representação simbólica do município); parte superior em campo de prata com a representação de um livro aberto recebendo uma ampulheta (tempo da cultura), com chama na parte superior (desejo de luz, clareza e progresso) com a divisa latina SAPERE AUDE.

Entretanto, foi durante essa gestão que se acirraram os ânimos acadêmicos, com mais e mais intensidade, nos anos de 1962 e 1963. Acontecia, no ambiente desse Instituto Isolado, o que se podia observar nas universidades federais, nas universidades estaduais e nas universidades privadas, confessionais ou não, onde se estabeleceu, seja no corpo docente, seja no discente, uma divisão ideológica entre esquerda e direita, cada uma das quais com divisões internas. Na realidade, esses ambientes acadêmicos repercutiam, talvez com maior ruído, os movimentos da vida política nacional.

Entretanto, essa divisão ideológica dava-se a despeito da maior parte dos alunos, mais interessados, estes, nas aulas e nos estudos do que em debates políticos, por estarem preocupados com sua formação profissional. Alguns depoimentos dos Professores Doutores, Valdemar Munhoz Rodrigues, Samir Felício Barcha, Héstia Tenfuss Maciel e Lafayette Ibraim Salimon, ajudam a compreender esse distanciamento. No primeiro, podemos ler o que se segue (RODRIGUES, 2016):

No período, historicamente mais marcante da história recente do Ibilce, quando eclodiu a “crise pré-revolucionária” no biênio 1963-1964, eu cursava o terceiro ano do curso de graduação em Letras Neolatinas, que concluí no tumultuado 1964. Pouco participei dos eventos extracurriculares desse período, pois foi precisamente em 1963 que comecei a lecionar na cidade de Palestina. Essa experiência profissional foi particularmente difícil: a viagem em ônibus (ou “jardineira”) consumia mais de duas horas e meia de ida e outro tanto para voltar a São José do Rio Preto. Mal dava tempo de tomar um banho rápido, porque, duas vezes por semana, tinha “seminário” de Literatura Hispano-Americana. Por essa razão, e dada a falta de outro tempo disponível, tinha de fazer a leitura dos textos que seriam discutidos no seminário, durante a viagem em estrada de chão (estavam construindo a rodovia que simplificou consideravelmente a penosa viagem). À vista do exposto, eu não dispunha de qualquer tempo para participar de outras atividades acadêmicas.

No segundo, o do Prof. Dr. Samir Barcha, encontramos (BARCHA, 2013):

Fui aprovado no concurso em 1964 para o ingresso no magistério secundário oficial, aliás, o único aprovado em todo o Estado. Também fui aprovado no concurso para ingresso no magistério oficial na cadeira de Ciências Físicas e Biológicas. Trabalhava em Olímpia, como professor efetivo de Biologia e dava aulas de Ciência no “Monsenhor Gonçalves”. Acumulava

essas duas cadeiras quando veio a revolução. Na verdade, nesse tempo que vai de minha formatura ao advento da revolução, eu pouco tinha conhecimento do que realmente se passava na Faculdade, especialmente no plano político. Conhecia muito pouco sobre as áreas de Letras e Pedagogia, exatamente onde as questões políticas eram intensamente discutidas. Não obstante, por frequentar o Departamento de Geologia e Paleontologia, fui convocado pela polícia e interrogado. Muitas das perguntas que me foram formuladas eram novidades para mim, de forma que pouco pude acrescentar às pretensões dos inquisidores, conforme se pode depreender de meu depoimento cuja cópia tenho em meus arquivos. Mas eu nunca comunguei da maioria das ideias sustentadas pelo pessoal das Letras e da Pedagogia.

[...]

Hoje, eu vejo claramente como Rio Preto era provinciana quando para cá eu vim. O choque cultural promovido pela chegada da Faculdade, com professores jovens, pensando coisas lá na frente, em todos os aspectos, políticos, sociais, morais e culturais, foi inevitável. A forma de ser, agir e pensar do pessoal das Letras e da Pedagogia era muito diferente da realidade da História Natural. Eu afinava-me muito mais com a História Natural do que com as outras duas áreas.

Em fins de 1961 e começo de 1962, a História Natural passou por séria crise, especialmente em função da inexistência de professor de Botânica e Sistemática Vegetal. Aquilo para mim era horrível; eu pensava formar-me logo, mas esta situação poderia prorrogar mais a duração do curso. Houve um movimento grevista que logo se espalhou por toda a escola, envolvendo, agora, outros temas, inclusive a questão da direção da Faculdade, ocupada de forma “itinerante” pelo Prof. Raphael Grisi, o reatamento das relações com a Rússia, a questão cubana, etc...

E eu pensava: “Meu Deus, não vou formar-me porque não temos Professor...”.

Discutia-se sobre os trabalhadores de Santa Fé do Sul, e eu pensava que aquilo nada tinha a ver com a nossa realidade; eu queria formar-me, ter minha carreira e não depender de mais ninguém, portanto aquilo para mim não servia para nada.

O Prof. Celso Mourão representava o Diretor Grisi, como assistente da direção.

O Prof. Mourão sempre se destacou pela conduta profissional rígida, exigente, tanto de si mesmo como dos alunos. Nunca admitiu que funcionários, alunos e mesmo professores não tivessem uma conduta que não fosse aquela baseada em seus princípios: trabalho, disciplina, hierarquia, competência. Nunca admitiu a paridade entre professores e alunos nos conselhos departamentais.

Esta sua maneira de ser acabou criando sérios atritos e divergências, especialmente com professores e alunos das Letras e Pedagogia, embora também em alguns setores da História Natural. O acirramento foi grande, sua rejeição por parte das Letras e Pedagogia foi tal que acabou gerando campanhas acintosas contra ele apregoadas nos corredores daquelas áreas. Ouvi muitas vezes manifestações de alunos e professores nos seguintes termos: “ao paredón, ao paredón”, contra o referido professor. Vi também muitos cartazes com estes dizeres afixados em pontos dos corredores das áreas discordantes.

Estas expressões faziam referência às execuções em Cuba, determinadas por Fidel Castro contra seus opositores políticos.

No ano de 1963, novos problemas no Departamento de Botânica, narrados pela Prof<sup>a</sup>. Héstia, então aluna, abalaram as estruturas do Curso de História Natural (MACIEL, 2016):

Ingressei no curso de História Natural em 1960 e escolhi, no último ano (1963) como disciplina optativa, Fisiologia Vegetal. Envolvi-me completamente com o ambiente cativante e dinâmico da Fisiologia, e passava a maior parte do dia absorvida entre os Laboratórios e o jardim botânico, despertando admiração e satisfação do responsável pela disciplina: Prof. Dr. Paulo Nogueira de Camargo.

Nesse ano, a notícia do assassinato de um jornalista famoso na cidade abalou as estruturas do curso de História Natural, visto que, surpreendentemente, o Prof. Dr. Paulo estaria envolvido nesse triste acontecimento.

Foi um período de incertezas e notícias desencontradas nos corredores da FAFI, até que meses depois ele foi indiciado pelo crime. Aluna do último ano, e tendo feito opção por Fisiologia Vegetal, trabalhava diariamente no laboratório auxiliando o professor no preparo de aulas práticas e também em trabalhos de pesquisa. Minha experiência nessa área fez então com que meu nome fosse sugerido para substituir o competente professor, temporariamente, ministrando aulas práticas para que os alunos do terceiro ano pudessem concluir a disciplina.

A partir daí, semanalmente, eu ia à delegacia de Polícia localizada no centro de São José do Rio Preto, onde o Dr. Paulo estava temporariamente detido, acomodado num arejado quarto, sem nenhum constrangimento, como grades em portas ou janelas. Ele me recebia cordialmente, orientava-me e esclarecia todas as minhas dúvidas sobre os procedimentos

necessários para o bom desempenho das aulas. Com a aula já planejada, eu retornava à FAFI para providenciar o material necessário. E, na semana seguinte, voltava para planejar, sob sua orientação, as próximas aulas.

Normalmente, encontrava o professor estudando com lupas e microscópio colocados à sua disposição. Esse roteiro prolongou-se até o final do ano letivo, o que favoreceu os colegas do terceiro ano que puderam concluir a disciplina sem problema.

O depoimento do Prof. Dr. Lafayette Ibraim Salimon ilustra essa espécie de distanciamento e outros aspectos da vida estudantil entre 1962 e 1963, já formado em Escola Normal e professor do primário, tinha 23 anos (SALIMON, 2016):

Entrei no curso de Pedagogia em 1962, quatro anos após concluir o ensino médio.

A turma era composta por mais mulheres do que homens, por mais jovens do que por pessoas maduras e por várias pessoas já em efetivo exercício no magistério. Não consigo lembrar-me de quantos estavam em continuidade imediata em sua escada de escolarização, mas lembro-me de que era significativo o número dos que ingressaram, como eu, após vários anos de concluírem o ensino médio.

Havia alunos de São José do Rio Preto, Santa Adélia, Nova Granada, Palestina, Mirassol, Nipoã, Tanabi, Olímpia, Monte Aprazível, Nova Europa, José Bonifácio e muitos outros municípios da região e de outros Estados vizinhos.

A estrutura curricular ganhava vida com professores famosos e lembro-me de que algumas cadeiras, como Filosofia e Psicologia, eram atrações à parte. Havia professores jovens, de meia idade e alguns mais idosos. Entre eles, alguns eram exóticos, charmosos, galãs, e outros políticos, além da boa formação acadêmica. Professores provenientes da Europa contribuíam com um olhar educacional culturalmente diverso. O número de professores de sexo feminino sempre me pareceu menor do que os do sexo masculino. Havia uma grande curiosidade em relação aos docentes de outras áreas de conhecimento, quer pelos seus objetos de pesquisa e ambientes de trabalho, quer pela sua nomeada e reconhecida titulação. Eu mesmo via-me frequentemente curioso diante da denominação das áreas de História Natural, Ciências Biológicas, Letras Vernáculas e Clássicas, Letras Anglo-Germânicas ou Neolatinas.

Os alunos das outras turmas, em meu modo de ver, não demonstravam a mesma curiosidade pela Pedagogia e isso

intrigava-me, porque, em contrapartida, percebia o interesse deles pelos nossos professores.

[...]

A estrutura do prédio da General era acanhada, embora o garoto de Santa Adélia o achasse gigantesco. As salas de aula eram adaptadas, o mobiliário era simples e parecia remanejado de outras escolas públicas. Os ambientes laboratoriais eram insuficientes, assim como a biblioteca do subsolo.

Havia poucos recursos tecnológicos da educação, além dos gravadores de fita, amplificadores de som, mimeógrafos e projetores de slides que, mesmo assim, eram novidades para mim.

[...]

Eu não participava intensamente das atividades de política estudantil, mas elas certamente aconteciam nos intervalos das aulas, em lugares adrede escolhidos, nos recreios e no período noturno, e nos fins de semana. E eram intensas. Eu percebia, pois frequentemente recebíamos os líderes e os membros do Diretório Acadêmico nas salas e éramos envolvidos nas questões universitárias e, nos momentos mais agudos de eleições e composição de comissões, para tratar dos interesses do alunado, da comunidade e da sociedade. Os líderes possuíam seus seguidores e correligionários que nos envolviam calorosa e sagazmente. Arte, beleza e bicaria eram os “approaches” utilizados.

O estremecimento desconfortável entre os professores do Curso de História Natural e os professores de Pedagogia e Letras, que começara em 1960, passou a conflito aberto por volta de 1962. Foi quando se somaram, às principais razões ideológicas, a proclamação da necessidade de reformas em todos os níveis: reforma política, reforma agrária, reforma educacional, reformas estruturais socializantes, à qual se contrapunha a defesa de valores tradicionais ou conservadores: pátria, família, propriedade, antissocialismo, os movimentos de descontentamento local da cidade contra o comportamento de alguns dos professores de Pedagogia e Letras. Esse descontentamento aguçou-se com a vinda de um grupo de camponeses liderados pelo “capitão” Jofre, os quais, a convite de alguns professores, realizaram uma marcha ruidosa pelas principais ruas de São José do Rio Preto, com cartazes e clamores “revolucionários”. Essa marcha foi coroada com uma reunião desses camponeses no auditório do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, onde se realizou uma palestra proferida, segundo alguns, pelo Prof. Dr. Florestan Fernandes, catedrático de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

Universidade de São Paulo, e, segundo outros (conforme o depoimento do Prof. Flávio, por exemplo), pelo professor de Sociologia, Wilson Cantoni.

Este último episódio resumia o clima de inquietação existente no País sob a presidência de João Goulart: passeatas e comícios a favor das reformas nas grandes cidades alternavam-se com marchas em defesa da religião, do nacionalismo, do direito à propriedade, do capitalismo.

Seguindo as tendências políticas existentes na época, professores e alunos da FAFI dividiam-se entre alienados (“os gorilas”, como eram chamados pela esquerda) e ativos (“os chacais”, como eram chamados pela direita). Os ativos eram formados por três grupos bem definidos em Rio Preto, todos de origem católica: o grupo da Política Operária - POLOP, com laivos trotskistas, o grupo da Ação Popular - AP e o grupo da Juventude Universitária Católica - JUC. Nas universidades federais, observavam-se, além desses, mais dois grupos: o grupo do PC (ou PCB, também apelidado de “Pecebão”) e o grupo do Partido Independente - PI. Esses grupos de esquerda, quando se reuniam para combater os da direita, seja em debates públicos, seja em eleições para a UNE ou, mais especificamente, para as executivas de filosofia, juntavam-se numa “frente ampla”.

A POLOP não prosperou, porque foi contaminada pelo *peleguismo* dos sindicatos. Mas a JUC cresceu, politizando-se cada vez mais até conquistar a liderança no movimento universitário local e, junto com a AP, a liderança absoluta em nível nacional.

A AP de Rio Preto liga-se, como já referido mais atrás, ao trabalho desenvolvido pelo Prof. Franz Wilhelm Heimer, líder da juventude católica europeia e, na época, professor de Língua e Literatura Alemã, vinculando-se, dessa maneira, aos núcleos de Belo Horizonte (Betinho) e de São Paulo (irmãos Vassimon). Tanto a JUC quanto a AP se nutriam de um periódico publicado pelos freis dominicanos de São Paulo, o *Brasil Urgente*, que seguia muito as propostas do papa João XXIII.

Militantes da AP participaram também do Movimento de Cultura Popular - MCP, trazido de Pernambuco pelo Prof. Heimer, conforme já relatamos. O MCP ocupava-se, principalmente, com a alfabetização popular, empregando, para isso, o Método “Paulo Freire”, valendo-se ainda do financiamento do MEC para a projeção de slides, equipamento de fabricação tcheca. O MCP de Rio Preto realizava as pesquisas de levantamento básico sobre as condições sociais e econômicas dos trabalhadores das cidades e do campo, bem como pesquisas sobre o universo lexical mobilizado pelos alunos em suas relações familiares e de trabalho. Os monitores recebiam treinamento em São Paulo. Cada centro de cultura tinha, em média, dois orientadores e mais dois auxiliares.

Grupos de alfabetização localizaram-se nos bairros periféricos de São José do Rio Preto. Na zona rural, especificamente no município de Mirassol, também se criou um grupo sob patrocínio de um fazendeiro (Olavo Fleury, segundo o Prof. Orestes Nigro).

Nessa mesma época, surgiu o Centro Popular de Cultura - CPC, com uma proposta artística, simultaneamente política, diferente do MCP. Costuma-se ligar a ele o movimento teatral inovador conhecido como Teatro de Arena. Na FAFI de São José do Rio Preto, não houve o CPC, mas houve a GRUTA (Grupo Riopretense Universitário de Teatro Amador), do qual já tratamos.

A ex-aluna Maria José Aziz, em seu depoimento, faz referência à “Semana de Estudos Brasileiros”, criada e formatada por um grupo de universitários de São José do Rio Preto e de São Paulo, da qual participaram Paulo Emílio Salles Gomes (cinema), Gianfrancesco Guarnieri e Paulo José (teatro), Inezita Barroso (folclore). Observa ela que a encenação de “A Mandrágora”, de Maquiavel, provocou a indignação de algumas pessoas que “saíram batendo o pé no chão, literalmente, no meio da peça, indignadas com as críticas sociais e religiosas”. Num determinado trecho, exprime um lamento (AZIZ, 2016):

Foi uma pena Rio Preto não se integrar com a Faculdade. A sociedade rio-pretense não aceitava suas ideias e cabeças pensantes avançadas, inovadores. Esse era um choque cultural inevitável. Na época, Rio Preto possuía cerca de setenta mil habitantes.

Todas essas atividades estavam em plena efervescência e compunham, com as tensões internas e externas da FAFI, um quadro de beligerância, que prenunciava uma intervenção militar. É no interior desse quadro, precedendo-o e contribuindo para sua constituição, que se encaixa o assunto da “reforma universitária” da FAFI, que passamos a resumir como um parêntese deste relato.

## **6.2 Parêntese: o torvelinho da reforma universitária**

Em publicação, já mencionada, da Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab, podemos encontrar um relato cuidadoso, acompanhado de cautelosas interpretações, sobre o que foi a inédita e pioneira “reforma universitária” ocorrida na FAFI, em princípios da década de 1960, e seu papel na ocorrência de conflitos entre a Instituição e a cidade e, dentro da Instituição, entre os

grupos de docentes, secundados ou não pelos alunos. Seguem, da mesma autora, os seguintes trechos (ATTAB, 2011):

Quando da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto [...], houve por parte dos círculos mais representativos da Universidade de São Paulo, principalmente a Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, uma tenaz oposição.

Essa oposição incidia em duas áreas distintas: a primeira dizia respeito à impossibilidade de os poderes públicos arcarem com as despesas de manutenção, dado que a própria Universidade de São Paulo não recebia as dotações orçamentárias na proporção de suas necessidades. A segunda referia-se (embora de maneira velada e sutil) à impossibilidade de se organizar, em curto prazo, um corpo docente capaz de corresponder às necessidades do empreendimento.

Portanto, embora de maneira velada e sobretudo muito elegante, partiu dos círculos da Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia um voto de desconfiança ao corpo docente arregimentado pelo primeiro diretor.

Essa maneira peculiar de os círculos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo colocarem a problemática dos Institutos Isolados traumatizou a maioria dos professores do curso de Pedagogia e boa parte dos professores do curso de Letras, que, aceitando o desafio, para cá se deslocaram, visando, antes de mais nada, a refutar, na prática pedagógica, o voto de desconfiança que havia recebido. [...]

É necessário frisar que os professores na prática pedagógica, o voto de desconfiança que havia recebido, que se preocupavam em provar a legitimidade da extensão do ensino interior acreditavam realmente no êxito do empreendimento. Se não houvesse uma forte crença subjacente, não teriam aceitado o convite do primeiro diretor, pois, na fase municipal, as condições de trabalho eram as piores possíveis, e os salários (quase sempre atrasados) eram muito reduzidos, para não dizer irrisórios. Não havia prédio, instalações, laboratórios, material didático e biblioteca pedagogicamente aceitáveis. [...]

As ideias que sustentavam as ações e o entusiasmo desse grupo de jovens professores, embora extremamente difusas e assistemáticas, tiveram sua origem num profundo desencanto em relação ao ensino ministrado, na época, na maioria das seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. No entender desses professores, a Faculdade da Rua Maria Antônia havia atingido um ponto de estagnação, caminhando rapidamente para o

esclerosamento, em virtude do abuso da liberdade de cátedra e da ausência da organização departamental.

As considerações acima, feitas pela Prof<sup>a</sup>. Zuleika, isolam uma constelação de fatores que pode ser tomada como a gênese da Experiência de Reforma Universitária, tentada em São José do Rio Preto.

De um lado, a necessidade premente de se conseguir, a curto prazo, “êxitos” educacionais. De outro, ausência de um modelo pedagógico que pudesse servir de inspiração e de ponto de partida. Já os professores do Curso de História Natural não tinham esses problemas, identificados que estavam não só com o modelo pedagógico genérico, então vigente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mas, também, com o espírito gleteano; e, portanto, pelo menos no início do funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras rejeitavam toda e qualquer sugestão inovadora.

Na sua fase municipal, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto começou a funcionar em 1957. Em meados de 1958, constatou o grupo de professores, preocupados com o desafio que havia partido da Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, a necessidade premente de um comando pedagógico unificado, capaz de proporcionar um modelo necessário à situação concreta, isto é, capaz de dar a diretriz básica, ou o “tom”. Esse almejado e significativo “tom” não poderia emanar do primeiro diretor, pois era considerado uma figura “abstrata”, isto é, pouco participante.

A principal função desse comando unificado seria a de uniformizar o corpo docente, evitando as heterogeneidades ali existentes, tentando eliminar as divergências na maneira de conceber a educação universitária, bem como acertar os relógios a respeito das áreas valorizadas como problemas e também a respeito da natureza das soluções propostas para resolvê-los, procurando dissolver as “perspectivas parciais” de que trata a sociologia do conhecimento, que mostra claramente as dificuldades, talvez até a impossibilidade, de se atingir, a curto prazo e de maneira pacífica, tais objetivos.

Por isso, a adoção de um rígido esquema departamental tornou-se praticamente obrigatória. Os Departamentos de Pedagogia e Letras foram, então, estruturados na base de acordos mútuos, pois não havia nos documentos legais, nem nos contratos de trabalho, nenhum dispositivo que obrigasse os demais professores a aceitar o modelo que lhes era proposto. Entretanto, apesar da capacidade de liderança e do enorme poder de persuasão apresentado pelo grupo inovador, a reação dos recalcitrantes, em geral os mais idosos, foi pouco a pouco

avolumando-se a ponto de exigir modificações nas “regras do jogo”. Nesse momento, pela primeira vez, cogitou-se da participação dos alunos na vida departamental.

[...]

Verifica-se, assim, que a experiência de Reforma Universitária, tentada em São José do Rio Preto, manifestou-se, inicialmente, no nível institucional, com a emergência de um órgão que possuía, ao mesmo tempo, funções técnico-pedagógicas e também funções políticas e burocráticas, inovando, principalmente, na área das relações professor-aluno.

A necessidade da presença de alunos no âmbito departamental pode ser compreendida como decorrência da persistência das perspectivas parciais. Na medida em que a uniformização do corpo docente não poderia ser alcançada de maneira pacífica e, em curto prazo, a participação do corpo discente passou a ser considerada como a única estratégia capaz de “convencer” os recalcitrantes, pois as decisões eram tomadas pelo órgão soberano (o plenário do Departamento) por meio de votação.

[...]

Dessa forma, ficou determinada a presença de alunos nos Departamentos de Pedagogia e Letras. No de Pedagogia, a participação era muito intensa, uma vez que a cada professor correspondia um aluno.

As afirmações acima mostram que as inovações foram surgindo pouco a pouco de maneira fragmentária e desorganizadas, em virtude, talvez, de fatores desligados a questões exclusivamente de ensino.

Um fator relevante que deve ser mencionado é a diferença de formação e de ideais pedagógicos que havia entre os dois grupos de professores do corpo docente, um dos quais trazido pelo primeiro diretor.

Essa divergência de ideais educativos, principalmente no que tange às questões ligadas à aceitação ou rejeição do modelo pedagógico então vigente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi pouco a pouco provocando, entre os dois grupos, uma verdadeira cisão.

No início do funcionamento da Faculdade de Filosofia, os dois grupos, apesar das divergências, harmonizavam-se razoavelmente bem, estando as divergências localizadas de maneira impessoal em problemas técnico-pedagógicos.

Ouvindo vários entrevistados a Prof<sup>a</sup>. Zuleika concluiu que foi atribuída ao primeiro diretor a responsabilidade indireta da enorme cisão que, posteriormente, acabou ocorrendo. Segundo a autora, ele se omitiu no

debate pedagógico que, então, ocorria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, debate este que, no início, tinha seu núcleo ligado à adoção ou rejeição do modelo pedagógico à época vigente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Posteriormente, este modelo levantou uma polêmica acerca da adoção do esquema departamental e da participação de alunos.

Ainda, segundo esses mesmos entrevistados, a intervenção do primeiro diretor foi conduzida de tal modo que os grupos não pudessem compartilhar suas ideias. Mais do que isso, quando cuidava dos problemas separadamente concordava, em tese, com cada um deles.

A intensidade da efervescência aumentou consideravelmente, pois as divergências, embora latentes e difusas, eram mais profundas do que, à primeira vista, poder-se-ia supor, uma vez que estavam ligadas às maneiras peculiares de compreender a escola, o aluno, a disciplina e, talvez, até a própria profissão. Dessa forma, as contradições foram pouco a pouco tornando-se muito agudas, e as divergências, até então localizadas no plano estritamente científico-pedagógico, degeneraram-se em problemas pessoais.

Ainda nessa época, com a estruturação burocrático-administrativa da Faculdade, a disputa natural pelos postos e pelas posições-chaves agravou ainda mais a dissidência, separando definitivamente os dois grupos. Assim, é fácil ver que a gênese dos grandes desentendimentos que depois iriam provocar as grandes crises pelas quais passou a Faculdade não se localizou em nenhum problema de índole ideológica, como foi apregoado. Os verdadeiros motivos devem ser classificados como diferenças de formação científico-pedagógica, antipatias pessoais e luta pelo poder interno. Nesse momento, um fato novo ocorreu. Por inabilidade e exagero do grupo inovador, o primeiro diretor, que inicialmente insistia em permanecer equidistante, passou a apoiar, decisivamente, o grupo de professores conservadores que aceitava o modelo pedagógico da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e era frontalmente contrário à adoção de esquemas departamentais que acarretassem a participação de alunos.

Na medida em que o grupo de professores conservadores era bem visto nas áreas municipais, essas áreas, que até então hostilizavam a FAFI, passaram a apoiar o primeiro diretor e a hostilizar apenas os professores inovadores. Essa súbita aliança anulou o equilíbrio de força que vigorava na FAFI, e, com isto, a posição dos professores inovadores foi pouco a pouco tornando-se cada vez mais precária. Em virtude

dessas ocorrências, a participação dos alunos adquiriu novas funções. O esquema departamental, apoiado na participação dos alunos, passou a constituir um dispositivo político (no sentido restrito da palavra) que visava à conquista do poder interno, bem como opor-se à hostilidade municipal. Dentro do esquema assim concebido, os alunos deveriam constituir um grupo coeso e inteiramente dedicado à “defesa” de seus professores.

É fácil ver que, com o recrudescimento das divergências, os professores inovadores que haviam criado os Departamentos de Letras e Pedagogia passaram a depender, cada vez mais, da adesão irrestrita e total do corpo discentes, tornando-se, sem que disso tivessem consciência, verdadeiros prisioneiros de uma prisão que eles mesmos haviam construído.

O trecho acima possibilita uma analogia entre a situação dos Departamentos de Pedagogia e Letras e a situação de Esparta após a conquista de Messênia. Como diz Toynbee, os espartanos reduziram os messênios à condição de hilotas para não precisarem lavrar a terra com suas próprias mãos. Entretanto, os perigos da insurreição impediram que os espartanos pudessem gozar o lazer assim adquiridos. Tornaram-se também escravos de uma vida de caverna. Mal comparando o mesmo ocorreu nos Departamentos acima citados. Temendo perder o apoio incondicional dos alunos, muitas concessões lhes foram feitas, de tal maneira que acarretaram uma série de distorções a ponto de impedir a concretização das medidas realmente inovadoras.

No decorrer desta exposição, o modelo pedagógico, então vigente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tem sido mencionado várias vezes como a principal causa das divergências técnico-pedagógicas que cindiram em dois grupos antagônicos o corpo docente trazido pelo primeiro diretor.

[...]

Apenas o receio de cometer injustiça (em virtude da falta de dados) e o temor de parecer pedante é que nos impede de afirmar categoricamente que, para o “modelo pedagógico então vigente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”, o bom professor era aquele que fosse, “apenas”, um especialista no conteúdo das disciplinas que iria ministrar. De fato, segundo a maioria esmagadora dos entrevistados qualificados, a ênfase dada recaía quase exclusivamente no conteúdo. A carga horária destinada às matérias pedagógicas era, como ainda é até hoje, muito pequena para um curso de formação de professores. Os

entrevistados insistem neste aspecto, chegando mesmo a declarar que, nos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, as preocupações pedagógicas, propriamente ditas, constituem uma “atividade menor”. Isto porque o ponto de equilíbrio entre a formação de professores e a formação de pesquisadores nunca foi atingido. Ainda que de maneira inconsciente, a formação de especialistas e pesquisadores será supervalorizada em detrimento da formação de professores. Daí uma série de distorções que redundaram na criação de um tipo especial de mentalidade que atribuía, e ainda atribui, papel irrelevante a qualquer preocupação com o aspecto propriamente pedagógico da atividade educativa. O bom professor é aquele que sabe a matéria que leciona!

Os objetivos descritos acima pela Prof<sup>a</sup>. Zuleika (referidos na Lei nº 394, de 26 de agosto de 1955), levam a constatar que as finalidades do ensino a ser ministrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, descontada a “retórica”, eram as mesmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: formar professores e pesquisadores, sem que se mencionassem os meios que seriam empregados para a sua concretização.

Na medida em que “o modelo pedagógico então vigente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” era violentamente rejeitado pelo grupo inovador, seria de se esperar que suas ideias a respeito da formação de professores divergissem frontalmente daquelas que então vigoravam na Universidade de São Paulo. [...] não conseguimos obter nenhum dado oficial acerca do problema. As investigações que realizamos [...] e a nossa experiência pessoal, aluna que fomos do curso de Pedagogia, durante um período em que vigorou a Experiência de Reforma Universitária, mostraram-nos que, paradoxalmente, não havia nenhuma diferença sensível entre as duas posições. A ênfase e a tônica incidiam totalmente no conteúdo. [...]

A grande e única divergência localizava-se na adoção do esquema departamental, visando a “eliminar o mandarinato do professor e a irresponsabilidade do aluno”. No que tange aos métodos e técnicas de ensino, não pudemos registrar nenhuma tentativa de inovação. Os comandos unificados, isto é, os Departamentos nunca trataram especificamente do problema. A norma geral era o emprego sistemático de aulas expositivas e de demonstrações práticas realizadas em arremedos de laboratórios. Assim, o emprego de métodos e

técnicas pedagógicas constituía uma questão aberta, onde vigorava a liberdade de cátedra

[...]

Tentou-se impor aos professores de Didática a adoção de uma perspectiva piagetiana no desenvolvimento de seus cursos, [...] Todavia, não se conseguiu essa mudança, pois os professores que na época lecionavam Didática conheciam muito pouco da teoria de Jean Piaget e não estavam dispostos a estudá-la, em curto prazo. Quando se constata que tais preocupações, ainda hoje atualíssimas, ocorriam nos idos de 1958, é fácil ver e perceber seu grande caráter inovador. O que se pretendia era a construção de uma verdadeira “tecnologia da educação”, fundamentada principalmente em Jean Piaget. Além disso, na medida em que pudemos investigar, a primeira vez que se propôs, no Brasil, um curso sistemático da Psicologia Genética de Jean Piaget, foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, em 1958.

Nos trechos anteriores a autora se refere à Experiência de Reforma Universitária, realizada nos Departamentos de Pedagogia e Letras. Porém, nos trechos que se seguem ela se detém, exclusivamente, aos aspectos dessa experiência ocorridos no Departamento de Pedagogia.

O Departamento de Pedagogia era constituído de todos os elementos que tivessem funções docentes e pelos representantes dos alunos. Essa representação era paritária, isto é, para cada professor havia um representante de alunos com direito a voz e voto. Além disso, o Departamento contava com um chefe, eleito anualmente dentre os professores, e havia um secretário arquivista, que se encarregava da redação e da leitura das atas, escolhido e eleito, também anualmente, dentre os elementos do corpo discente.

O órgão soberano que, por votação, decidia praticamente todas as questões, era o plenário do Departamento, presidido por seu chefe. Havia também as chamadas comissões de entrosamento, uma para cada série, onde figuravam um professor e dois alunos.

Num documento datado de 27 de junho de 1962, dirigido ao egrégio Conselho Federal de Educação, assinado por vários professores, denominado “A Representação dos alunos e a Reforma Universitária” (que consideramos uma raridade), há vários dados pertinentes a esse estudo.

Vamos destacar trechos desse documento para mostrar como a organização departamental era concebida. Essa, segundo o documento, foi estruturada de maneira que permitia e exigia: A – a cooperação entre as cadeiras, na forma de trabalho de

equipe, o que é reclamado tanto pelo progresso da metodologia científica quanto pelas necessidades de utilização racional do aparelhamento técnico-didático disponível, o que é muito importante nos países pobres, onde mais se subutilizam os fatores de produção;

B - o confronto contínuo dos programas e projetos escolares com a unidade viva e real dos alunos a que se destinam, constituindo-se, assim, na base de uma escola que exista para o seu aluno, permitindo a superação da escola voltada para o cumprimento, ou o descompromisso, de decretos administrativos; e

C - o diálogo institucional entre as formas de sociabilidade docente e discente, único processo capaz de canalizar, para a reconstrução educacional, o conflito entre gerações, expresso nas tensões advindas de diferentes níveis de desenvolvimento biopsíquico e de diferentes formas e níveis de participação na sociedade e na cultura.

O esquema departamental, segundo o documento, “tende a elevar, pela presença fiscalizadora do aluno, o nível das relações intelectuais e pessoais entre os professores, do que tanto depende o trabalho de equipe”.

Em síntese, o Departamento era concebido como uma estrutura didático-administrativa com representação de alunos e professores, para o planejamento, a execução e o controle de todas as atividades educativas.

Embora se preconizassem a integração e o entrosamento entre os cursos, os trechos abaixo não mencionam como isso se concretizaria. O primeiro trata da cooperação que deveria existir entre as cadeiras na forma de trabalho de equipe. Em outras palavras, preconizava-se a integração e o entrosamento dos cursos. Todavia, não se menciona como essa integração seria alcançada na prática.

Não havia nenhuma preocupação com os meios. Um dos professores, afirmam vários entrevistados, levantou essa questão em plenário do Departamento. Dizia ele que o entrosamento e a integração só seriam alcançados se todos os colegas conhecessem e dominassem os programas e as atividades dos cursos ministrados pelos demais. Na medida em que essa reciclagem não poderia ser conseguida em curto prazo, por intermédio de vias normais, apoiando-se principalmente em bibliografia, propunha reuniões periódicas do corpo docente onde cada professor faria um resumo do que houvesse sido ministrado. Essa proposta foi rejeitada sob alegação de falta de tempo. Por isso o mesmo professor propôs que os colegas assistissem a todos os

curso ministrados pelos demais e frequentassem-nos, pois, do contrário, o entrosamento ficaria apenas no papel. Tal sugestão, de alta eficácia, mas de difícil adoção, assim o cremos, não foi bem recebida e muito menos aprovada, pois a maioria dos membros do Departamento julgavam-na inexecutável. Temos para nós que tal rejeição representou um dos primeiros erros graves da prática departamental.

Se não houvesse, por parte de um dado professor, um conhecimento profundo e preciso dos conteúdos ministrados pelos demais colegas, sua participação nas reuniões de integração e entrosamento tornar-se-ia altamente problemática e precária. Dessa forma, o que se teria alcançado em funcionalidade e eficácia só era conseguido por meios coercitivos, depois de horas e horas de discussão.

Foi sugerido, então, que os professores se reunissem para uma troca de ideias a respeito dos conteúdos que seriam desenvolvidos em classe, uma vez que a linguagem na qual os programas estavam vazados nem sempre era clara e explícita para os não especialistas. Tal proposta também foi rejeitada como irrelevante.

O confronto contínuo dos programas e dos projetos escolares com a unidade viva e real do aluno deveria ser realizado, na prática, pelas comissões de entrosamento.

[...]

Para cada série havia uma comissão de entrosamento e constituía-se de um professor, designado pelo chefe do Departamento, e dois alunos eleitos pelos colegas de classe. Oficialmente, o papel dessas comissões nunca ficou bem definido.

O trecho a seguir leva captação de projeções psicanalíticas. Pode-se perceber, embora nas entrelinhas, que o papel da participação dos alunos era funcionar como rolo compressor.

Tudo parece indicar que o papel dessas comissões seria o de avaliar até que ponto a planificação inicial dos cursos estava sendo obedecida e se realmente estava ocorrendo o “entrosamento”.

Entretanto, se lembrarmos de que a planificação dos cursos consistia apenas na análise dos conteúdos apresentados pelas diversas cadeiras e que o chamado entrosamento sempre foi, apesar dos protestos de alguns professores, um conceito altamente ambíguo e nebuloso, podemos constatar as dificuldades que a análise do papel e da função das comissões de entrosamento enfrentava.

O que realmente ocorria na prática departamental era

o seguinte: cada professor, mensalmente, apresentava à comissão da série em que lecionava a matéria ministrada e as leituras exigidas. De posse desse material, a comissão reunia-se para deliberar e, posteriormente, redigir um relatório que deveria ser discutido e votado em plenário do Departamento. Como norma geral, o que se discutia e sobre o que se deliberava no âmbito desses órgãos técnicos era um conjunto de questões altamente auspiciosas, que podem ser resumidas numa frase: os alunos estavam de acordo com o que se realizou naquele período letivo (um mês), ou não estavam. Se houvesse acordo, o relatório seria encaminhado e aprovado automaticamente. Se os alunos, por intermédio de seus representantes na comissão, divergissem, o relatório apresentado constituiria, para o professor em questão, quase um voto de desconfiança e, frequentemente, provocava autocrítica, às vezes até patética.

É necessário acrescentar que as divergências giravam, quase sempre, em torno de assuntos como: excesso ou repetição de matéria, excesso de leituras e rigor exagerado nas provas. Alguns professores, todavia, reagiam violentamente aos relatórios que criticavam seu trabalho, reclamando que o procedimento das comissões era por demais superficial e não atingia o âmago das divergências. O número desses professores foi, com o tempo, tornando-se cada vez menor, pois, de uma forma ou de outra, tornavam-se elementos marcados. Diga-se de passagem que os relatórios que faziam restrições ao trabalho do professor eram sempre aprovados por maioria esmagadora de votos.

O diálogo institucional entre as formas de sociabilidade docente e discente, em última análise, resumia-se em aceitar todas as reivindicações dos alunos. Esse diálogo, frequentemente, apresentava características sutis e “sui generis”, pois dirigia e canalizava as críticas e reivindicações dos alunos contra aqueles professores rebeldes (no sentido de “recalcitrantes ou resistentes” a essa proposta) e, por isso mesmo, marcados.

Nas questões mais importantes, o diálogo consistia em persuadir a maioria dos alunos (de uma maneira até certo ponto subliminar) a apresentar como suas as reivindicações que, na verdade, eram de um grupo de professores. Dado que a convivência de alguns professores com a maioria dos alunos era muito intensa, principalmente fora do período escolar, as operações necessárias a esse tipo de inculcamento, proposição, subliminar processavam-se com relativa facilidade.

[...]

Admitia-se que a participação de alunos, com direito a voz e

voto, fosse um elemento catalisador, capaz de criar condições para a melhoria das relações intelectuais e pessoais entre os professores. Entretanto, não era isso o que ocorria na prática, pois, nos debates realizados entre os professores “ditos marcados” e os alunos, a linguagem raramente era parlamentar. Os membros do corpo discente, talvez inebriados pelo novo status que lhes era oferecido, frequentemente descambavam para o que se poderia eufemisticamente chamar de excessos verbais. Dessa forma, o clima geral das reuniões não era dos mais calmos, principalmente em relação aos chamados professores marcados. Quando esses professores debatiam, em plenário do Departamento, as críticas do corpo discente, frequentemente eram aparteados de forma contundente pela maioria de seus colegas. Portanto, o que restava de “presença fiscalizadora do aluno” era apenas o papel de grupo de pressão. Não se diga, entretanto, que as tensões havidas fossem provocadas apenas pelo conflito entre gerações. De fato, a objeção procede, pois os alunos (geração imatura) hostilizavam apenas alguns professores. Pode-se dizer, e esse fato nós presenciamos várias vezes, que a presença fiscalizadora dos alunos só funcionava contra alguns professores que, inicialmente, reagiam às técnicas coercitivas que visavam à dissolução das chamadas “perspectivas parciais”. Com o tempo, em virtude de mecanismos de acomodação e sujeição, o diminuto contingente de professores “marcados” acabou reduzindo-se a um elemento.

Finalizado o parêntese, podemos compreender, com sua leitura, algumas das razões que levaram certos professores bem qualificados a buscarem outras instituições, a fim de exercerem seu magistério. O texto contido no parêntese também mostra que não foi apenas por ira da direita que proliferaram denúncias e delações. Houve muita humilhação e muito ressentimento por causa dessa experiência de reforma, a qual, pelas contradições existentes em seu cerne – ausência de assimetria, falseamento da participação e compromissos induzidos –, contribuiu para a fragilização do corpo docente e o expôs à sanha da ditadura militar.

Semanas antes do golpe militar de 31 de março de 1964, por sugestão de Daud Jorge Simão, foi criada a Sociedade Amigos de Rio Preto, numa reunião com grande presença da sociedade rio-pretense. Nessa mesma reunião, foi eleita a diretoria que tomou posse no dia seguinte. No mês de março de 1964, desenvolve-se, por meio de artigos publicados no *Diário da Região*, uma polêmica virulenta entre dois professores secundários (Alfredo Leme Coelho de Carvalho e Geraldo Marini) e um professor da FAFI (Casemiro dos Reis). A guerra verbal tornou-se, assim, aberta.

Em sua dissertação de Mestrado, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, transcreve o seguinte e ilustrativo depoimento do coronel Antônio Ribeiro Godói, então aluno do curso de Pedagogia da FAFI (AMORIM, 2003):

Alguns dias antes do golpe chamaram-me na corporação. Entrei numa sala e lá estavam reunidos vários oficiais, o delegado regional e o coronel. Estavam justamente planejando, eu não diria um ataque... Bem, entrarem na Faculdade e prenderem os alunos e os professores. Era sabido que, nos últimos três ou quatro meses, esses indivíduos haviam-se entusiasmado com o governo Goulart. Começaram a fazer comícios, teatros, todos apoiando o caminho que o Goulart estava tomando, esse negócio de reforma agrária, diziam que alguns professores eram comunistas, não sei se eram ou não, mas as coisas estavam fervilhantes. Pedi ao delegado regional, o doutor Tácito, que não fizesse isso, afinal a juventude que estava lá nem sabia o que estava fazendo, pedi para não prenderem alunos. O comandante da Polícia dessa época era o Eduardo Monteiro. Ele é muito bom, muito consciencioso. Não houve violência aqui, não machucaram ninguém, só prenderam. E deixaram a Polícia Civil resolver o problema. Na Civil havia um delegado chamado Tácito Pinheiro... Esse era meio “complicadinho”, causou toda essa situação política aqui. Agressões, prisões, ... As agressões foram causadas pela Polícia Civil, a Militar não interveio, não.

# Capítulo 7

## O golpe militar: repressão e terror

As forças armadas, apoiadas pela grande imprensa, exceção feita ao jornal *Última Hora*, pela maioria da Igreja Católica e pela alta e média burguesia, derrubaram do poder o Presidente Goulart e, sem reação dos líderes de esquerda (que se esconderam ou logo fugiram por se aperceberem sem apoio das massas), impuseram um regime ditatorial que perdurou por mais de vinte anos.

No dia 4 de abril de 1964, um grupo de dez professores do Curso de História Natural torna pública sua posição de não alinhamento com os professores e alunos que estavam sofrendo a repressão policial, enviando, assinada pelos dez, a seguinte carta a Ademar de Barros, Governador do Estado, que, como se sabe, foi um dos apoiadores civis do golpe militar:

### **SENHOR GOVERNADOR:**

*Considerando o grave momento que está vivendo a democracia brasileira, que maus brasileiros tentaram corromper e violentar para possuir a pátria;*

*Considerando a luta mais profunda que os patriotas sinceros estão travando na preservação dos ideais cristãos e democráticos do povo brasileiro;*

*Considerando nossas convicções, sempre afirmadas e reafirmadas a cada instante de nossas vidas, pela dedicação ao trabalho, pela honestidade e integridade no cumprimento do dever, pelo idealismo moral de nossos costumes;*

*Considerando que, coerentes com nossa formação humana e universitária, tendo por lema o trabalho, a sala de aula e no laboratório, não termos por norma participar de manifestação de caráter público;*

*Considerando, porém, que o momento é de profunda responsabilidade na defesa da integridade da Pátria Livre Brasileira, ameaçados que estamos nos ideais mais sagrados do nosso povo;*

*Considerando, finalmente, que hoje se torna necessário que cada um e todos proclamem o que pensam e o que sentem,*

*Os professores do curso de História Natural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, signatários deste documento, a bem da verdade, resolvem:*

*Manifestar sua solidariedade em integral apoio às firmes e patrióticas atitudes tomadas pelo governo de Vossa Excelência, e pelas leais e dignas Forças Armadas Brasileiras, na preservação da Liberdade, da Ordem, da Disciplina e do Espírito Cristão da gente brasileira;*

*Manifestar seu pesar pelas atividades ilegais atribuídas a elementos desta Faculdade e solicitar a instauração de rigoroso inquérito para que se apurem as responsabilidades;*

*Lembrar que Educação sadia e bem orientada constitui o fundamento básico da formação intelectual, profissional e cívica da juventude; e*

*Registrar, por fim, que a atitude que assume neste instante é no sentido de cooperar para a preservação moral e dos costumes de nossos moços e de nossos filhos, pela manutenção de um sistema democrático que defenda, com firmeza e intransigência, a liberdade, a fé cristã e os anseios do povo brasileiro.*

*São José do Rio Preto, 4 de abril de 1964.*

*Celso Abbade Mourão, Fahad Moisés Arid, Giorgio de Marines, Luiz Dino Vizotto, Aluísio José Gallo, Osmar Sinelli, Dalthanhan S. Reis, Hermione E. Bicudo, Samir F. Barcha e Oswaldir F. Castro.*

O que marcou o período inicial da repressão ditatorial foram fatos, como o que se pode inferir com a leitura da carta acima, que fizeram vir à tona os conflitos antes latentes, as divergências de visões e práticas acadêmicas e, muito provavelmente, as iras reprimidas, os ódios interpessoais, as invejas e muito comportamento mesquinho. Palavras e expressões como “sectarismo”, “dedodurismo”, “terror”, “opressão”, “direita ensandecida”, “insanidade denunciadora”, “vítimas e algozes”, “justiceiros e delatores”, “situação de beligerância” costumam aflorar nos textos e nas falas que fazem lembrar esse período. Mesmo à custa de repetirmos algo já escrito, principalmente porque há narração de alguns fatos que nos fazem retornar aos anos iniciais da FAFI, transcrevemos o seguinte (MIOLA, 2014):

Com o golpe militar, a direita ensandecida de São José do Rio Preto desencadeou um processo de caça às bruxas com

denúncias anônimas, por telefone ou por depoimentos de pessoas da sociedade, professores e alunos da FAFI, procedeu-se, com a atuação de um delegado carreirista (que foi premiado com a nomeação ao DEOPES) e de um juiz de Direito nomeado interventor da FAFI (que foi premiado com o cargo de desembargador em São Paulo), a prisão de alunos, professores e cidadãos comuns. As prisões ficaram lotadas.

O Prof. Dr. José Aloysio Reis de Andrade faz um comentário que merece atenção pelo fato de diferir, em seu tom valorativo, de muitos outros sobre essa época (ANDRADE, 1995 – CEDEM/Unesp):

Os anos 60 foram muito turbulentos no Brasil e tinha o pessoal da direita, o militar e tal. Isso criou problemas sérios nas universidades em todo o País, e Rio Preto não ficou fora disso. Houve os que foram molestados, presos, e eu mesmo fiquei 40 dias preso. As indicações de quem era esquerdista não saíam da Faculdade. É que nós éramos muito jovens, e essa foi a origem do confronto. O pessoal que era responsável pela Comissão era muito tradicional na cidade de Rio Preto, e nós éramos muito informais e não correspondíamos às atitudes que eles esperavam de nós como acadêmicos. Lembro-me que fui chamado a depor e fiquei lá quarenta dias. Mas fomos bem tratados, ficamos numa cadeia que ainda não havia sido inaugurada e não fizeram nenhuma objeção a não ser o constrangimento de ficar preso.

Havia um delegado, muito competente, encarregado de colher os depoimentos e, quando chegou minha vez, eu falei a verdade, isto é, que havia um comportamento político e que havia, sim, pessoas que tinham ideias esquerdistas e que se ligavam a grupos contra o regime.

Vários cidadãos foram presos em virtude de denúncias e delações, entre eles, o saudoso Aristides dos Santos, engraxate, que posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, seria conhecido como líder do movimento da Cultura Negra. Não escaparam da prisão três vereadores simpatizantes das reformas alardeadas por Jango: Benedito Rodrigues Lisboa, Armando Casseb e José Eduardo Espírito Santo. Até mesmo um simpatizante do golpe militar, vereador Norberto Buzzini, foi denunciado ao delegado regional de Polícia, pelo seu desafeto político, o prefeito Lotf João Bassit.

Na entrevista de Aloysio Nunes Ferreira (AF) com Glacira Lazzari Leite (GL), há o seguinte trecho (FERREIRA, 1993 – CEDEM/Unesp):

GL: E como é que foi, em 64?

AF: Foi horroroso, uma caça às bruxas.

GL: E como é que foi a relação da Faculdade com a comunidade nesse período, o senhor morava lá ainda?

AF - Morava ainda lá, como até hoje tenho raízes, tenho casa, tenho apartamento em Rio Preto. Eu lembro-me de que os professores todos, ou na maciça maioria, tomaram posição, tinham posição manifesta. Sabiam que não receberiam com simpatia essa quartelada que alguns chamam de “Revolução de 64”, entendeu? As autoridades da época logo aderiram ao movimento e hostilizaram muito os professores.

GL - O senhor lembra-se de algum caso específico nessa época?

AF - Eu preferia omitir-me, porque teria de envolver o nome, inclusive, desse professor, que foi o autor da criação da Faculdade Municipal. Ele era vereador na época e foi quem criou, foi o autor do projeto, que depois se converteu em lei, criando a Faculdade Municipal. Teve uma atuação deplorável durante a revolução, durante a quartelada de 64; eu nunca mais chamarei a isso de Revolução, a quartelada de 64.

O clima de terror, ou seja, de insegurança pessoal, civil e política, de perseguições motivadas por delações e denúncias, de aprisionamentos sem mandados judiciais, foi relatado em artigo publicado no Diário da Região, s/d, pelo jornalista Júlio César Garcia (MIOLA, 2014):

Em Rio Preto, o golpe de 31 de março ficou sob a liderança de meia dúzia de políticos oportunistas, gananciosos e sectários, que, aliados a pessoas vingativas ou esperançosas de recompensa material – empregos públicos, por exemplo –, movimentaram autoridades para prender e humilhar cidadãos comuns, professores e alunos que ousavam criticar o golpe. Além da perseguição aos “comunistas”, como eram chamadas quaisquer pessoas que mostrassem solidariedade aos pobres ou alguma crítica às injustiças sociais, também as picuinhas pessoais acabaram por jogar nas celas das cadeias cidadãos de Rio Preto. Bastava ligar para o delegado e dizer que alguém era comunista, o destino estava selado.

Um ex-aluno da FAFI, que prefere ficar no anonimato, relatou a esta Comissão que, logo após o golpe militar de 31 de março de 1964, instalou-se na faculdade um clima próximo ao de pânico, tanto que os alunos ficaram com receio de falar sobre os acontecimentos. Esse mesmo ex-aluno narra que, por ter sido membro do Diretório Acadêmico, fora apontado para as autoridades policiais como um ativista nas assembleias estudantis. Por causa disso, foi preso e levado para a cadeia pública, na Rua Saldanha

Marinho, esquina com a Rua Antônio de Godoy, cadeia em que já estavam outras pessoas, inclusive o presidente do Diretório Acadêmico Filosofia.

Segundo esse mesmo aluno, ele e os demais ficaram presos nessa cadeia cerca de uma semana, provavelmente entre 30 de abril e 4 de maio de 1964, sendo transferidos de lá para a Delegacia de Polícia Civil, localizada na Avenida América, limítrofe do Cemitério Municipal da Vila Ercília. De lá, esse aluno saiu no dia 23 de maio. Contando os dias de prisão na cadeia e na Delegacia de Polícia, foram 24 dias.

Ocorreram alguns episódios dramáticos, como o da prisão da aluna Eudete Focchi, ou este que se encontra no depoimento da ex-aluna Maria José Aziz, em trecho com discurso não coeso, como se pode observar (AZIZ, 2014):

Para ilustrar como era o comportamento de algumas pessoas de Rio Preto, relato um fato que envolve Aparecida Di Giorgi, irmã do Prof. Flávio Vespasiano Di Giorgi. Chegando de São Paulo, ela bate à porta de minha casa, alegando vir para receber seu salário no Instituto Adolfo Lutz, onde era funcionária. Recebeu seu cheque e, quando se dirigia para a porta de saída, deparou com o camburão da polícia. Dada a perseguição da polícia a seu irmão, entendeu logo a mensagem e voltou, dando uma desculpa qualquer. Pulou um muro de dois metros dos fundos do Instituto. E saiu pela Avenida Alberto Andaló, chegando a casa, ofegante e arranhada pelo mato (a Avenida não tinha sido ainda urbanizada nesse trecho). Alguém do Instituto a denunciara.

Outro episódio que envolve, ainda, Maria José Aziz ajuda-nos a ter uma ideia aproximada sobre o clima de incertezas, medo e terror, e omissões, imediatamente após a “quartelada” (AZIZ, 2014):

Eu continuava na Rádio (Independência) e na Faculdade. Na madrugada de 1º de abril, acontecia a Revolução. Afora os dois vereadores da Câmara de Rio Preto, imediatamente cassados, a primeira Instituição a ser invadida foi a Faculdade. Vasculharam tudo, e guardas armados passeavam pelos corredores, apontando armas para os alunos. Diante dessas notícias, eu não ia à Faculdade. Telefonava para colegas ou ao Departamento de Letras para saber sobre os trabalhos que deveria realizar. Saía só para trabalhar na Rádio. E assim foi por um longo tempo. Os professores e os colegas estavam sendo detidos. Aquilo era uma verdadeira tortura mental. A mente abalada e o coração partido. Nada tinha mais graça.

Um dia, estava estudando com algumas colegas que se hospedavam numa pensão perto de minha casa, quando minha irmã foi avisar-me que a polícia estava em casa, com um camburão na rua para me levar. A delegacia estava a poucas quadras de minha casa. Disse aos policiais: “aí eu não vou, vou a pé”. E fui. Com minhas irmãs, e o camburão acompanhando-nos.

Cheguei à delegacia, e o delegado já me esperava numa sala ampla e cheia de poltronas. Não era o Dr. Tácito. Devia ser um delegado substituto, de nome Sílvio.

Primeiro, ele quis certificar-se de meu nome. Disse-lhe; e começou o questionamento sobre onde estavam os professores da Faculdade. Menti muito; sabia onde estavam, mas dizia estar em outro lugar, improvável de serem encontrados.

Ao final da entrevista, o delegado disse-me que eu não dormiria ali porque não havia mais lugar. A Delegacia estava lotada. As denúncias chegavam aos borbotões. Eu deveria voltar no dia seguinte, às 14h15, para continuar o depoimento. Disse ao delegado que não podia, pois em rádio é difícil a substituição de última hora. Concordou que fosse às 17h15 e que estava com prisão preventiva.

Chegando à Delegacia, no outro dia, encontrei na mesma sala, Marlene, sobrinha do Mário Covizzi, filiado ao PCB. Fiz um gesto com o dedo na boca para que ela não falasse.

Era noite quando chegou o escrivão (Bardari) para ouvir meu depoimento. Mal começamos e a energia acabou e não voltava. Decidiram então mandar-nos para casa com a recomendação de não sair da cidade.

Nunca mais me chamaram.

Continuei meus estudos na Faculdade.

Não me lembro de se antes ou depois de mim, mas o fato é que o delegado titular deteve mais quatro ou cinco alunas que participavam da “Ação Popular” ou da “Juventude Universitária Católica”.

Nesse período ainda estava na Rádio aguardando minha hora de “entrar no ar”. Chega então o deputado federal Maurício Goulart, dono da Rádio. Questionei-o se sabia da detenção das alunas. Disse-me que sim e que havia levado algumas bolachas e frutas para elas. Reagi indignada, disse-lhe que elas não precisavam disso, e, sim, de liberdade, e com sua influência poderia fazer alguma coisa.

Não fez. E nunca mais o vi por lá.

O Delegado Tácito Pinheiro, em sua caça aos que supunha inimigos da

sociedade, não conseguindo encontrar o presidente do Centro Acadêmico, Prof. Dr. Pedro Bonilha Regueira, prendeu o irmão deste, retendo-o como refém, até que o caçado estudante se entregasse.

Pedro Bonilha entregou-se na residência do mesmo delegado que, inicialmente, demonstrou-se amigável, quase paternal, mudando para violento quando chegou uma viatura policial.

Júlio Cezar Garcia, em “A Revolução Repudiada”, escreve, conforme se pode ler abaixo, que o Prof. Dr. Pedro Bonilha, preso de 12 de abril a 17 de maio, “jamais foi agredido fisicamente”, mas passou por tortura psicológica (REGUEIRA, 2016):

Foi uma tortura psicológica. Jogaram-me num cubículo chamado Pela-Porco, abafado, com água empoçada, vermes arrastando-se pelo chão, sem cama, sem vaso sanitário, nem papel higiênico. Ali me deixaram cinco dias. Ele diz que era acordado de madrugada para os interrogatórios. Saía da sala escura e entrava no gabinete do delegado onde uma lâmpada forte era dirigida para seu rosto. Em pé, proibido de sentar-se enquanto o delegado não entrasse na sala, o estudante ficava por duas horas à espera do interrogatório. Quase ao amanhecer, o policial levava-o de volta ao Pela-Porco sem ter sido ouvido. Do cubículo, foi transferido para uma cela normal junto com dezenas de outras vítimas da revolução. Uma vez jogaram-me em um caminhão cercado de policiais e avisaram-me: Você vai vomitar tudo o que sabe porque eles vão torturá-lo no mato.

[...]

Queriam que eu delatasse meus colegas e professores. Queriam que eu confirmasse absurdos, como professores que cuspiam na imagem de Jesus Cristo, enquanto reverenciavam Stalin.

Entretanto, o resumo acima não dá conta do que foram os dias de prisão de Bonilha, o sofrimento físico de par com a tortura psicológica, a dor e o medo, o sentimento de desamparo e de impotência moral, o impacto do terror e, apesar de tudo, a resistência espiritual ao desânimo. Por isso, é preferível dar vez à sua voz, que se corporifica no depoimento dado a esta Comissão (REGUEIRA, 2016):

No dia 31 de março, estava na pastelaria quando fui informado pelo Grigor (Vartanian), tesoureiro do Diretório, que estourara um golpe militar e que precisávamos reunir-nos para tomar decisões. Fomos para São Paulo para sentir de perto o desenrolar dos acontecimentos e conhecer as orientações da UNE.

[...]

Tanto na UNE, quanto na UEE, havia silêncio total, nenhuma informação desses colegas mais conscientizados, politizados, nenhuma ordem de comando, todos debandaram. Nas ruas, os trabalhadores apanhavam os ônibus e o vai e vem continuava como sempre, pouca coisa parecia indicar um golpe militar. Mas, foi na volta que sentimos toda a pressão que o delegado Tácito Pinheiro e seus “bedéis” faziam aos nossos familiares, já que eram caçados sem nenhum critério e escrúpulo, eram coagidos a dedurar seus próprios filhos que eram jogados em celas fedorentas, quando apanhados. Sabíamos que colegas tinham sido barbarizados, sem nenhum respeito às leis vigentes, à dignidade e à vida. Tudo era incerteza e medo do terror que se instalara. Nesse clima, fugi para o sítio de meu irmão José, em Mirassol, onde dormia num ranchinho de sapé, sem paredes, na roça. Nessas condições, permaneci oito dias e sempre de olho fixo nas latas penduradas na ponta da corda que vinha da casa do mano e, conforme combinado, se elas despencassem no chão, eu deveria dar no pé porque a polícia chegara. O Delegado, mostrando todo o seu mau-caráter, truculência e desrespeito a tudo que fosse digno, mandou prender meu irmão Diogo, com a recomendação de que não seria solto até a minha apresentação. O Diogo era o irmão mais velho e viera da lavoura para a cidade, Tanabi, com mais de 18 anos e não queria estudar, sentia-se envergonhado, cursara somente o elementar. Nada, nada de política entendia, gostava muito do América e do Palmeiras. Talvez uma das maiores injustiças, entre tantas que nos abalaram profundamente, foi sua prisão.

Apresentei-me na residência do Delegado que, disfarçadamente, chamou dois camburões com vários soldados e metralhadoras. Antes, porém, fechara todas as portas e janelas e, dissimulando, apresentava-se como um amigo, conselheiro, falando de negócios e pastéis. Quando a tropa chegou, transformou-se em um poderoso chefão, tratando-me com muito desprezo e proferindo palavras ferinas contra os estudantes, airoso, gesticulando e dando ordens, como se estivesse ante um batalhão inimigo do regime. Ordenou que fosse colocado no Pela-Porco. No trajeto até a delegacia, na Rua Antonio do Godói com a Saldanha Marinho, perguntei ao soldado o que significa Pela- Porco, e a resposta veio rápida: o próprio nome já fala. Pensei em água quente. Mas já sem cinto, lenço segurando a calça para não arriar, aguardava a saída de um ilustre encarcerado para tomar seu lugar, e tamanho foi meu espanto quando vi o Cabeça Branca saindo, vociferando como sempre e aquele doce odor expandindo-se... era uma fedentina ambulante.

Quando me reconheceu, ficou assustado sem nada dizer, olhava e queria parar, mas era arrastado bruscamente para a rua. Já imaginava o que me esperava.

A cela era inapropriada para abrigar um ser humano, insalubre, imunda, fétida. Não havia vaso sanitário, papel higiênico, cama ou estrado, dormia acorçado. Era impossível deitar-se devido à água poluída misturada com urina e fezes de mendigos que ali eram jogados. Acolá, viam-se gusanos chafurdando no lamaçal. Conseguia livrar-me da imundície lavando a cela com água de uma torneira instalada do lado de fora do cárcere. Para isso, dobrava a marmita de alumínio das refeições e introduzia-a entre as grades e com a mão esquerda localizava a bica, trazendo assim um pouquinho de água por vez. Tinha todo o tempo. O rodo eram as mãos. Permaneci aí durante cinco longos dias, sem ter um lençol, jornal, um papel, uma caneta, uma notícia da família, um banho, uma muda de roupa. A umidade da cela deveria beirar os 80 ou 90 %. A friagem castigava até a alma, doía, mas foram os pulmões que mais sentiram, infeccionando as cordas vocais e provocando a tosse, tosse seca. Pedi remédio, talvez xarope, ao carcereiro, ou que entrasse em contato com minha família, mas a resposta foi bastante digna do famigerado Senhor Tácito, dizendo que preso comunista deveria sofrer na cadeia... As dores na virilha esquerda começaram a surgir, um calombo e a hérnia já estava instalada.

[...]

No sexto dia, fui transferido para uma sala no piso superior, fazendo companhia aos ex-vereadores Armando Casseb, Benedito Lisboa e José Eduardo do Espírito Santo, e a outros políticos e empresários, como o senhor Tessalônico Barbosa. Estava no céu! Ainda no Pela-Porco, era acordado de madrugada para ser questionado; entretanto, percebia logo que era tática do senhor Tácito, não iria dar depoimento algum, não havia autoridades às três horas da madrugada, mas era a tortura psicológica instaurada nos calabouços o que mais agradava ao paladar desse homem, método nazista, quebra-moral. Permanecia de pé por horas e quando já não aguentava, ficava de cócoras, mas por pouco tempo. Logo aparecia um de seus eficientes seguidores e lá ia para o Pela-Porco. Outras vezes, permanecia num quarto pequeno, com janelas fechadas e lâmpadas potentes, acesas, fazendo o suor escorrer. Isso tudo fazia parte da mentalidade doentia do senhor Pinheiro, que, com certeza, deveria divertir-se. Os joelhos doíam, o ânimo arrefecia e tinha medo de sucumbir, de falar o que queriam ouvir, para livrar-me do martírio. Mas a fé não me abandonava, agarrei-me às orações e cada vez mais sentia seu poder, a força que me impelia para enfrentar

a malignidade desses falsos democratas, desses covardes, que a todo momento se aproveitavam da situação para flagelar, sempre em vantagem. O Espírito Santo agiu, acredito, colocando palavras sábias em meus lábios para desvencilhar-me das duas armadilhas.

Já foi dito que não vem ao caso saber o que fizemos ou não para assim ser tratados, mas merecíamos respeito como presos e como homens. O mal menor não justificava o mal maior: a brutalidade repulsiva e desumana, parta de onde partir, de comunistas, de fascistas ou de democratas. Ninguém explica as barbaridades da Inquisição, nem o sangue derramado pelas Cruzadas. Comunistas, fascistas subversivos, corruptos, são pessoas, têm uma alma imortal. Assim não pensavam os trogloditas que se apoderaram da Faculdade de Filosofia, que era pioneira, modelo, capaz de honrar qualquer ensino, professores eméritos, alunos empolgados na aventura de aprender. Era uma escola do interior com o gabarito das melhores do gênero do País. Foram dolorosos os primeiros depoimentos com os delegados, pois insistiam em perguntar onde estavam os quadros de Jesus em que nós cuspiamos e do Stalin, a quem fazíamos reverência, nos persignávamos. Pelo absurdo, sentia repulsa e por isso fui questionado grosseiramente várias vezes. Não adiantava dizer que era católico praticante, o que eles estavam fazendo era um ato de impiedade, uma profanação. Esse tipo de inquisição mostrava o despreparo desses homens, a sua malignidade. Quais os professores e alunos que promoviam bacanais com alunas nos porões? Faziam muita pressão para saber o comportamento do professor Heimer, como ensinava, politizava, suas palestras, agia com os órgãos independentes do Diretório da Faculdade como AP e MCP. Queriam que dissesse sobre suas aulas, não adiantava dizer que o Prof. Heimer jamais foi professor de Letras. Perguntavam-me se impunha ideologia, onde eram realizada suas reuniões, quais os alunos que compactuavam com sua metodologia, suas ideias, e qual era minha participação nessas reuniões. Eles tinham tomado posse de toda a documentação do grêmio e de toda a correspondência, principalmente entre o Diretório e os Departamentos, órgãos independentes, e a correspondência oficial. Portanto, sabiam que o presidente do Grêmio agradecia aos convites do AP, MPC, GRUTA para ser o presidente honorário desses órgãos e participar das reuniões, mas também declinava dessa honraria pelo fato de ter uma sobrecarga com o trabalho, a Faculdade e o Grêmio, e não participava dessas atividades educativas. Sem dúvida alguma, foi o professor mais injustiçado da Faculdade, mais injustiçado, ultrajado e caluniado. Também frequentou o

Pela-Porco e, num desespero total, batia com a cabeça nas grades, provocando fissuras no couro cabeludo e sangue por todos os lados. Na verdade, nenhum desses torturadores era digno de “amarrar suas sandálias”.

Houve momentos de muita tensão nos interrogatórios promovidos pelos delegados Tácito Pinheiro, José Domingos, Dimas Ribeiro e Mariano Pereira. Faziam perguntas, ao mesmo tempo, sobre assuntos diferentes com a clara intenção de confundir, de provocar a contradição. O senhor Tácito indagava sobre o motivo de eu presidir a cerimônia de formatura dos alunos da FAFI, quando na realidade deveria ser presidida pelo diretor João Dias e, em sua ausência, o vice-diretor. Já havia dito também que eles haviam recusado a presidência dessa cerimônia pelo fato de que o paraninfo da turma era o deputado Almino Afonso. O mesmo acontecia com o terceiro da lista, que era o chefe interdepartamental. Na sequência, caberia ao presidente do Diretório Acadêmico, que, segundo o Regulamento, deveria presidir a cerimônia. Não vi empecilho algum e, sem preconceito, aceitei com muita galhardia. Esta determinação também trouxe sérios problemas nos Departamentos.

Era interrompido constantemente pelos delegados, fazendo perguntas sobre outros assuntos, como a revoada de urubus, os livros no eucaliptal, os alimentos, três caminhões enviados pelo Diretório aos colonos de Auriflama, que estavam passando fome, depois de serem despejados das fazendas do senhor Diniz. O cansaço tomava conta, e o desânimo começava a aparecer.

[...]

A tortura psicológica era a preferida dos delegados que, fracassando no contato aluno-professor, valiam-se de gritos, socos na mesa, da pressão, das ameaças, inclusive de familiares. Diziam que o DOPS estava aguardando-me com muita ansiedade e que lá estavam preparados para “arrancar a verdade”. Ameaçavam com viagens sem voltas.

Certa manhã, ainda inquilino do Pela-Porco, apressadamente, que nós iríamos visitá-lo, na realidade “fui acordado às seis horas para fazer uma viagem, segundo os soldados que riam às escâncaras e – dependendo de meu comportamento – não teria volta. Em outras ocasiões cheguei a acreditar numa tortura física, balancei em várias outras ocasiões desfavoráveis. Eles mentiam e sabiam mentir, pressionavam de todas as formas, tinham todas as armas e a má índole, mas nesta manhã tudo era diferente, tinha outra roupagem. Havia um caminhão apinhado de soldados, armas e um clima tenso, pensava no pior. O caminhão era daqueles, não sei o nome, que tem dois bancos nas laterais, onde os soldados se acomodavam.

Lá algemado, tomei assento. Para onde seguiria? Quando o caminhão tomou rumo à Rodovia Washington Luiz, fiquei mais aliviado, temia o pior se tomasse destino para o Rio Grande, Turvo, não haveria testemunhas... Entramos em Mirassol e tive certeza de que nosso destino seria o sítio de meu irmão José, onde me escondera anteriormente. Teria prejudicado o mano querido, que com tanto carinho me acolhera? Era imperdoável que pessoas amadas e inocentes pagassem pelos meus desatinos. Chegando à delegacia, um senhor, talvez delegado, assumia o comando e rumamos com destino a Jaci.

À beira da estrada, havia uma roça de eucaliptos, onde entraram na mata o “delegado” e vários soldados que faziam muito barulho com os pés, talvez para espantar os bichos ferozes, como calangos, sapos, cobras-cipó, pensei. Nesse ínterim, acompanhado de seis soldados que permaneceram na guarda, fazendo-me companhia, reconheci o caminhão do irmão que estava voltando de Mirassol para o sítio e, contra a vontade dos militares, acenei para que parasse, dizendo-lhe, esconda as crianças...” Voltaram dos eucaliptos com uma colcha ricamente bordada, recheada de livros que haviam sido jogados às pressas por um professor do Departamento de Pedagogia. Estavam todos encapados e com gravações douradas e, na segunda página, com letras bem legíveis, constava o nome do professor. Cinicamente, o “Delegado” perguntou-me se eles eram meus, passando-me um exemplar. Sem titubear, respondi-lhe que meu nome não era o que estava subscrito no livro e que eu usava papel de jornal para encapar. Seguimos para o sítio, sem nenhum sucesso para a tropa. Fiquei feliz.

Foram 32 dias na prisão – cinco dias no Pela-Porco – dos quais jamais me esquecerei um minuto sequer, das horas tão amargas, da solidão, da falta do mimo e amparo de meus pais e do calor e das brigas dos sete irmãos. Momentos de terror, ódio, de injustiças que sufocavam o amor próprio, nada podia fazer.

Além de Prof. Dr. Pedro Bonilha, foram presos os seguintes estudantes da FAFI: Édson Guiducci, Édson Raposero, Grigor Vartanian, Murilo Farinazzo, Ari Neves, Vladimir Mosqueta, Rui Quirino Guimarães, Izo Sérgio Sbroghio, Maria Jorge Ramos, Eudete Fochi, Maria de Lurdes Cápua, Maria Isabel Cápua, Aparecida Barbo Soler, Lederici Gigante e João Paulo de O. Neto.

As modalidades de aprisionamento variavam do mesmo modo como variavam as formas de repressão. Dia e noite, a FAFI tinha sua frente

cercada por viaturas policiais. As atividades encerravam-se às 18h. Sedes de entidades sindicais e estudantis, bem como residências, foram invadidas e sem mandados judiciais. Materiais foram apreendidos. Portas foram arrombadas quando não havia alguém para abri-las. Até ônibus foi cercado na Via Anhanguera, nas proximidades de Caieiras, para que fosse detido um professor, Jacob Lebensteyn.

Os professores e alunos detidos eram obrigados a assinar o atestado de fé democrática abaixo transcrito:

#### TERMO DE FÉ DEMOCRÁTICA

Aos vinte e sete dias do mês de maio, do ano hum mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de São José do Rio Preto, onde se achavam presentes os bacharéis Mariano Pereira de Andrade e José Domingos Ferreira, delegados de Polícia respectivamente, comigo, escrivão dos respectivos cargos, ao final assinado, compareceu o fulano de tal \_\_\_\_\_ e recebeu das autoridades acima referidas o compromisso, que aceito, de não promover qualquer manifestação de caráter político ou social, devendo ainda respeitar as autoridades constituídas, não defender princípios e doutrinas extremistas, comunista(s) ou marxista, nem proclamar e pactuar com elementos que professem tal ideologia. Nada mais lido e achado conforme, vai o presente termo assinado pelas autoridades, pelo compromissado e comigo, escrivão que o datilografei.

As delações faziam-se por diversos meios: telefonemas, contatos pessoais ou espontâneos com as autoridades policiais, depoimentos em inquéritos policiais, devidamente registrados e onde se observam denúncias, estimuladas ou não. Muitos desses depoimentos foram dados por professores, alunos e funcionários da FAFI. Desses professores que testemunharam, a maior parte era docente do curso de História Natural; as delações feitas por alunos, segundo os registros policiais, vinham de alguns que frequentavam o terceiro ano do curso de Pedagogia.



# Capítulo 8

## A gestão do interventor Dr. José de Castro Duarte (1964-1967)

A ditadura logo se fez refletir na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, a primeira instituição de ensino superior do País a sofrer intervenção da ditadura (às 9h30 do dia 1º de abril de 1964): alguns de seus professores e alunos foram presos, outros afastaram-se ou foram afastados, e outros, logo em seguida, exilados. O Prof. Dr. João Dias da Silveira, por imposição das forças dominantes, foi afastado. Em seu lugar, quase dois meses depois, assumiria, como interventor, José de Castro Duarte, juiz de Direito em exercício da Comarca de São José do Rio Preto, sobre cuja gestão assim opinou o Prof. Dr. Celso Abbade Mourão (LODI, 2008):

Na administração do Dr. Duarte, embora ele não estivesse entrosado com a vida universitária, um aspecto positivo dele – e duvido que alguém conseguisse fazer o mesmo – foi criar pacífica e tranquilamente um bom ambiente nessa escola, sem atitudes que se poderia esperar de um diretor-interventor como ele foi; como aspecto negativo, questão decorrente de sua falta de vivência universitária: aplicação da rescisão de contrato a não Doutores.

O Prof. Dr. Samir Barcha escreve (BARCHA, 2013):

Colocaram o Dr. Duarte na direção da Faculdade após a revolução. Ele era juiz de Direito, não tinha a mente tão aberta para aceitar as atitudes modernistas desse pessoal (das Letras e da Pedagogia). Tinha o apoio esmagador da cidade. Ele também não teve habilidade porque colocou no mesmo saco quem devia e quem não devia.

[...]

Muita gente foi podada merecidamente e muita gente

imerecidamente. Aí então os excessos. Tortura é um excesso e isso não é novidade para ninguém. Resultado final: Faculdade destruída.

O Prof. Dr. José Aloysio Reis de Andrade comenta o seguinte sobre o interventor, as prisões e as dispensas (ANDRADE, 1995 – CEDEM/Unesp):

Havia na Faculdade um diretor, Dr. Duarte, um juiz que mudou tudo o que estava contrário às atividades que ele julgava incorretas para a Faculdade. Ele “caçou” um certo grupo, entre eles o Milton Hildebrand e outros que não conheço.

Eu fui dispensado. Pegaram muitos livros nossos, entravam em nossas casas e pegavam nossas coisas. Em minha casa, só encontraram livros, inclusive um “O Pensamento de Karl Marx”, de capa vermelha e letras brancas, escrito por Marcel Home, e perguntaram-me como eu poderia explicar a existência daquele livro. Respondi que Marx é autor de uma filosofia muito importante que, a favor ou contra, eu precisava conhecer, e que era um livro escrito por um jesuíta, não por um comunista soviético. Esse foi o único fato crucial, e não constando nada com meu nome, apenas que havia sido associado aos grupos de militância, ele aconselhou-me a afastar-me daqui, ou, pelo menos, sair por algum tempo. E, na verdade, eu fui despedido, mas não houve nenhum ato formal.

Na Faculdade, não houve nenhuma reunião formal, as pessoas que foram consideradas perigosas acabaram sendo cassadas, e algumas tiveram de sair do País.

Após o inquérito, cada professor se virou como pôde, alguns foram para o exterior.

O Diretor Dr. José de Castro Duarte exerceu a direção da FAFI como um interventor a mando do poder identificado com a ditadura militar. Fez isso desde 1964 a 1967, com austeridade e por meio de medidas enérgicas. Dispensou professores e contratou outros no lugar. Organizou os horários e calendários de aulas e implantou o relógio de ponto. Redistribuiu os servidores técnico-administrativos dos vários setores, especialmente aqueles que, segundo seu ponto de vista, trabalhavam com desvio de suas funções. Em carta dirigida ao Secretário de Educação, Zeferino Vaz (que no futuro seria o responsável maior pela criação da Unicamp e seu primeiro reitor), o juiz José Duarte refere que encontrou “*os mais sérios problemas a resolver*”, tais como muitos professores e alunos presos; alunos que, ainda em agosto de 1964, não estavam matriculados ou porque docentes não haviam corrigido provas do ano anterior ou porque os mesmos as haviam

perdido. Em determinado trecho deixa escrito: “Com um sacrifício enorme e auxílio das Dignas Autoridades Policiais, conseguimos a apreensão das provas, designamos bancas para corrigi-las, realizamos provas orais, que já haviam sido realizadas anteriormente”. E registra (Ibilce: 50 Anos; 2007):

Providenciamos, mediante aprovação de Vossa Excelência e autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a dispensa de 16 (dezesesseis) professores que perturbavam o bom andamento dos trabalhos escolares. Estamos providenciando a contratação de novos professores, previamente escolhidos, para que o padrão de ensino seja grandemente beneficiado.

Há outro registro (Dossiê Diário – Ditadura 40 anos), que aponta 18 (dezoito) professores demitidos, ao invés de 16 (dezesesseis), isto é:

1. Casemiro dos Reis Filho (História da Educação);
2. Flávio Vespasiano Di Giorgi (Língua e Literatura Latina);
3. Hélio Leite de Barros (Psicologia);
4. Jacob Lebzteym (Língua Portuguesa);
5. Joacir Badaró (Didática);
6. João Jorge da Cunha (Mineralogia);
7. Jorge Cândido de Senna (Literatura Portuguesa);
8. José de Arruda Penteado (Didática);
9. Maria Edith do Amaral Garboggini (Literatura Brasileira);
10. Mary Amazonas Leite de Barros (Língua e Literatura Francesa);
11. Maurício Tractemberg (Cultura Brasileira);
12. Nélio Parra (Técnico em Sistema Audiovisual);
13. Newton Ramos de Oliveira (Literatura Brasileira);
14. Norman Maurice Potter (Inglês);
15. Orestes Nigro (Língua e Literatura Francesa);
16. Sarah Rottemberg (Administração Escolar);
17. Wilhelm Heimer (Língua e Literatura Alemã);
18. Wilson Gomes Cantoni (Sociologia).

Provavelmente, na lista do diretor da época, não constem os nomes de Jorge Cândido de Senna e de Nélio Parra, uma vez que este era técnico, e aquele, professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Araraquara e que, durante um semestre, colaborou com Rio Preto.

Acrescente-se que outros professores, ou por não se sentirem à vontade em trabalhar em ambiente opressivo, ou por terem ofertas melhores para o exercício da profissão, demitiram-se voluntariamente. Uma professora, Hermione Bicudo, e um professor, Anuar Hage, foram exonerados por outras razões, que se podem definir como discrepâncias jurídicas, quando se lê o que a professora narra (BICUDO, 2016):

Em 31 de março de 1964, houve o golpe militar e, no final do ano, descobri uma coisa que me abalou profundamente, e seria causa de sofrimentos por três longos anos. Descobri que a Faculdade Municipal de Filosofia, quando foi criada, adotara o estatuto da USP. No estatuto, obviamente, tratando-se da USP, os chefes das disciplinas, então denominados regentes, já vinham de uma longa carreira que incluía os títulos de doutor, livre-docente e, finalmente, o concurso para titular. Os assistentes eram, geralmente, professores em início de carreira, e seu contrato exigia defender o doutorado até o prazo de cinco anos, coisa fácil de realizar na USP. A adoção desse estatuto em nossa faculdade incipiente foi absurda. Na FAFI, a maioria dos professores contratados (na História Natural, todos) eram recém-formados, sem qualquer título além da graduação. Outro absurdo foi que, em cada cadeira, o primeiro professor a ser contratado, era colocado no cargo máximo, mesmo sem títulos (regente, que correspondia ao catedrático da USP), e os que vinham a seguir, para a mesma cadeira, eram denominados assistentes. Se fora insensato copiar o Estatuto da USP devido à diferença de condições, mais insensato ainda seria colocar em prática a exigência do título de doutor exclusivamente para assistentes. Pois foi o que aconteceu. Diante da ameaça que pairava sobre mim, escrevi ofícios endereçados aos componentes da Coordenadoria do Ensino Superior, que era a responsável pelo comando das denominadas Escolas Isoladas do Ensino Superior (já havíamos sido estadualizados). Nesses ofícios, eu argumentava que só recentemente, enfrentando grandes dificuldades, conseguíamos reunir as condições laboratoriais básicas para realizar pesquisas, as quais havíamos iniciado recentemente. Outro argumento era que não era possível exigir mais títulos do portador do cargo inferior (assistente) do que do cargo superior (regente). Prova de que as condições não permitiam a realização de pesquisas mais amplas era que ninguém, nenhum Regente ou Assistente da História Natural ou mesmo de curso de outras áreas havia defendido o doutorado desde a criação da Faculdade. Também procurei argumentar em entrevistas com autoridades que poderiam resolver o problema. Tudo foi em vão.

[...]

Mesmo exonerada, através do Diário Oficial, pelo diretor de nossa instituição, que na época era um juiz de Direito da cidade (Dr. José de Castro Duarte), nomeado para atuar como interventor no início da ditadura, continuei preparando minha tese. O professor assistente Anuar Hage, da área de Pedagogia, que também foi demitido nas mesmas condições que eu, mudou-se para os Estados Unidos.

Em seu depoimento ao CEDEM (1997), o Prof. Dr. Fahad Moisés Arid aborda com muita naturalidade a discrepância que mexeu com os brios de Hermione Bicudo (ARID, 1997 – CEDEM/Unesp):

Em 1967, com a nova Constituição Federal, e dispondo do tempo mínimo de serviço público na função exercida, regente de Cadeira de Geologia e Paleontologia – FFCL de São José do Rio Preto (o cargo foi transformado em prof. titular), após a reforma da lei federal, que alterou o ensino superior, fez com que os catedráticos optassem por serem renomeados professores titulares ou por permanecerem como catedráticos. Criado o Departamento de Geologia e Paleontologia, em substituição à antiga cadeira, exerci o cargo de professor titular e chefe do Departamento, durante muitos anos.

Tudo leva a crer que a exoneração da Prof<sup>a</sup>. Elena Andreoli, que estava prestes a ser contemplada com o regime de tempo integral, deveu-se a razões políticas, pois, como aluna de Letras, teve intensa participação nos movimentos estudantis “de vanguarda”. O drama de sua exoneração foi em parte relatado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Héstia Tenfuss Maciel (MACIEL, 2016):

Transcorridos alguns meses (abril de 1964), eu, como professora de Fisiologia Vegetal, fui convocada para me apresentar na USP, a uma comissão de professores que iria avaliar meu projeto de pesquisa para que eu pudesse ser contratada como Professor Assistente em regime de tempo integral. Coincidentemente, encontrei, no mesmo local, aguardando para ser avaliada pelas mesmas razões, a colega do Curso de Letras da FAFI, Elena Andreoli. Conversamos, rapidamente sobre os projetos de pesquisa, concentrando-nos principalmente sobre as dificuldades, em relação à escassez de livros na Biblioteca da FAFI, e outras amenidades. Separamo-nos ali mesmo.

No mês seguinte (maio), fomos oficialmente contratadas para satisfação de ambas. Eu em tempo integral, e a professora

Elena, não tive na época a informação de que tivesse ou não sido aprovada. Nesse período, a FAFI já estava sendo dirigida por um interventor, o então juiz de Direito, Dr. José de Castro Duarte, em virtude da mudança de sistema de governo, e o clima político era tenso.

Após algumas semanas, fiquei consternada! Encontrei-me com Elena em prantos, insistindo para conversar com o diretor, a fim de saber por que razão havia sido surpreendentemente exonerada. Tempos sombrios.

A professora ausentou-se silenciosamente!

Soube-se mais tarde que ela se encontrava na França.

A FAFI perdeu.

Nós todos, colegas e alunos, perdemos.

O Brasil perdeu uma excelente professora, inteligentíssima e defensora incansável de instituições democráticas.

Cheia de esperanças e energia, em plena juventude, viu-se forçada a se refugiar na França, muito longe do país que ela amava. Tentou lá sobreviver por algum tempo até ser contratada pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Toulouse, em 1967.

Casou-se, teve dois filhos e desenvolveu carreira brilhante como professora universitária, sendo admirada e respeitada nos meios acadêmicos.

Nunca mais voltou. Que pena!

Recebemos, no final do ano de 1987, com pesar a notícia de seu falecimento.

Soubemos que ela foi solenemente homenageada, tendo seu nome imortalizado em uma das salas nobres da Universidade.

O regime de terror, repressão e opressão continuou por meses a fio. Poder-se-ia afirmar que houve uma gradativa amenização ou desaparecimento dessas qualidades negativas ao longo dos anos, havendo sinais das duas últimas (repressão e opressão) até dezembro de 1976, quando a FAFI já se tornara uma unidade da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp com a nova denominação de Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Ibilce. Mas, na gestão do interventor, o clima era pesado.

A presença de policiais, fardados ou não, no interior da FAFI, era diária. Professores e alunos viviam sob vigilância e patrulhamento, ora ostensivo, ora disfarçado. A Livraria do Planalto, do senhor Telmo Maia, existente no prédio da Faculdade, foi empastelada. Livros de capa vermelha foram recolhidos por lembrarem os signos do comunismo. De certo modo, acontecia na FAFI o que se observava nas Universidades Federais, em que, durante 1964, faziam-se exposições de livros considerados subversivos,

aí incluídos a *Bíblia Sagrada*, os romances de Jorge Amado e até *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway. Não se pode esquecer que a obra completa do autor baiano, o romance (traduzido) do escritor norte-americano e o grande livro da cultura judaico-cristã eram editados com capas vermelhas ou avermelhadas.

Até mesmo a Biblioteca tornou-se objeto de intervenções, justificáveis algumas, e outras totalmente descabidas, como se pode observar ao ler-se o seguinte trecho do depoimento de Zailda de Marchi Passarini (PASSARINI, 2016):

Na época da Revolução, em 1964, a Faculdade teve como diretor um juiz de Direito, Dr. José de Castro Duarte, indicado como interventor. Os livros da Biblioteca eram todos visados. Os que contrariavam o regime do governo militar eram encaixotados e levados embora.

[...]

Quando o Dr. Duarte chegou, manifestou logo sua intenção de organizar a Biblioteca. Imaginou, provavelmente, que era como organizar a correspondência de um escritório. Trouxe, então, meninos, funcionários de cartórios, que escreviam a máquina para preparar as fichas. Todavia, essas fichas de livros têm normas a serem respeitadas, tais como: espaços, nome da editora antes da data de publicação, etc. Entretanto, os meninos levavam tudo na brincadeira, e as fichas, na maioria das vezes, eram inutilizadas.

No lugar da Raílda, assumiu as funções de bibliotecária dona Zilfa, professora aposentada de uma escola particular de São Paulo. Aprendi com ela a classificar, catalogar, etc. Porém ela logo foi embora sem que eu ficasse sabendo por que motivo. A seguir, veio uma aluna do curso de Pedagogia, por comissionamento, Maria Mirthes de Camargo Renesto, que demonstrou ter um bom conhecimento técnico de biblioteca. Com ela aprendi também muito, especialmente sobre organização e atendimento.

Alunos contam que, nas aulas de disciplinas pedagógicas (mesmo no curso de História Natural), havia a presença de um militar, fato que deve interpretar-se com cautela, pois a vigilância podia ser realizada por não militares até, pelo menos, em 1972, o que se pode comprovar em registros do DOPS ou nos arquivos, acaso existentes, do coronel que, na Reitoria, fazia a triagem das contratações, nos primeiros anos da Unesp.

Não faltou truculência por parte do Diretor, conforme se pode ler no seguinte texto do Prof. Dr. Arif Cais (CAIS, 2016):

Uma demonstração de sectarismo e abuso autoritário ocorreu com o professor Orestes Nigro. Ao ser libertado, Nigro foi até sua sala na FAFI para retirar seus livros e revistas. Ao ser visto pelo funcionário Aristides Gonçalves Primo a quem, no passado, Nigro havia ajudado com emprego e aos seus filhos, aquele o denunciou ao juiz diretor, que era conhecido como o “carrasco da Ilha Grande”. Este último o recebeu aos gritos e ameaças para que não mais aparecesse na FAFI.

Ao se referir a esse período, bem como à reverberação de alguns de seus acontecimentos em épocas posteriores, continua a escrever o Prof. Dr. Arif Cais (CAIS, 2016):

Alguns mitos do período negro da história da FAFI persistiram por muito tempo, como o da invasão policial à Biblioteca para retirar todos os “livros vermelhos”, dentre eles saiu um exemplar da Bíblia que tinha encadernação vermelha. Só muito mais tarde soubemos que se tratava de livros retirados da livraria do Telmo Maia, que funcionava junto ao DAF: tratava-se da coleção de História Universal de Cesare Cantú. Durante todo o tempo de aluno da FAFI, percebia o clima de sombras no ambiente – os funcionários não abriam a boca para tecer qualquer comentário sobre 1964. Às vezes, comentava-se que o Aristides e o Assai tinham sido levados ao DOPS para testemunharem contra os professores perseguidos pelo regime.

O golpe militar provocou uma enorme ruptura nos caminhos da Faculdade de Filosofia, conforme relatado por professores e alunos que viveram aquele momento e conforme se depara nos autos do processo de nº 444/64 ajuizado pela Secretaria da Segurança Pública contra Franz Wilhelm Heimer e outros. Resgatei este processo em 2001, graças à cooperação de um amigo que trabalhava no cartório criminal de São José do Rio Preto e foi retirado por um advogado de minha família. Fiz então a cópia que estou doando à comissão.

Não é mito, porém, a exoneração de Pedro Bonilha Regueira da presidência do Diretório Acadêmico (REGUEIRA, 2016):

Após 37 dias afastado da Faculdade, fui chamado para uma entrevista com o diretor, José de Castro Duarte. Vêm-me à memória as palavras de Dorian Jorge Freira sobre a invasão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto. Indignado, ele dizia que era um crime o que estava acontecendo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto. Um crime? Vários crimes, crimes contra o Brasil,

crime contra São Paulo, crime contra a cultura, os costumes políticos, a mocidade. Por que o tribunal de justiça, contra a lei, permite que um juiz de Direito exerça uma função incompatível com o seu cargo, colocando-se ilhargado do executivo? Como a política da educação do Estado coaduna com o “status quo” abominável? Como a população de Rio Preto não entende que é também contra ela o crime que está sendo praticado?

O senhor juiz não estava interessado em saber sobre o que eu fizera como aluno e presidente, mas sobre o que não poderia fazer daquele momento em diante. Enfatizou que estava ali por sua benemerência, ele pedira às autoridades que retornasse às aulas. Era uma descarada coação. Entretanto, seria o meu comportamento que iria determinar a minha permanência, ou não, na Faculdade. Enumerou um calhamaço de regras a serem obedecidas, fielmente, e que ele teria informações minhas todas as horas sobre os meus passos. O mais engraçado foi o Senhor Duarte dizer solenemente que eu não era mais presidente do Diretório Acadêmico. Novidade, não é? Terminei o ano de 1964 na Faculdade e transferi-me para Brasília (UnB).

Depois de pôr em prática suas “medidas saneadoras”, o interventor buscou melhorar o relacionamento, até então estremeado, da Faculdade com a comunidade, incentivando a realização de eventos que possibilitassem não só a visita pública como também o conhecimento das atividades acadêmicas, culturais e científicas dos vários Departamentos. Todavia, o ambiente era de intranquilidade. Eis como o sente a recém-contratada Prof<sup>a</sup>. Dra. Orlene de Lourdes Capaldo (CAPALDO, 2016):

Em 1965, o ambiente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto era bastante tenso, pois ela passava por um doloroso período de adaptação após 1964. O governo de exceção que se instalou no Brasil havia perseguido e/ou exilado alguns membros do seu corpo docente. O diretor era um juiz interventor da cidade e que administrava as ações docentes e discentes e suas relações sociais com “mão de ferro”. Com a situação política do País permanecendo nas mãos de militares, alunos suspeitos de serem “comunistas” continuavam sendo perseguidos e, muitas vezes, presos pela chamada “Operação Bandeirantes”.

Vale lembrar que houve, na época, outras tentativas de “pacificação”. Uma delas é narrada por Antonio Luiz Pimentel (PIMENTEL, 2016):

[...] volto a comentar meu eventual envolvimento com os acadêmicos da FAFI que, durante os reveses que sofriam pela repressão dos militares, em 1965, eu e dois companheiros conseguimos, com o objetivo de aplacar e acalmar a fúria dos “fafianos” através de um político ligado ao governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, uma excursão ao Rio de Janeiro, sem nenhum custo, e, assim, para um turismo de uma semana, seguiu uma caravana de universitários em um ônibus da Cometa, totalmente lotado.

Essa excursão ao Rio foi intermediada comigo e com o então presidente do Diretório Acadêmico, Otaviano Martins Rodrigues, que, era, naquele agitado cenário acadêmico, um pacificador.

No período dessa gestão, fundiram-se os cursos de Letras Anglo-Germânicas e Letras Neolatinas, tornando-se apenas curso de Letras, com as respectivas habilitações. Sem que se soubesse, essa fusão prepararia o caminho para a extinção das disciplinas de Língua e Literatura Alemã, que se efetivaria em 1968/1969.

No período em que José de Castro Duarte dirigiu a FAFI, foram contratados os seguintes professores: Prof. Dr. Alfredo Leme Coelho de Carvalho (1964), Prof. Dr. Zequi Elias (1964), Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Abelaira Vizotto (1964), Prof<sup>a</sup>. Dra. Tieko Yamaguchi Miyazaki (1964), Prof. Dr. Guillermo de La Cruz Coronado (1965), Prof. Dr. Valdemar Munhoz Rodrigues (1965), Prof. Dr. Modesto Ayres Dosualdo (1965), Prof. Dr. Alexandre Caballero Garcia y Barba (1966), Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília Pires Barbosa de Lima (1966), Prof. Carlos Felipe Moisés (1966), Prof. Dr. José Perozim (1966), Prof<sup>a</sup>. Dra. Yvonne de Moura Campos Almeida (1966) e Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Aum Attab (1966).

Nesse mesmo período, foram contratados os seguintes funcionários não docentes: Alcina Maria do Amaral Vicentini (1965), Liráucio Roberto de Camargo (1965), Maria Helena Lima (1965), Vanderlei Ricardo Tremura (1965) e Dinorah Marolla Azorito (1966). No ano em que o Diretor assumiu, já estavam contratados os seguintes funcionários: Aduino Abrão dos Santos, Antônio Augusto Lombardi Vieira, Antônio Rodrigues Verdi, Aristides Primo, Antônio Sérgio del Nero, Aparecida dos Santos, Assai Nakagawa, Augusto Alves da Rocha, Bárbara Santana, Carlos Félix Alves, Clarisse de Paulo Rocha, Durval Dias Barbosa, Gabriel dos Santos, João Cualheta, José Antônio Salinas, Jurandir Argêo, Lauri Amorim, Messias Meneguette, Milton Hildebrand, Oswaldo Luiz Magosso, Paulo Martins, Urbana Antônia Gonçalves, Vicentina Ada Gigliotti e Zailda de Marchi Passarini.

Zuleika Aum Attab (Org.)

Em 1967, o Dr. José de Castro Duarte ficou impedido, por incompatibilidade de cargo, de continuar seu trabalho administrativo na direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Para substituí-lo, foi nomeado, em 28 de março de 1967, o Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya.



# Capítulo 9

## A gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya (1967-1971)

O Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya dirigiu a FAFI, desde o início de 1967 até meados de 1971. O Prof. Michel Pedro Sawaya doutorou-se em Zoologia pela Universidade de São Paulo, em 1942. Na mesma universidade, tornou-se Livre-Docente em Zoologia, no ano de 1953. Por meio de concurso, tornou-se Prof. Adjunto de Zoologia, também pela USP, permanecendo no Departamento de Zoologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dessa mesma universidade. Antes de ocupar o cargo de diretor da FAFI de São José do Rio Preto, houvera sido diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, outro Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Sobre a gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, as avaliações divergem desde a admiração de que foi objeto por parte dos alunos que lideravam o Diretório Acadêmico, até a que se pode observar nas palavras do Prof. Dr. Celso Abbade Mourão (LODI, 2008):

Na administração do Prof. Dr. Michel P. Sawaya, um aspecto positivo, porém negativo, foi a criação do curso de Licenciatura em Ciências; o negativo foi a não implantação do Departamento de Genética.

[...]

Dizer ser um ponto negativo da administração do Prof. Dr. Michel P. Sawaya criar o curso de Licenciatura em Ciências é uma posição, à primeira vista pelo menos, que parece esquisita, porque não houve a contratação de nenhum professor nem a compra de mais equipamento; então, tudo aquilo era realizado pelo grupo de História Natural; por isso vou justificar a minha posição e não pretendo esgotar meus argumentos nesse sentido. Em primeiro lugar, esse curso é muito mal estruturado, muito mal idealizado e teria sido melhor não tê-lo criado na Faculdade de São José do Rio

Preto; em segundo lugar, agora já como aspecto específico dessa escola, esse curso constituiu-se numa carga a mais para o corpo docente do curso de História Natural e, com um mesmo equipamento, esse mesmo grupo de pessoas teve que estar a serviço de dois de natureza muito diversa.

[...]

Percebo também rivalidades entre os cursos da Faculdade criados em 1957 e também entre os criados após 1968. Vou dividir em duas partes: rivalidade entre cursos novos e já existentes. Houve, e talvez agora um pouco mais (não sei se o termo é rivalidade), gerada pela criação do curso de Licenciatura em Ciências. Ela existe entre alunos de Licenciatura em Ciências de um lado e Matemática do outro. Isto também serve de argumento para justificar por que foi um erro a criação do curso de Licenciatura em Ciências, porque acho que são (como chamo) “monstrinhos” e um “monstro” que está hipertrofiando-se cada vez mais. Isso decorre da estrutura do curso de Licenciatura em Ciências que dá ao licenciado mais atribuições do que ele é capaz de desempenhar. Ele é legalmente credenciado a dar aulas de Matemática. Esse deve ser o foco de rivalidade entre Licenciatura em Ciências e Matemática.

O foco da rivalidade entre licenciatura em Ciências e História Natural vem também dos direitos legais do licenciado em Ciências. Como o número de licenciados em História Natural não é ainda suficiente para preencher as necessidades do mercado de trabalho, então há disputa entre os dois tipos de licenciados e, também, entre os dois tipos de alunos da Faculdade por aulas do segundo ciclo. Acontece que, pelo sistema de atribuição de pontos, não é raro o licenciado em Ciências conseguir vantagens sobre o licenciado em História Natural. É possível colecionar uma série de exemplos, mas no momento não me ocorre nenhum. Então, aqui rivalidade tem como causa a criação de um curso que nunca deveria existir no País inteiro, nunca deveria ter sido inventado, tal como foi inventado, o curso de licenciatura em Ciências.

Alguns fatos relevantes aconteceram durante a gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya. Talvez, o mais importante do ponto de vista da história institucional tenha sido a criação, em 1969, da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo - CESESP, que propiciou o funcionamento dos Institutos Isolados como unidades congregadas. O Prof. Dr. Fahad Moisés Arid, ex-diretor do Ibilce, observou, muito pertinentemente, que a CESESP foi criada para coordenar, reorganizar, uniformizar e, assim, tentar despolitizar as reivindicações dos institutos

do Sistema Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo - SIESESP e coordenar seu crescimento, sua manutenção e sua qualidade.

Acrescenta ele (ARID, 1997 – CEDEM/Unesp):

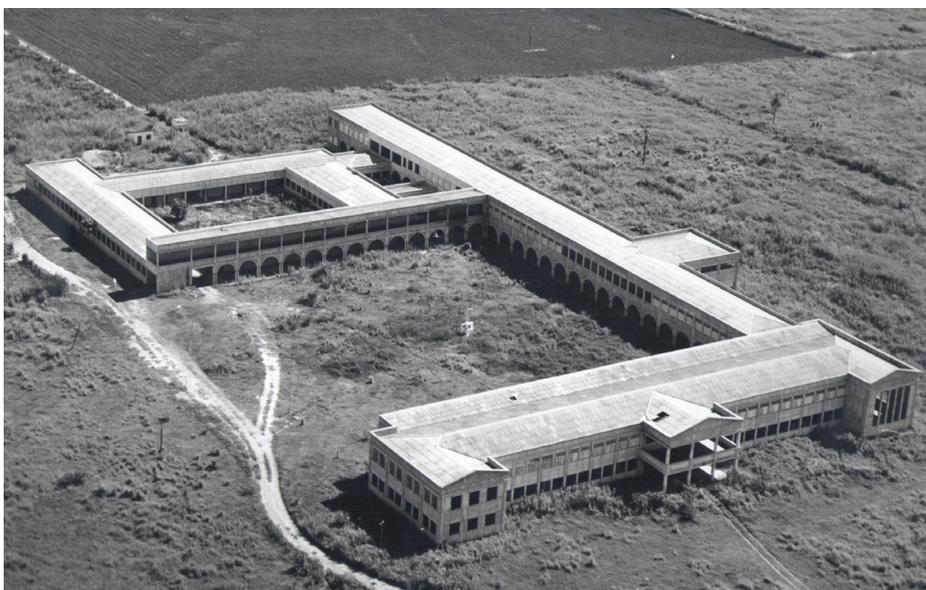
Mesmo assim, havia institutos mais fortes e os mais frágeis, estes em geral, as Faculdades de Filosofia, e a competição prosseguiu, mesmo dentro da CESESP. Essa coordenação e essa uniformização nem sempre estiveram de acordo com os interesses e objetivos dos Institutos Isolados, criando embaraços e impondo condições de trabalho, nem sempre acolhidas pelos docentes (recorde-se, por exemplo, a implantação do livro-ponto para docentes, abolido mais tarde). Todavia, a Coordenadoria passou a ser uma entidade que deu os primeiros passos para organizar e fortalecer o sistema. Pessoal docente era aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, antes de ser submetido ao Secretário da Educação e, só após, ao Governador do Estado. Havia rigor na cobrança de cumprimento do tempo integral e relatórios de atividades anuais para avaliação da CESESP e da Comissão de Tempo Integral do Estado e do CEE.

Contratação de pessoal administrativo, vestibulares, currículos escolares, etc. passaram a ser integrados e coordenados pela CESESP.

Além da criação da CESESP, há outros fatos relevantes acontecidos na gestão do Prof. Dr. Michel Sawaya: a recontração da Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Elly Melara de Campos Bicudo, já com o título de Doutora; a criação, em 1968, do curso de Licenciatura em Matemática e seu Departamento de Matemática; a extinção da área de Língua e Literatura Alemã e respectivas disciplinas; a instalação, em 1969, do curso de Licenciatura em Ciências; a realização do 1<sup>o</sup>. Colóquio de Incentivo à Pesquisa - CIP, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico Filosofia - DAF e do Centro de Estudos de História Natural - CEHN; a fixação do corpo docente e a ampliação deste por meio de novas contratações; e, finalmente, a aquisição, em 1970, pelo Governo Estadual, de um terreno de propriedade da Cúria Diocesana, situado no Jardim Nazareth, terreno este de aproximadamente 7,5 alqueires, que foi doado à FAFI. Neste terreno, erguia-se um prédio inacabado que houvera sido destinado ao Seminário Maior da Diocese de Rio Preto. Padre Jarbas Dutra Brandini conta a respeito (BRANDINI, 2016):

Acompanhei de perto a construção do prédio, hoje Ibilce, embora Dom José Gonçalves tivesse a ideia de trazer para cá o Seminário. Mas sendo o governador do Estado de São Paulo Dr. Abreu Sodré e o prefeito de SJRP, Prof. Adail Vetorasso, no

dia 25 de junho de 1970, a Diocese passou a Escritura Pública em favor da Fazenda do Estado, no Tabelionato Veiga de São Paulo, de um terreno de 172.422 m<sup>2</sup>, com um prédio de 9.869,50 m<sup>2</sup> de construção (para onde se transferiria a FAFI), cuja sede anterior se encontrava na Rua General Glicério, 3947, Centro. Na ocasião, o artista plástico naif, Orlando Fuzinelli pintou um quadro ao qual denominou: “O Dia em que a religião deu licença para a educação”.



Quarto prédio ocupado pela FAFI, em 1970, favorecendo, aos poucos, a transferência de todos os cursos da rua General Glicério para ele, hoje, Ibilce.

Sobre as negociações que culminaram nesse contrato, o Padre Jarbas dá as seguintes informações (BRANDINI, 2016):

O Cônego José Domingos Neto foi ordenado padre em 1961, vindo, de imediato, trabalhar em SJRP. Ele foi a mão direita de todos esses negócios, da fundação da Rádio Anchieta e dos assuntos ligados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O Cônego José Domingos Neto vivia na estrada para São Paulo, de quatro a cinco vezes por mês, para acertar a papelada com a Fazenda do Estado, que ainda não tinha definido para o que seria destinado o complexo.

As negociações com a Fazenda do Estado para a compra e venda do prédio e adjacências foram facilitadas pelo fato de estar na Secretaria Estadual de Educação o Prof. Dr. Michel

Pedro Sawaya, cunhado de Dom Cândido Padim, OSB, que era Abade do Mosteiro de São Bento em São Paulo, e mais ainda pelo fato da carência e da necessidade de se ampliar a rede de ensino universitário estadual no interior paulista. [...] Depois de muitas idas e vindas entre São José do Rio Preto e São Paulo, chegou-se a um contrato firmado entre ambas as partes, no dia 25 de junho, como já mencionei anteriormente.

Depois de adquirido pelo Estado, tal prédio, que se deteriorara em virtude de ter sido abandonado, oferecia dificuldades para uma ocupação plena, graças à descoberta de falhas em suas fundações, na rede elétrica, na rede hidráulica e de esgoto. Pensou-se em demoli-lo totalmente e construir outro prédio, conforme projeto elaborado pelo engenheiro civil José Gonçalves Toscano. Todavia, esta ideia não vingou, pois o Prof. Dr. Dourival Teixeira Vieira, da CESESP, considerou que o Estado não poderia arcar com mais despesas. A solução seria aproveitar a construção já existente, reparando-a devidamente e construindo o que fosse necessário, dada a urgência da transferência das atividades no prédio localizado na Rua General Glicério para o do Jardim Nazareth. O Diretor seguinte, Prof. Dr. Celso Volpe, seria o responsável maior por essa tarefa.

Contam-se as seguintes contratações realizadas na gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya: Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Silva (1967), Prof. Dr. Carlos Daghlian (1967), Prof<sup>a</sup>. Dra. Cleone Antônia Christina Leite de Abreu Ribeiro (1967), Prof<sup>a</sup>. Dra. Hermione Elly Melara de Campos Bicudo (1967), Prof. Dr. Valdir Antônio Tadei (1967), Prof. Dr. Lafayette Ibraim Salimon (1967), Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Cória Sabini (1967), Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Elisabete Silva Caballero (1967), Prof. Dr. Alceu Dias Lima (1967), Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Rocha Bauab (1968), Prof. Dr. Grigor Vartanian (1968), Prof. Dr. Celso Volpe (1968), Prof. Dr. Eikite Tengnon (1968), Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria José Castagnetti Sombra (1968), Prof. Dr. Antônio Espada Filho (1970), Prof<sup>a</sup>. Dra. Eurides Mambreu (1970), Prof. Dr. Hygino Hugueros Domingues (1970), Prof. Dr. Nildemir Ferreira de Carvalho (1970) e Prof<sup>a</sup>. Dra. Telma Antônia Marques Vieira (1970).

Também se ampliou o corpo de funcionários não docentes com as contratações de: Angelina Marussi (1970), Antônio Manoel Gonzales Sotello (1970), Daltro Brandão (1970), Dalva Ricadi Granzotto (1970), Édison Pinceli (1970), Ênio Poli (1970), José Alberto Fumis (1970), Rosana Selistino de Souza (1970), Sueli Maria Carvalho Perissotto (1970), Walfredo Guimarães Fogaça (1970) e Idalina Lopes de Souza (1971).

Nesse mesmo período, ocorreram os seguintes doutoramentos de docentes: Celso Abbade Mourão (1966), Luiz Dino Vizotto (1967), Hermione

Elly Melara de Campos Bicudo (1967), Salvatore D’Onofrio (1968), Antônio Espada Filho (1968), Nilce Aparecida Lodi (1968), Alfredo Leme de Carvalho (1969), Celso Volpe (1969), Fahad Moysés Arid (1969), Aluísio José Gallo (1970), Tiekō Yamaguchi Miyazaki (1970), Valdemar Munhoz Rodrigues (1970) e Héstia Tenfuss Maciel (1970). Ressalte-se que Nilce Aparecida Lodi foi a primeira ex-aluna da FAFI a doutorar-se.

Também iniciaram-se os estágios de docentes no exterior, seja para aperfeiçoamento de estudos em áreas específicas, seja para completar pesquisas que resultariam em doutorados ou em teses de livre-docência. Entre os docentes que usufruíram desses estágios, contam-se: Celso Abbade Mourão (EUA), Luiz Dino Vizotto (EUA), Hermione Elly Melara de Campos Bicudo (EUA), Tiekō Yamaguchi Miyazaki (Espanha), Alfredo Leme Coelho de Carvalho (EUA), Maria José Castagnetti Sombra (França) e Nilce Aparecida Lodi (Portugal).

Dificuldades de trabalho continuavam, algumas pela falta de acesso ao tempo integral, outras pela exiguidade de espaço e outras, enfim, pela burocracia oficial. No discurso do Prof. Dr. Carlos Daghljan, encontramos (DAGHLIAN, 2012):

Eu e o Prof. Antônio Manoel [...] começamos a trabalhar aqui no mesmo dia [...] em tempo parcial, como vários outros colegas, o que nos levou a dar aulas também em outras escolas, trabalhando nos três períodos e por mais de um ano, depois do que ingressamos no RDIDP. [...]

Apesar das dificuldades, conseguimos desenvolver a pesquisa de doutorado. Naquele tempo, ainda não havia programas de doutorado como os de hoje. Tínhamos de encontrar um professor doutor que se dispusesse a nos orientar, participar de colóquios de pesquisa com ele, e redigir e defender a tese dentro de um determinado prazo.

[...]

Não havia concurso de ingresso ou de provimento de cargo para professor; conseguir o tempo integral era muito difícil. O diretor era diretamente nomeado pelo governador; cheguei nos últimos dias da gestão do Dr. José de Castro Duarte, pouco antes da nomeação do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, que era docente da USP. Depois deste, tivemos mais dois diretores nomeados.

[...]

Não tínhamos dia certo para receber o salário, o que acarretava frequentes empréstimos bancários, muitos de nós tínhamos de trabalhar nos três períodos, como já disse, em mais um ou dois empregos. O sonho de todo professor era ter sua própria máquina de escrever manual (a elétrica ainda era um luxo).

Havia gabinetes para três docentes com uma só máquina de escrever. Não existia xerox, por muitos anos os professores tiveram de lidar com os mimeógrafos à tinta ou a álcool, para a produção de textos didáticos. Os documentos tinham de ser fotocopiados em cartório; eram entregues num dia, e as cópias ficavam prontas no dia seguinte, quando o cartório era rápido; e eram muito mais caras do que o xerox.

[...]

Participar de congressos, que eram raros, só com recursos próprios. Não havia o apoio que temos hoje das agências de fomento à pesquisa. [...]

O intercâmbio com o exterior, hoje uma realidade gratificante, era um sonho. Sem falar que havia uma burocracia exagerada. O docente que quisesse afastar-se do Estado para participar de um congresso, por exemplo, ainda que por pouco tempo, tinha de fazer uma solicitação que, depois de autorizada pelo governador, era publicada no D.O. Só então, o interessado poderia afastar-se.

Quando cheguei aqui no final dos anos 60, o transporte aéreo de passageiros para São Paulo era praticamente inexistente; a viagem mais rápida de ônibus durava sete horas, a do trem de luxo, o mais rápido, nove. Mas o trem-leito noturno, o preferido, levava umas doze horas para chegar a São Paulo.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília Pires Barbosa de Lima aponta para outras dificuldades, além daquela de trabalhar em regime de tempo parcial (LIMA, 2016):

Os tempos eram difíceis – o tempo integral fui ter somente em 1972. Não tínhamos laboratório de idiomas e foi uma luta longa para conseguirmos. Eu usava um gravador, desses com rolo, que tenho até hoje em casa, para os alunos fazerem exercícios.

No depoimento do Prof. Dr. Lafayette Ibraim Salimon, várias dificuldades se somam: carga de trabalho excessiva na Faculdade, múltiplos empregos por necessidade familiar, barreiras para se conseguir o regime de tempo integral (SALIMON, 2016):

Em 1968, ministrei dez horas-aula por semana, em 1969, doze; em 1970, 16; e em 1971, 22 horas-aula. Eis a conclusão: havia sido admitido para dar aulas.

No relatório de 1970, já manifesta minha insatisfação com tal fato. Muitas experiências foram aduzidas às dos primeiros anos de magistério no ensino de nível superior, e a principal

delas foi, considerando a carga de trabalho docente de que fui acometido, a de que, sem tempo para pesquisar, não fazia sentido o exercício apenas do magistério em sala de aula, haja vista que, em 20 horas contratuais de trabalho, ministrei, em média, 16 horas de aulas por semana. Concomitantemente, lecionava, na rede oficial do ensino médio, Filosofia da Educação, Prática de Ensino na Escola Primária e Artes Industriais. Em escolas particulares, era docente de História da Educação e Filosofia Educacional. Para completar, no Colégio Santo André (educandário tradicional da cidade), era coordenador pedagógico e professor de Sociologia da Educação e História de Educação, na Escola Normal.

Neste mesmo período, fui professor titular de Administração Escolar e de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º. Graus, coordenador do curso de Pedagogia, vice-diretor e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, autarquia municipal vinculada ao Conselho Estadual de Educação.

[...]

(...) foram necessárias várias tentativas até que, em julho de 1972, entrei no estágio probatório do tempo integral e, em janeiro de 1973, na pós-graduação em Educação, com área de concentração em Administração Escolar, sob a orientação do Prof. Dr. Moyses Brejon.

O Prof. Dr. Samir Felício Barcha que, no início de suas atividades na FAFI, ministrava muitas aulas semanais em escolas secundárias pelo fato de ser concursado e efetivo em duas disciplinas diferentes, também conta as agruras que enfrentou até consolidar-se na carreira, com a defesa de sua tese de doutorado (BARCHA, 2013):

Eu comecei como professor assistente em 1964, lecionando Geologia com o Prof. Osmar Sineli, também assistente do Departamento. Depois comecei a dar aulas de Paleontologia. O Prof. Osmar acabou indo para Ribeirão Preto e, em seu lugar, foi contratado o Prof. Paulo Roberto de Moura Castro. Com isso, começamos a montar esse departamento de Geociências. O Prof. Fahad, titular, estava terminando a tese, e a gente auxiliava-o bastante. E era uma dificuldade enorme, porque tudo tinha de ser financiado do nosso bolso. A gente não tinha os mínimos recursos. A única coisa boa que a gente possuía eram os gabinetes, embora eu dividisse o meu com o Prof. Paulo.

Em 1969, fomos ministrar um curso de Geociências em Barbacena, a convite do comandante da aeronáutica, aos acadêmicos da Aeronáutica. Lá, conheci o Prof. Dr. Aziz

Ab'Saber e, conversando com ele, disse-lhe que precisava fazer pós-graduação porque era uma exigência da CESESP, uma espécie de reitoria dos Institutos Isolados do Estado. Quem não obtivesse a titulação até o final de 1970, seria dispensado. Disse-me para eu ir a São Paulo, que ele me orientaria. Ajudou-me muito. Nesse ínterim, a lei da estabilidade que permitia a quem tivesse mais de cinco anos de serviço público, poder requerer sua estabilidade, deu-me a tranquilidade necessária. Enviei todos os documentos comprobatórios e, após conseguir esse benefício, pude fazer minha pós-graduação com o Prof. Dr. Aziz Ab'Saber, em 1970, de maneira mais tranquila.

Parti depois para o doutorado. Após trabalhar dois anos em minha tese, consegui terminá-la e defendê-la em 1973.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Cória, por suavez, aponta para problemas e dificuldades semelhantes a essas já relatadas (CÓRIA, 2016):

Minha atividade restringiu-se, no primeiro ano, a ministrar cursos e a fazer tentativas frustradas no sentido de realizar pesquisa básica em comportamento operante, não havendo um mínimo de condições possíveis para tal. Em 1968, iniciei o curso de pós-graduação em Psicologia Experimental e Social na Universidade de São Paulo (USP). A partir daí, comecei a desenvolver pesquisa básica em Psicologia Experimental, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Carolina Martuscelli Bori, daquela entidade.

Logo de imediato, interessei-me pelo Controle Aversivo do Comportamento, tema sobre o qual trabalhei de 1968 a 1972, realizando minhas pesquisas de mestrado e doutorado. Essas pesquisas foram realizadas no Laboratório de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Após 1972, tentei, por diversas vezes, ampliar o Laboratório de Psicologia que já existia na FAFI; infelizmente, todas as tentativas foram frustradas. Um dos fatores que dificultaram essa ampliação foi a extinção do Departamento de Psicologia e sua conseqüente integração ao Departamento de Educação, que não mostrou interesse na aquisição de equipamento mais sofisticado e caro.

Ainda assim, durante algum tempo, mantive o laboratório básico, enfrentando muitas dificuldades e tendo que me valer, muitas vezes, de meus próprios recursos para a alimentação e manutenção dos animais.

O clima político interno, durante a gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, parecia pacífico. O corpo docente qualificava-se e ampliava-se;

as instalações davam a impressão de suficiência; as Aulas Magnas abriam os anos letivos e os cerimoniais de doutoramento sucediam-se. Mas o País caminhava para o golpe dentro do golpe. A promessa inicial de restauração da democracia “sem corruptos” foi mostrando-se distante e impraticável na medida em que líderes civis que haviam apoiado o golpe eram alijados da vida política.

Em todo caso, a ilusão de novos caminhos reacendeu com os debates sobre Reforma Universitária, sugerida pelo MEC. Na FAFI, seguindo o resto do País, em 1968, houve uma série de eventos, em que se propunha descobrir as contribuições de alunos e professores. Como sempre, a reforma universitária foi pensada e discutida como exercício do poder: eleição de dirigentes, participação de alunos (paridade ou proporcionalidade), democratização de colegiados, etc. Poucos perceberam que tais debates iriam servir a outros fins, pois, no próprio ambiente universitário, havia uma ação subliminar de defesa dos princípios “democráticos” que estavam sendo usados para uma possível legitimação da ditadura militar.

A repressão continuava, independentemente dos que dirigiam as instituições universitárias, inclusive a FAFI. Para ilustrá-la, transcrevemos o trabalho do Prof. Dr. Laerte Miola (MIOLA, 2014):

O regime de medo e de terror estava sempre presente. A situação melhorou com o impedimento legal do diretor, juiz de Direito, José de Castro Duarte, para exercer duas funções e a nomeação do professor da USP Dr. Michel Pedro Sawaya, como diretor. E um período de liberdade e prosperidade iniciou-se. Porém, segundo depoimento do diretor que o sucedeu, o professor Celso Volpe, todo processo de contratação de professores tinha de receber o aval do DEOPS. De fato, a contratação do Prof. Wladimir Tadei, do Departamento de Genética, foi barrada pelo DEOPS. Tal contratação somente se concretizou em 1976, com a atuação do Professor Arif Cais junto ao Grão-Mestre da Maçonaria, Mário Proietti, que intercedeu junto ao Deputado Estadual Gustavo Korte (também maçom), que convenceu o Reitor a autorizar a contratação. O Prof. Wladimir, quando estudante, representava uma ala do Diretório Acadêmico no Congresso da UNE, em Ibiúna, sendo naquela oportunidade detido com todos os estudantes que ali estavam.

No segundo semestre de 1968, na recém-instalada Faculdade de Votuporanga, dois alunos da FAFI, Derli e Eliézer, estavam panfletando contra a ditadura e, antes que a polícia chegasse, o diretor daquela Instituição escondeu os dois estudantes no laboratório de Química e, após o término das aulas, trouxe-os a São José do Rio Preto. Tempos depois, os dois estavam

pichando as paredes de um supermercado e foram detidos. O então Diretor da FAFI, Prof. Celso Volpe, conseguiu que os mesmos fossem transferidos para a sede de um tiro de guerra, e todos os dias enviava um veículo da Faculdade para buscá-los a fim de frequentarem as aulas. Seus colegas cotizavam-se para a compra de marmitas para suas refeições.

Com pequenas divergências, parte desse fato é narrada também pelo Prof. Dr. Arif Cais, em seu depoimento (CAIS, 2016):

Em setembro de 1969 ou 1970 (não me lembro bem o ano), dois colegas de turma, o Eliézer José Marques e o Derli Brianezi Tadei, que moravam próximo da FAFI, resolveram pichar, na madrugada, o Supermercado Gonçalves Sé com o tema da época: "ABAIXO A DITADURA". O vigia do supermercado viu-os e chamou a polícia. Ficaram detidos na casa dos guardas, defronte à delegacia de Polícia, na Rua Antônio de Godoy. Não sofreram agressões, mas passaram o final do ano naquele local. Fui visitá-los no final do ano e verifiquei que não ficavam presos em celas. No início do ano, foram transferidos para o batalhão do exército, que executava a construção da Rodovia BR-153, denominado Batalhão de Engenharia do Exército "CR-2" e que ficava na chácara do Maquininha, junto à rodovia. Durante todo o ano de 1971, frequentaram a FAFI, transportados por veículo da própria Faculdade, por iniciativa do Prof. Celso Volpe, então vice-diretor e, posteriormente, diretor da Instituição. Aos finais de semana, eram obrigados a produzir placas de trânsito usadas na rodovia. Foram soltos no final do ano. O Eliézer aposentou-se como docente na UFMS, e o Derli foi assassinado durante um assalto, na greve dos funcionários públicos do Estado, no governo do Paulo Maluf.

No depoimento da Prof<sup>a</sup>. Dra. Orlene de Lourdes Capaldo, lemos o seguinte sobre esse período (CAPALDO, 2016):

Meu início como professor do ensino superior não foi fácil por razões políticas, mas meu contato amistoso com os alunos aliviava o ambiente.

O diretor seguinte, Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, abrandou as relações entre a administração, o corpo docente, os funcionários e os alunos, transformando o ambiente acadêmico menos tenso, com sentido de "mais respeito". Com o novo Diretor, os cursos de Pedagogia, de Letras e de História Natural conheceram um desenvolvimento mais acentuado.

Entre 1967 e 1971, os alunos já se haviam reorganizado em três frentes de ação: instalações físicas ou materiais do Diretório Acadêmico - DA, defesa dos interesses de seu próprio ensino e resistência à ditadura militar.

Era grande a área física ocupada pelo DA e que abrangia, além do escritório, uma cantina e uma cozinha (que oferecia almoço para os estudantes), uma biblioteca com livros de filosofia, história e política, uma saleta em que se imprimiam apostilas do cursinho, cursinho este cujos professores eram os próprios alunos da FAFI, uma sala com mesa de pingue-pongue, e, entre os equipamentos, muitas máquinas de escrever e mimeógrafos a álcool, aos quais se acrescentou, adquirido pelo DA, uma máquina “*off-set*” da marca *Gestetner*, equipamento que a própria Faculdade ainda não possuía.

Vários movimentos, alguns efêmeros e outros mais demorados, encampados pelo DA, envolveram alunos contra professores: um deles teve como alvo o Prof. Araceli do Prado, de Literatura Portuguesa, acusado de perseguir uma aluna (dona de uma escola de datilografia), sendo afastado de suas funções depois que essa aluna, por determinação da Justiça, foi reavaliada por uma comissão (Professores Erich Arnold von Buggenhagen, regente, e Antônio Manoel dos Santos Silva, instrutor de ensino, bem jovem); outro caso resultou na demissão da Prof<sup>a</sup>. Eros Benfatti, do curso de Pedagogia; também causado por movimento contrário dos estudantes de Pedagogia, não se deu continuidade ao contrato da Prof<sup>a</sup>. Maria Cecília Braga Braille; outro movimento, este promovido pelos alunos de Matemática, levou à demissão do engenheiro Néelson Pires, professor que faltava muito às aulas. Este movimento articulava-se com outro mais amplo contra os professores itinerantes, alguns dos quais se afastaram espontaneamente, ao passo que um, Prof. Dr. Guillermo de la Cruz Coronado, conseguiu sua transferência de cátedra da Universidade Federal do Paraná para a FAFI.

Outro movimento concretizou-se em cartazes nos quais se liam frases contra a “*curitibanização*”, sendo alvos o já citado Prof. Dr. Coronado (Letras), o professor de Filosofia Alejandro Caballero García y Barba (Pedagogia), a esposa deste, Prof<sup>a</sup>. Elisabeth Caballero (História Natural), o recém contratado Prof. Antônio Manoel dos Santos Silva (Literatura Hispano-Americana) e dois outros professores que estavam em vias de indicação para contratação: Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde (Literatura Brasileira) e Prof. Dr. Pedro Machado de Bitencourt (Língua e Literatura Latina). Estes dois foram absorvidos por faculdades municipais da região (Votuporanga, aquele, e Catanduva, este), não chegando a ser contratados pela FAFI e, retornando, depois de algum tempo, a Curitiba e a Santa Catarina,

respectivamente. Os demais oriundos de Curitiba permaneceram; um deles, Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Silva, tornar-se-ia Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa na gestão do Reitor Prof. Dr. Landim, Vice-Reitor na gestão do Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo e Reitor da Unesp de 1997 a 2001.

A terceira frente de ação foi a resistência à ditadura, que se pode perceber por meio da leitura de alguns depoimentos feitos por aqueles ex-alunos que participavam da política estudantil, resistência que se particularizou, por exemplo, nos fatos em que se envolveram Eliézer e Derli, já referidos em depoimentos. Mas há outros fatos que merecem referência:

- a) a participação de três representantes da FAFI no 30º Congresso Nacional dos Estudantes – UNE, em Ibiúna, sendo os três, Wladimir Tadei (de História Natural), Kyoshi Rachi (Pedagogia) e João Batista (Letras), presos com mais 1.200 estudantes;
- b) a passeata, à noite, em silêncio, com cartazes de protestos e portando velas acesas, pelas ruas de Rio Preto, saindo os estudantes da FAFI de sua Faculdade e os de Direito da FADIR, para se encontrarem em frente à Catedral;
- c) as panfletagens contra a ditadura nas ruas próximas à escola;
- d) a distribuição clandestina do jornal “A Voz Operária”;
- e) a palestra de Juca de Oliveira sobre a “Revolução no Teatro”, interrompida pela polícia graças a uma denúncia de aluna da FAFI;
- f) o boicote aos candidatos à diretoria da FAFI, no final de 1970; e
- g) as costas dadas ao orador indicado pela direção na solenidade de formatura em dezembro de 1971.

Segundo o Prof. Dr. Arif Cais, os estudantes da FAFI, politicamente ativos, formavam dois grupos: os da Juventude Universitária Católica - JUC, liderados, dentre outros por Prof. Dr. Wladimir Tadei, e os da Aliança Libertadora Nacional - ALN, liderados por João Cardoso, José João Domingues e Kyoshi Rachi do qual participavam José Antônio Cordeiro, Lúcia Helena Lodi Rizzini, Yoshimi Sato e o próprio Arif Cais. Esses dois grupos é que receberam, em meados de 1968, o estudante José Dirceu, que veio para organizar o Congresso da UNE que se realizaria em Ibiúna. Como em toda organização política, aconteceram defecções e traições.

Nessa época, e a partir de 1966, o Diretório Estudantil tinha como aliado o Padre Jarbas Dutra Brandini, que confessa: “estávamos – alunos e

alguns professores – sempre do lado oposto ao da direção da escola e das políticas do Estado”. Talvez por causa dessa aliança, tenha sido objeto de desconfiança por parte do governo militar. Quando perguntado por um membro da Comissão de Resgate: “E foi na Igreja da Maceno que o senhor escondeu as armas?” Ele respondeu (BRANDINI, 2016):

Por duas vezes, o delegado da Polícia Federal esteve à minha procura na casa paroquial da Maceno querendo prender-me, interrogar e encontrar armas que, segundo as más línguas, eu traficava para a guerrilha rural de Pindaré Mirim, no Maranhão. Eu nem sabia onde ficava esse lugar. Isso aconteceu em 1970, no governo do general Médici. Alguém, ou alguns, queriam incriminar a gente de qualquer forma. Nunca acharam nada.

# Capítulo 10

## A gestão do Prof. Dr. Celso Volpe (1971-1975)

O Prof. Dr. Celso Volpe dirigiu a FAFI entre agosto de 1971 e junho de 1975. Desde 1968 trabalhou como vice-diretor, demonstrando então invulgar capacidade empreendedora, que se notabilizaria até o fim de seu mandato.

Doutorou-se em Matemática na USP, em 1967. Foi professor titular de Cálculo Diferencial e Integral na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, de 1963 a 1967. Em 1968, transferiu-se para a FAFI de São José do Rio Preto, onde participou da criação do Departamento de Matemática. Terminado seu mandato, passou a ser assessor da Secretaria da Educação como Coordenador do Sistema de Assessoramento. Em 1976, foi indicado como responsável pelo Centro de Recursos Humanos e membro do Conselho de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo.

Coube ao Prof. Dr. Celso Volpe o compromisso de reformar o prédio do Jardim Nazareth, adequando-o às necessidades da FAFI, pois o prédio da Rua General Glicério mostrava-se sem condições para atender às necessidades dos cursos em andamento. Vários deles, especialmente os de Letras, foram deslocados para espaços diferentes: a Faculdade de Comércio D. Pedro II, a Faculdade de Direito e o prédio do antigo curso preparatório para o ingresso aos Institutos de Ensino Superior. Esta distribuição criava dificuldades para se administrar as atividades didáticas, razão suficiente para um maior empenho a fim de concluir, o mais rápido possível, as obras de reforma do prédio adquirido. O Professor Celso Volpe enfrentou ainda dificuldades de falta de recursos financeiros, muito escassos. Contudo, após um longo e desgastante período de tempo, conseguiu o apoio do Governador Laudo Natel. Por isso as obras foram aceleradas e concluídas.



O prédio da FAFI algum tempo depois da primeira reforma.

O primeiro Curso a ser transferido foi o de Matemática, seguido pelo de Pedagogia, Letras Neolatinas e Anglo-Germânicas. O último foi o curso de História Natural, já que foi mais demorada a construção dos novos laboratórios.

Em 1974, a FAFI passou a oferecer três cursos noturnos: Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Licenciatura em Letras. Os dois primeiros repetiam os cursos oferecidos no período diurno; o de Letras oferecia, no diurno, habilitações em Português e Inglês ou Espanhol e, no noturno, habilitações em Português e Francês ou Italiano.

No período em que o Prof. Celso Volpe dirigiu a FAFI, ampliou-se o corpo docente com as seguintes contratações: Prof. Dr. Laerte Miola (1971), Prof. Paulo Roberto Freitas Azevedo (1972), Prof. Dr. Eurípedes Alves da Silva (1972), Prof. Dr. Sebastião Pereira Martins (1972), Prof<sup>a</sup>. Dra. Aldenice Brito Pereira (1973), Prof. Dr. João Ruggiero Neto (1973), Prof. Dr. Douglas Peres Bellomo (1972), Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna Maria Musiello (1973), Prof. Dr. James Roberto Coleman (1974), Prof<sup>a</sup>. Dra. Sandra Maria Venturelli Ferreira Dias (1974), Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini (1974) e Prof. Dr. Wilson Salles Navarro (1975).

Foram contratados, nesse período, os seguintes servidores técnico-administrativos: Aldo Rizzo (1972), Inácio Sabino Fernandes (1972), Magdalena Volpe (1972), Benedito Gussão (1973), Derci Anásia Bórela Finati (1974), Eduardo Silistino (1974), Maria Aparecida J. Canhizares (1974), Maria Aparecida Lopes Bernardo (1974), Maria de Lourdes Mantovani

(1974), Sebastião Dias Barbosa (1974), Válder Ferro (1974), Valdemar Ferro (1975), Olga Brizotti Pelicer (1975), Ordenir Nobile (1975) e Wilse Teresinha Soares (1975).

Nessa mesma gestão, os seguintes professores obtiveram o título de Doutor: Maria Aparecida Cória Sabini (1972), Antônio Manoel dos Santos Silva (1972), Carlos Daghlían (1972), Valdir Antônio Tadei (1973), Samir Felício Barcha (1973), Anna Maria Musiello (1973), Grigor Vartanian (1973), Maria José Castagnetti Sombra (1973), Maria Elisabete Silva Caballero (1974), José Luiz Carneiro Casagrande (1974), Cleone Antônia Christina Leite de Abreu Ribeiro (1974), Eurides Mambreu (1974), Douglas Peres Bellomo (1974), Hygino Hugueros Domingues (1974), Eikite Tengnon (1975) e Zuleika Aum Attab (1975).

O Prof. Dr. Celso Volpe foi o primeiro diretor da FAFI nascido em São José do Rio Preto. Foi também o primeiro Diretor oriundo do quadro docente desta Faculdade. Não há dúvidas de que a grande realização do Prof. Dr. Volpe, em termos acadêmicos, foi a criação do curso de Licenciatura em Matemática, em 1968, e de Licenciatura em Ciências, em 1969, quando ainda era vice-diretor, curso aquele que foi, inegavelmente, sua prioridade de gestão e graças ao qual teve o reconhecimento inegável dos professores e alunos. A gênese desse curso e sua constituição inicial é contada, em depoimento feito em fevereiro de 2014, por ele mesmo, conforme texto entregue a esta Comissão, em 12 de maio de 2014 (VOLPE, 2016):

Um dia recebi um telefonema do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, que era compadre do Prof. Dr. Benedito Castrucci, convidando-me para um encontro a fim de tratar da criação do Curso de Matemática, em Rio Preto, conforme indicação que teve do Prof. Dr. Benedito Castrucci sobre minha pessoa. Combinamos de encontrar-nos num sábado, na Faculdade Mackenzie. Falou sobre a conversa que teve com o professor Castrucci e aproveitou o momento para me convidar a trabalhar na Faculdade de Rio Preto. Era meu sonho voltar para cá, por causa de minha mãe. Eu saí de casa com 11 anos, e o sonho dela era que eu voltasse. Falei que viria, mas que havia um problema: como resolver minha situação em Presidente Prudente? Ele me disse que resolveria isso, se eu aceitasse o convite. Mas não era para dar aula na FAFI. Era para criar um curso de Matemática aqui em Rio Preto, como eu fizera em Prudente. Na ocasião, o diretor em Prudente chamava-se José Ferrari Leite, que eu havia trazido do Rio de Janeiro. Ele não facilitou em nada minha vinda para Rio Preto. Mas, no final, disse-me que concordaria, se deixasse a verba de minha contratação na Faculdade de Prudente. Precisava consultar

o Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, porque Rio Preto não tinha verba para me contratar. Demorou, mas o José Ferrari cedeu. Compreendo que não era fácil deixar o professor fundador do curso sair assim, tão facilmente. Mas, enfim, transferi-me para Rio Preto.

Eu vim para cá, convidando o Prof. Antônio Assis de Carvalho. Ele aceitou. Porém, em sua viagem com a família para conhecer a cidade, sofreu um sério acidente perto do município de José Bonifácio. Quase morreu. Sua esposa, Lia, achou que esse acontecimento era um aviso para não deixar Presidente Prudente, tendo-o convencido a renunciar a sua vinda para Rio Preto. Outros professores foram convidados, como, por exemplo, o Prof. Eikite Tengnon e o Prof. Paulo Kawauchi, que estavam em Presidente Prudente comigo. O Kawauchi era de Bauru, mas lecionou em Prudente, indo para lá uma vez por semana. Dava as aulas e ia embora. Conseguimos também o Avedis Adourian que, após alguns anos, veio a falecer. A vinda do Prof. Douglas Peres Bellomo foi um pouco demorada, mas conseguimos. Ele queria sair de Araraquara, onde lecionava, porque com a criação da Unesp e a redistribuição dos professores, o curso de Matemática da referida Faculdade seria fechado. Além do Prof. Douglas, veio para Rio Preto, também, o Prof. Dr. Ruy Madsen Barbosa como uma excelente aquisição. Trouxe uma ex-aluna de Prudente, a Prof<sup>a</sup>. Teresa Udo, que fez sua pós-graduação com o Prof. Dr. José Fernandes Izé, da USP de São Carlos. Estiveram também trabalhando conosco os Professores Lafaiete de Moraes e Antônio Espada Filho, que acabou sendo o Diretor do Ibilce.

Lembro-me que com a Prof<sup>a</sup>. Margrit aconteceu um problema interessante. Quando preparávamos sua contratação, ela foi reprovada no exame médico, tinha uma mancha no pulmão. O Dr. Olavo chamou-me e disse que não poderia contratá-la. Acho que era tuberculose. Como ela era muito gentil comigo, pensei: vou convidá-la para um jantar e dizer por que não podemos contratá-la. Então falei que eu lamentava e não poderia contratá-la. Foi, então, que ela me disse que deveria ser uma mancha que tinha em seu pulmão, adquirida no tempo da guerra por ter ficado num campo de concentração quando criança. Essa mancha não tinha outro significado. Aí voltamos ao Dr. Olavo e, graças a Deus, ele expediu o certificado. Não muito tempo depois, ela deixou Rio Preto para lecionar na Paraíba. Trouxe também os Professores Adílson Poloni, Néelson Leme, Néelson Pires (que residia em Catanduva) e, ainda, o Prof. Albrecht Hoffman, de Rio Claro, para dar aulas de Topologia.

Nesse depoimento, o Prof. Dr. Celso Volpe afirma que se baseou no curso que havia implantado em Presidente Prudente para criar o de São José do

Rio Preto. Afirma ainda ter sido muito bem recebido em Rio Preto, mas, logo que o curso se consolidou, sentiu haver certo desconforto perante os demais cursos da Faculdade (VOLPE, 2016):

Para alguns professores, eu já não era muito bem visto. Não tive a menor preocupação com essa situação. Continuei com meu trabalho em prol do curso de Matemática, essa era a preocupação maior.

De fato, a “preocupação maior” levou o próprio Prof. Dr. Celso Volpe a aproveitar os jovens talentos, como Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini e Prof. Dr. Eurípides Alves da Silva como professores, logo que terminaram a graduação; em alguns casos, e prevendo essa necessidade, atuou como tutor deles na docência em faculdades particulares, quando ainda cursavam Matemática no Ibilce. Sobre o aproveitamento desses alunos, opina o Prof. Dr. Hygino Hugueros Domingues (DOMINGUES, 2016):

Para enfrentar as dificuldades que encontrou para preencher o quadro docente do curso de Matemática, o Prof. Celso Volpe apostou também nos jovens talentos e acertou em cheio com essa política. Com isso eu, depois de algum tempo, era bem mais velho que a grande maioria dos professores do Departamento (além de ter outra formação). O que talvez explique o fato de meu relacionamento mais íntimo, seja pessoal como academicamente, dar-se mais com os colegas de minha (ou quase minha) faixa de idade. Nesse particular, destaco o falecido prof. Peter Almay, um grande professor, muito importante para a consolidação do curso de Matemática da FAFI (Ibilce), com quem viajei muito tempo de São Paulo a Rio Preto, e o Prof. Ruy Madsen Barbosa.

Quanto à experiência tutelada, está referida nos depoimentos do Prof. Tadini e Prof. Eurípides. É deste, a seguinte observação (SILVA, E; 2014):

Por fim, já no ano em que terminei a graduação, em 1971, passei a lecionar na Faculdade de Administração de Empresas Rio-Pretense, a antiga FAER, depois transformada no atual Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP. Lembro-me de que lecionávamos, nessa faculdade, eu, o Prof. Paulo Roberto Freitas Azevedo e o Prof. Wilson Maurício Tadini (colegas, respectivamente, da primeira e da segunda turmas do curso de Matemática, ainda hoje diletos amigos). Essa atividade a exercíamos sob a tutela do Prof. Celso Volpe.

Sobre os primeiros anos deste curso, escreveu o Prof. Aparecido Rubens Foss (FOSS, 2016):

Naquele tempo, era comum assumir salas de aula, com mais de cem, até cento e trinta alunos. Muitos alunos ficavam reprovados em várias disciplinas. Como o nível do curso era muito elevado e também dada a insuficiente formação dos alunos, muitos deles não conseguiam acompanhar e acabavam desistindo. Somente uma pequena parte conseguia concluir.

Escreve o Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini sobre o começo do curso de Matemática (TADINI, 2016):

Nos primeiros anos de curso, muitas vezes, houve atividades e aulas aos sábados (manhã, tarde, noite) e, às vezes, aos domingos (manhã). Nunca presenciei alguém reclamando disso. Nesse período, quase todos os professores não eram contratados em regime de tempo integral. Eram professores por um dia: ministravam todas as aulas programadas para a semana, num único dia, e retornavam para as suas cidades. Havia muita solidariedade entre os colegas de curso, talvez por conta dessa falta de suporte na orientação acerca das dificuldades nos estudos. Formavam os grupos de estudos para que todos tivessem a oportunidade de eliminar suas dúvidas.

Vários colegas formaram turmas para estudar comigo, em Guapiaçu, no escritório de uma máquina de benefício de arroz e café desativada, de propriedade de meu pai (ficava em frente à minha residência e era aquela em que eu, quando criança, empurrei café na tulha). Passávamos a madrugada resolvendo exercícios. De tempo em tempo, levantávamos das cadeiras para contemplar o firmamento, a Lua e “esticar os ossos”. Foi uma fase maravilhosa de solidariedade e coleguismo!

A disciplina de Cálculo Diferencial e Integral I, do 1º ano do curso (anual), era aquela em que os colegas mais encontravam dificuldades de aprendizagem (não é diferente, hoje, em todos os cursos de Matemática). Ela foi ministrada pelo saudoso Prof. Dr. Peter Almay, um mestre competente e disciplinador. Percebendo o baixo rendimento da turma, aplicou uma avaliação valendo 11 pontos. Obtive nota 11, só que fiquei com nota 10.

[...]

Passsei em concurso público, como Professor III, conforme DO de 9 de julho de 1976; escolhi a Escola Estadual “Cardeal

Leme” de São José do Rio Preto. Era um sonho de todos os colegas, durante a graduação, serem Professores efetivos da rede estadual de educação. Já no final do curso, o sonho perdeu muita força. Fiz uma visita à direção e aos Professores que ministravam a minha matéria para comunicar-lhes que não tomaria posse, uma vez que decidira seguir a carreira no ensino superior.

Em 1971, com incentivo e apoio do Prof. Dr. Celso Volpe, juntamente com colegas das duas primeiras turmas de Curso, fui ao “8º Colóquio Brasileiro de Matemática”, realizado na cidade de Poços de Caldas-MG. Frequentei cursos, assisti a palestras e conheci de perto matemáticos famosos cujas obras eram adotadas em meu curso.

Talvez o histórico mais completo, desde a visão de um ex-aluno sobre os quatro primeiros anos do curso de Matemática da FAFI, seja o oferecido pelo Prof. Dr. Sebastião Pereira Martins (MARTINS, 2016):

O curso de Licenciatura em Matemática teve seu início no mês de março de 1968, funcionando num prédio localizado na Rua General Glicério, 3947, em SJRP. Em virtude do número de alunos, as aulas eram frequentemente ministradas no auditório. No primeiro dia de aula, o responsável pela criação e implantação do Curso, Prof. Dr. Celso Volpe, passou-nos algumas informações sobre o curso, enfatizando sua árdua e difícil tarefa em constituir um corpo docente qualificado. Havia uma minoria de professores formados em Matemática na cidade e região, e esses já exerciam o magistério em escolas públicas do ensino “primário e secundário”. E, para cobrir esta lacuna, existia um programa do Conselho Federal da Educação (CADES), para que os formados em Pedagogia e interessados em ministrar aulas de Matemática, se submetessem a um exame de proficiência, infelizmente, de avaliação questionável.

Diante desta realidade, o Prof. Dr. Celso Volpe convidou profissionais no ensino superior, da cidade de São Paulo e de outras cidades do nosso Estado, para que pudessem contribuir com o novo curso, ministrando especialmente as disciplinas obrigatórias para o primeiro ano. Todas eram anuais. Recordo-me do nome de alguns dos Professores que ministraram as disciplinas do primeiro ano: Cálculo Diferencial e Integral I, Prof. Celso Volpe; Geometria Analítica e Vetores, Prof. Antônio Assis de Carvalho, docente do curso de Licenciatura de Matemática de Presidente Prudente e que, semanalmente, deslocava-se de lá até SJRP. De avental branco de linho, impecável, com seu sotaque baiano, frente

aos alunos, transmitia-nos os postulados da Geometria Plana com segurança e clareza; Desenho Geométrico e Geometria Descritiva, pelo Prof. Paulo Kawauchi, cujos pais eram japoneses. Dominava muito o assunto e, além de possuir uma didática invejável, demonstrava, por meio de brincadeiras, possuir bom humor; Física Geral e Experimental I, pelo Prof. Eikite Tengnon, também filho de japoneses. Todavia, tinha muita dificuldade de transmitir o assunto, era confuso, não possuía didática e, além disso, usava como metodologia de ensino os livros da coleção PSSC, que fundamentava o aprendizado em experiências de laboratório, incompreensíveis para nós. Sentimo-nos deveras frustrados com suas aulas, pois nossos interesses estavam mais ligados aos fundamentos da Mecânica. As disciplinas de Álgebra Moderna e de Fundamentos de Matemática Elementar, não me recorro neste momento dos nomes dos Professores. Observem que apenas os Professores Volpe e Eikite residiam na cidade, os demais vinham um ou dois dias por semana, ministravam suas aulas e partiam.

Esta constatação prova a grande dificuldade do Prof. Volpe para, em curto prazo, preencher as vagas necessárias e urgentes para que o curso de Licenciatura em Matemática não “morresse em sua origem”. A expectativa criada, no meio educacional, com a criação de um curso de Licenciatura em Matemática, era muito significativa, pois, dada a carência de professores formados, os universitários, mesmo enquanto alunos, eram convidados a assumir aulas no curso secundário. Dos 80 que cursavam o 1º ano, a maioria ingressou logo após terem concluído o 3º ano do Colegial, com o objetivo de aprender bem, não só a Matemática, como também de se tornarem professores da rede oficial de ensino. Por outro lado, havia também, nesse 1º ano de Licenciatura em Matemática, alguns alunos com mais idade, alguns já chefes de família constituída, portanto com outros compromissos de trabalhos já assumidos: bancários, marceneiros e professores atuantes há tempo no ensino público, provavelmente com o registro do CADES.

Como já mencionei acima, a carência de Professores de Matemática era tão gritante nas escolas públicas do País que muitos dos colegas de turma, ainda cursando o 1º ano, assumiram aulas na cidade e na região. Eu mesmo, com três meses de aula, fui convidado a lecionar Física para quatro classes do 1º ano do curso ginasial, no Instituto Pedro Brandão dos Reis, em José Bonifácio; e no ano seguinte, ministrei também aulas de Matemática para alunos do curso Científico (ensino médio), no Instituto de Educação Padre Fidelis, em Tanabi. Para estas funções, por exigências legais, tive de ser

emancipado por meu pai, a fim de obter autorização, pois tinha apenas 19 anos.

Sendo um Professor muito exigente e sério, o Dr. Celso Volpe, mesmo com as dificuldades encontradas para a composição do corpo docente, desde o seu primeiro contato com os alunos, procurou passar um intensivo conteúdo teórico, insistindo que só assim seríamos bons professores. Rejeitava os cadernos de anotações, argumentando que deveríamos entender os conceitos, treinar nosso raciocínio e utilizar bons livros para resolver os exercícios.

Para a maioria dos colegas, especialmente os que enfrentavam uma carga horária de trabalho diária exaustiva, causada pelos compromissos familiares e pela participação às aulas, estudar constituía uma missão quase impossível. Para os mais jovens, que eram mais descompromissados, a tarefa era também árdua por causa da dificuldade em estudar em livros, em sua maioria, muito teóricos e, ainda, em inglês ou em espanhol. E, para aumentar nossas dificuldades, éramos instigados a ministrar aulas nas escolas oficiais, pois isso possibilitaria mais experiência, além de mais recursos para compra de livros.

A disciplina que mais nos dificultava acompanhar o processo de ensino no 1º ano era a de Cálculo Diferencial e Integral, pois embora trabalhássemos apenas no plano, eram-nos apresentados conceitos novos (limites, derivadas, integrais), para os quais não possuíamos base. E para aumentar mais nossas dificuldades, tínhamos como Prof. o exigente Dr. Celso Volpe, que além de intensificar o conteúdo desta disciplina, massacrava nas provas. Assim sendo, poucos eram aprovados em sua disciplina e vários alunos, entre eles eu, tivemos de repeti-la no ano seguinte, pois tínhamos de cumprir a grade curricular anual do curso, ou seja, as disciplinas definidas para o segundo ano e a dependência trazida do primeiro ano. Já no 2º ano, embora o grau de dificuldades das disciplinas aumentasse, passamos a estudar no espaço a n-dimensões, algo irreal, mas que nos possibilitou entender melhor as hipóteses de trabalho, conceitos, como axiomas, e postulados, estes que já faziam parte do nosso novo mundo teórico. Conseqüentemente, a visualização dos resultados já era uma realidade mais palatável e, muitas vezes, encaradas como conquistas, trazendo-nos satisfação e orgulho, especialmente por estarmos em contato com aquele mundo desafiador. Neste mesmo ano, aconteceu algo que nos deixou muito consternados: faleceu um de nossos professores, de nome Avediz.

Ele acumulava aulas na Faculdade de Engenharia da cidade de Barretos, hospedava-se num hotel daquela cidade e

foi encontrado morto num de seus apartamentos. Para o segundo ano, foi contratado um ótimo Prof. Dr. Peter Almay, que trabalhava na PUC da cidade de São Paulo, viajava semanalmente de São Paulo para SJRP, a fim de ministrar a disciplina de Cálculo Diferencial e Integral. Como trazíamos esta disciplina como dependência, cursávamos a mesma com os colegas que haviam ingressado naquele ano.

[...]

No 3º ano, fomos agraciados com a admissão do Prof. Dr. Hygino Hugueros Domingues, que lecionava na PUC de São Paulo, e toda semana vinha para nos ministrar as aulas de Álgebra Linear. Era um profissional de muita competência, talentoso, muito comprometido com a disciplina, dava um show de conhecimento e didática, sem abrir mão de sua seriedade, firmeza e tranquilidade. Era querido, admirado e digno de exemplo para todos os alunos. Quanto ao Prof. Peter, continuou conosco, ensinando-nos Cálculo a invariáveis, era um bom europeu, muito sério, religioso e que procurava transmitir da forma mais profunda possível seus conhecimentos na área de Cálculo.

No 4º ano, tivemos o privilégio de receber como Prof. o Dr. Antônio Espada Filho, transferido da Faculdade de Filosofia de Araraquara, onde lecionava no curso de Matemática. Veio não apenas para ministrar aulas, mas também para assumir o dia a dia do curso. Ele era muito presente e expansivo, contribuindo, positivamente, para nossa formação como professor de Matemática, pois trazia uma rica experiência de ensino, por ter tido a oportunidade de exercer, durante alguns anos, a docência para Professores da rede estadual. Tivemos também como Prof. o Dr. Néelson Leme da Silveira, que vinha de São Paulo, uma vez por semana, para ministrar aulas sobre Séries de Fourier e Transformadas de Laplace. Seu curso foi também muito proveitoso.

Durante esses quatro anos de curso, houve momentos difíceis e momentos gratificantes, especialmente o advindo da convivência construtiva e amigável com os colegas de curso. Nós, os mais jovens, observávamos o esforço e a dedicação de alguns, a extrema dificuldade de outros, a ponto de termos tido alguns que desistiram do curso, em virtude, não só das obrigações assumidas no trabalho, mas, principalmente, pelo rigor no ensino e na avaliação das disciplinas. Houve colegas que se transferiram para uma faculdade particular em Ribeirão Preto para poderem concluir o curso. Tivemos, também, um fato muito triste para todos, no último ano de nossa turma, faleceu, em um acidente automobilístico, uma de nossas queridas colegas, Maria José Polachini. Foi realmente muito consternador para todos nós. Nesta altura, a turma já

era bem menor, pois começamos em 80 e concluímos o curso em 19 estudantes.

O Prof. Dr. Eurípides Alves da Silva que, em seu depoimento, também aponta para os problemas de sobrecarga didática e grande número de alunos por turma, acentua outro aspecto (SILVA, E.; 2016):

As dificuldades que, no final da década de 1960 ainda atingiam os cursos da FAFI, passaram a atingir, naturalmente, o curso de Matemática. Nos primeiros anos subsequentes à sua implantação, era impossível, por exemplo, financiar o afastamento de docentes para centros de pesquisa, ainda que do País (para o exterior, impensável). Nem mesmo se conseguia a contratação de docentes colaboradores titulados (brasileiros ou estrangeiros), a fim de impulsionar as áreas em desenvolvimento no Departamento. Bem menos difícil, porém, era conseguir recursos para a realização de eventos locais (culturais, educacionais, científicos, etc.). Este cenário, no caso da Matemática, só começou a mudar, efetivamente, com o desafio da criação do curso noturno de Licenciatura em Matemática, em 1974, e da própria criação da Unesp, em 1976, e da criação do curso de Bacharelado em Matemática, em 1977.

Há, ainda, no depoimento do Prof. Dr. Eurípides, um trecho que merece destaque por ser uma das poucas referências às animosidades ou atritos desgastantes entre os professores por motivos os mais diversos: marcação de territórios, vaidades, lutas pelo poder, invejas, entre outros (SILVA, E.; 2016):

Sobre o relacionamento entre os professores da FAFI, de um modo geral, incomodava-me perceber, a despeito de minha pouca experiência na época, certos “desencontros político-acadêmicos” entre grupos docentes, especialmente entre profissionais mais antigos, por conta de divergências comuns no ambiente universitário, decorrentes de diferenças de formação acadêmico-pedagógica, de ideologias ou, o que não é de se surpreender, de disputas pela ocupação de poder. Esses desencontros, muitas vezes, ganhavam repercussão nas reuniões da Congregação. Não me esqueço de uma manifestação um tanto estranha que, certa feita, ouvi numa destas reuniões, quando era chefe do Departamento de Matemática. Um dos membros da Congregação, revelando-se “incomodado” (não sei se esta seria a palavra a utilizar) com o interesse da Matemática por manter docentes afastados junto a centros de pesquisa do Brasil e do exterior, assim se

expressou, na ocasião: “Há algo errado aqui. Não sei se na Instituição ou no Departamento de Matemática. Como esse Departamento consegue manter tantos docentes afastados, com tanta frequência?”. Talvez ele ignorasse os esforços despendidos pelos docentes do Departamento, muitas vezes à custa de sacrifícios pessoais, assumindo cargas horárias e compromissos administrativos que os sobrecarregavam, a fim de que os colegas docentes pudessem ser liberados (mediante afastamentos integrais que chegavam há até 4 anos, principalmente para o exterior). Contudo, os Professores do Curso de Matemática procuravam manter-se alheios a estes tais “desencontros”. Talvez, porque nosso curso fosse o caçula (criado em 1968), e, além disso, por duas razões mais. Primeiro porque, durante anos, muitos de nossos Professores vinham de fora, de cidades vizinhas e mesmo de cidades mais distantes, permanecendo por muito pouco tempo na Faculdade. Segundo, porque os demais docentes, contratados em sua maioria a partir de 1972, passavam parte da semana envolvidos com suas pós-graduações, dada a urgência de fazer carreira universitária, a fim de garantir o funcionamento do curso e, claro, a fim de garantir o próprio emprego (frequentando centros de pesquisa, como os de São Carlos, Campinas, São Paulo e até os do Rio de Janeiro).

[...]

Ademais, retomando o assunto “relacionamento entre docentes”, como comentado, eu tinha o foco de minha atenção voltado para a carreira universitária, que se encontrava ainda no início, e, se não fosse por outras razões, pela própria pressão ante a premência de titulação dos professores do curso. (Lembro-me de que, dentre os docentes mais novos de meu Departamento (Matemática Pura), fui o primeiro a concluir o doutorado, em 1982.) A verdade, portanto, era essa: sobrava para nós, os docentes mais novos, pouco tempo para outras atividades que não fossem as de ministrar aulas, com cargas geralmente elevadas, e aquelas inerentes aos nossos programas de pós-graduação. Lembraria, ainda, que, fazendo a pós-graduação em centros de renomado prestígio, como, por exemplo, a USP de São Carlos, a Unicamp e a PUC de São Paulo e do Rio de Janeiro, acabávamos por conquistar relativa independência para atuar, seja como docentes, seja como pesquisadores. (De qualquer forma, “nada era de graça”, como se diz. Nossos programas de pós-graduação eram, e ainda hoje são, extremamente puxados. Especialmente – e de forma compreensível – para nós, egressos da primeira turma do curso, o que exigia intensa dedicação de nossa parte. Lembro-me de que chegamos ao Instituto de Ciências Matemáticas da USP de São Carlos com severas deficiências

em nossa formação, hoje em dia impensáveis para os egressos de um curso de Matemática de uma universidade pública. Entretanto, uma experiência que guardo forte em minha memória e que devo relatar aqui foi descobrir quão privilegiada tinha sido minha formação em algumas áreas, conforme vieram comprovar meu desempenho acadêmico na USP junto às disciplinas de Álgebra Linear e de Topologia Geral, ministradas na FAFI pelo Prof. Hygino, de quem tive a honra de ser aluno nas duas últimas séries do curso, ao longo dos anos de 1970 e 1971.

Tais observações fazem-nos retornar ao depoimento da Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna Maria Musiello, que contém fatos que assim se complementam (MUSIELLO, 2016):

O relacionamento entre os docentes do Departamento parecia, em geral, amistoso, mas tanto a entrevista inicial como o “jogo das salas” indicaram-me que estava havendo uma guerra interna, além de comprovarem que, vivendo na capital ou no interior, não basta ser cientista para conseguir colocar-se acima das pequenas vaidades pessoais. Como disse ironicamente um professor de outra área, referindo-se à sua experiência no ensino: “Há pessoas que fazem uma guerra para decidir quem vai distribuir o papel higiênico”.

Mas os conflitos internos traziam consequências muito diferentes para o Departamento de Psicologia da USP e para o Departamento de Educação da FAFI. No caso da USP, os esforços para provar que a linha teórica de um era superior à linha teórica do outro, eram favoráveis para o Departamento, que podia contar com professores e pesquisadores fortemente motivados para avançar em suas pesquisas. Na FAFI de Rio Preto, ao contrário, a luta era pelo poder. Não havia interesse em fazer brilhar o nome do Departamento de Educação, em multiplicar as pesquisas, em atualizar-se.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Lourdes Gasques, aluna de Letras entre 1967 e 1971, recorda comportamentos semelhantes (GASQUES, 2016):

Como afirmei no início deste relato, se houve algum resquício do movimento político que antecedeu minha chegada à FAFI, eu não o presenciei; ao contrário, sentia-me em um ambiente saudável, de muita pesquisa, de muitos estudos e muito esforço na busca do saber. O que se notava, entretanto, era a rivalidade entre alguns docentes de uma ou outra área, formando grupos distintos, mas que, para nós alunos, ou para mim especificamente, tratava-se de uma disputa pelo saber,

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências

pelos títulos e, conseqüentemente, pelos cargos eletivos. Penso que esse comportamento não tinha nada a ver com a política externa, mas, sim, tudo a ver com a vaidade profissional entre os docentes, mas que não nos atingia.

Essas observações dos Professores Eurípides, Anna Maria e Maria de Lourdes, articulam-se com este relato do Prof. Dr. Celso Volpe sobre o final de seu mandato (VOLPE, 2016):

Quando deixei a direção da FAFI, pretendia ser substituído pelo Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto. Na época, o Prof. Vizotto decidiu apoiar o Prof. Dr. Fahad Moisés Arid, isto é, cederia sua vez para a próxima eleição de Diretor. Isso foi afirmado em minha sala. Havia outro candidato com muito interesse em ser o Diretor da FAFI após o meu afastamento. Era o Prof. Dr. Alexandre Caballero.

# Capítulo 11

## A gestão do Prof. Dr. Fahad Moisés Arid (1975-1979)

Ao Prof. Dr. Celso Volpe sucedeu, como Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, o Prof. Dr. Fahad Moisés Arid, em março de 1975, tendo como Vice-Diretor o Prof. Dr. Luiz Dino Vizotto.

Como o Prof. Dr. Fahad teve papel importante nesse ano de 1975, em que se debateu a criação de um novo sistema de Institutos Isolados, nada melhor que a leitura de seu texto-depoimento, em entrevista ao CEDEM (ARID, 1997 – CEDEM/Unesp):

A partir de 1975, por iniciativa do Secretário da Educação, na época Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, e do Prof. Dr. Luiz Ferreira Marins, então coordenador da CESESP, em face da complexidade do Sistema (SIESESP) e dos embaraços que ele criava para a Secretaria de Educação, propôs-se a transformação do sistema em federação ou em universidade. Nessa época, como Diretor da FAFI de São José do Rio Preto, nomeado em março de 1975, participei de todas as discussões prévias sobre o melhor caminho a tomar.

A Federação foi considerada insuficiente para resolver o futuro do sistema, pois quase nada mudaria em relação ao existente. Todos os diretores, após muitas discussões, aprovaram a proposta de uma universidade multicâmpus, a ser implantada no interior do Estado, mesmo perdendo, cada instituto, sua autonomia e independência (que já haviam perdido, de fato, com a criação da CESESP), para transferir, à nova entidade, essa autonomia centralizada. Essa proposta foi discutida em muitas Faculdades, por iniciativa de seus diretores, que ouviram suas congregações e conselhos. Apesar de numerosas restrições, houve concordância geral pela transformação do sistema isolado em universidade. Discutida a proposta, em seus termos gerais, propôs o governador do Estado ao Conselho Estadual da Educação a criação da

Universidade, chamada de Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, nome dado em homenagem ao ilustre jornalista Júlio de Mesquita Filho, grande batalhador pelo ensino superior em São Paulo e pela Universidade de São Paulo. O Conselho aprovou a proposta, a lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa em outubro daquele ano, e sancionada pelo governador, que assinou o ato de criação em janeiro de 1976. Estava criada a Unesp, com base na lei que regulamentou sua estrutura básica.

Depois de dez meses de gestão do Prof. Dr. Fahad Moisés Arid, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto passou a fazer parte da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Assim sendo, terminava a primeira fase da história dessa Instituição Isolada e começava outra fase sob a denominação de Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, fase que começara a gestar-se no decorrer de 1975, no ventre dos altos escalões governamentais, com o envolvimento da Secretaria de Estado da Educação e da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Os dramas dessa incorporação ocorreriam em 1976.



Prédio do Ibilce: o mesmo que um dia, em 1970, foi ocupado pela FAFI.

# Considerações finais

Duas décadas após ter sido idealizada, em 1957, a FAFI já estava consolidada no Estado de São Paulo como uma prestigiosa instituição pública de ensino superior.

Quais os marcos relevantes desse percurso? Quais fatos permanecem como os mais importantes e quais deles que, embora apagados ou rasurados, mereceram ser trazidos à luz pelos depoimentos aqui prestados ou encaminhados? Esta Comissão acredita que são muitos, dentre os quais destaca:

1. as tentativas de sua criação desde 1953, em nível municipal, até sua estadualização em 1957, com a participação de prefeitos e vereadores, primeiro, e, depois, com a de deputados e governadores. Algumas personalidades destacam-se nesse período: Daud Jorge Simão e Alberto Andaló, de um lado, e Aloysio Nunes Ferreira e Jânio Quadros, do outro;
2. as dificuldades enfrentadas – e superadas com trabalho, criatividade, denodo e aplicação – pelos primeiros professores e primeiras turmas de alunos: estrutura física precária, irregularidade no pagamento de salários, laboratórios incipientes, contratos por indicação e comissionamento;
3. os conflitos ideológicos ou de concepção de ensino superior entre 1962 e 1964 que se corporificaram em dois tipos de tensão: o existente entre professores (os mais conservadores e os mais revolucionários) e o que, como reflexo especular, passou a existir entre a FAFI e a comunidade de São José do Rio Preto;
4. a intervenção promovida pela ditadura militar em 1964 com a prisão de alunos e de professores, alguns dos quais expulsos, com delações espontâneas ou induzidas;
5. o prolongamento, até 1967, dessa intervenção ditatorial sob a forma de uma gestão forânea comandada por um juiz de direito, que se responsabilizou pela gradativa normalização, embora por vezes de forma impositiva, das atividades escolares por

meio da contratação de novos professores em substituição aos expulsos ou aos que se afastaram voluntariamente;

6. a retomada lenta das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, simultaneamente à melhoria das condições de estrutura física e da qualidade docente graças aos doutoramentos e aos estágios no exterior. Desse modo, em 1976, as áreas de Biologia e de Letras e, provavelmente, a de Pedagogia já dispunham de massa crítica para oferta de cursos de pós-graduação em futuro próximo;
7. a escolha dos diretores por imposição política externa, ou seja, pelo governador, ouvidos, nos melhores casos, os prefeitos ou os deputados. Ressalte-se, nestes casos, que o primeiro gestor oriundo dos quadros docentes da FAFI foi o Prof. Dr. Celso Volpe, e o segundo, o Prof. Dr. Fahad Moisés Arid. Ressalte-se também que, com exceção do juiz interventor, os demais diretores eram professores da Universidade de São Paulo;
8. os contratos, com raríssimas exceções, de docentes e servidores técnico-administrativos, praticados por meio de indicações e favores pessoais;
9. a criação dos Cursos de História Natural, de Pedagogia e de Letras, no início da FAFI e, posteriormente, durante a gestão do Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, dos cursos de Matemática e Licenciatura em Ciências e
10. a mudança, para o Jardim Nazareth, da sede da FAFI, em 1970.

Assim, antes de se transformar numa unidade de nova universidade, a FAFI caracterizava-se como um espaço de convivência, com seus atritos interpessoais ou intergrupais – condição inevitável –, mas, como espaço heterogêneo de áreas de conhecimento distintas, espaço este que propicia ou estimula o diálogo e a controvérsia – condições essenciais da cultura superior.

# Referências bibliográficas

AMORIM, Maria Aparecida Vazques Blaz. No interior... Ditadura Militar e Ensino Superior. FAFI/Unesp. (Dissertação de Mestrado). USP. São Paulo. 2009.

ANDRADE, José Aloysio Reis de. Projeto Memória da Universidade – Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo (1923-1926). CEDEM-Unesp. São Paulo. 1995.

ANDRADE, Mário de. Noturno de Belo Horizonte. In: Clan do Jaboti. Poesias Completas. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1966.

ARID, Fahad Moisés. Depoimento em entrevista ao CEDEM. CEDEM-Unesp. São Paulo. 1997.

ATTAB, Zuleika Aum. Reforma universitária: interações conflitantes. Laboratório Editorial Ibilce. Unesp. São José do Rio Preto. 2011.

ATTAB, Zuleika Aum. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

AZEVEDO, Fernando. No alvorecer de uma nova civilização. In: Batalha do Humanismo, aspirações, problemas e perspectivas. p. 295-305. São Paulo. 1967.

AZIZ, Maria José. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

BARCHA, Samir F. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

BICUDO, Hermione E. M. de Campos. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

BOZZANI, Ione Maria Ferrarini. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

BRANDINI, Jarbas Dutra. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

BUGGENHAGEN, Erich Arnold Von. Discurso de Agradecimento pelo título de “Professor Emérito”. Ibilce-Unesp. São José do Rio Preto. 1978.

CAIS, Arif. História da FAFI/Ibilce. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

CAPALDO, Orlene de Lourdes. Recordações. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. Breves Notas para a História do Ibilce. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

CEDEM. Projeto Memória da Universidade. Entrevistado: Aloísio Nunes Ferreira. Entrevistador: Glacyra Lazzari Leite. CEDEM-Unesp. São Paulo. 1993

CÓRIA, Maria Aparecida. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

COSTA SILVA, Adelina Buzini. Relatos de um Viver. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

DAGHLIAN, Carlos. Discurso. FAFI (Ibilce/Unesp), 55 anos. Ibilce/Unesp. São José do Rio Preto. 2012.

DE PAULA, Eurípedes Simões. A Universidade Medieval. Revista História. Separata n.º. 31. USP. São Paulo. 1957.

DI GIORGI, Flávio Vespasiano. Entrevista Apud SILVA, Dóris Accioly. Estudo de Memória Social (Dissertação de Mestrado). FFCL/Unesp. Araraquara. 1995.

DOMINGUES, Hygino Hugueros. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

FERREIRA, Aloísio Nunes: Projeto Memória da Universidade – Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo (1923-1976). CEDEM-Unesp. São Paulo. 1993.

FILHO, Oswaldo de Paula Filho. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

FOSS, Aparecido Rubens. Minha trajetória na Instituição FAFI-Ibilce. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

GARCIA, Júlio Cesar. A Revolução Repudiada. *Jornal Diário da Região*. São José do Rio Preto.

GASQUES, Maria de Lourdes. Trajetória de Minha Vida Acadêmica: Antes, Durante e depois do Ibilce-Unesp. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

HEIMER, Franz Wilhelm. *Processo Crime n.º 183/64*. São José do Rio Preto. 1964.

Ibilce 50 Anos: Histórias e Memórias de sua Gente. THS/Arantes Editora. São José do Rio Preto. 2007.

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS. Laboratório Editorial. Disponível em: <<http://www.ibilce.unesp.br/#!/laboratorio-editorial/>>. Acesso em: 16 de mar. 2016.

LIMA, Alceu Dias. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

LIMA, Maria Cecília Pires Barbosa de. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

LODI, Nilce Aparecida. A Universidade Municipal de São José do Rio Preto: Relembrações. Ibilce 50 Anos: Histórias e Memórias de sua Gente. São José do Rio Preto. 2007.

LODI, Nilce Aparecida. Documentos inéditos sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1ª. parte). Revista HUMANA. FFCL/SJRP. nº. 2. São José do Rio Preto. 1976.

LODI, Nilce Aparecida. Documentos inéditos sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto: origem, desenvolvimento e contribuição (2ª. parte). Revista SAPERE AUDE. FFCL/SJRP. p.1:125. São José do Rio Preto. 1977.

LODI, Nilce Aparecida. Entrevista com Celso Abbade Mourão. Apud AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. São Paulo. 2009.

LODI, Nilce Aparecida. Entrevista com o Prof. Dr. Erich Arnold Von Buggenhagen. O Desenvolvimento das Entidades Universitárias Estaduais de São Paulo, com referência especial à de São José do Rio Preto. Revista INTER-FACIES. Escritos e Documentos, nºs. 31-34. Ibilce. São José do Rio Preto. 1980.

LODI, Nilce Aparecida. Relato de Vida. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

LODI, Nilce Aparecida. Relato: Professor Dr. Erich Arnold Von Buggenhagen - Filósofo foge do nazismo e faz história em São José do Rio Preto. 2008.

MACIEL, Héstia E. Tenfuss: Simplesmente Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

MARTINS, Sebastião Pereira. O Curso de Licenciatura de Matemática da FAFI. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

MIOLA, Laerte. Cenários Histórico, Político e Cultural. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

MUSIELLO, Anna Maria. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

NASCIMENTO, Delalande de Almeida. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

OLIVEIRA, Newton Ramos de. Sapere Aude Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, período 1957-1974 (Dissertação de Mestrado). UFSCar. São Carlos. 1989.

PASSARINI, Zailda de Marchi. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

PIMENTEL, Luiz Antônio. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

REGUEIRA, Pedro Bonilha. O golpe militar de 1964 e sua prisão. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

RODRIGUES, Valdemar Munhoz. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

SALIMON, Lafayette Ibraim. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

SILVA, Antonio Manoel dos Santos. Retrospectiva. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

SILVA, Eurípides Alves da. Uma vida de privilegiada e rica aprendizagem. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

SIMÃO, Daud Jorge. O Projeto da Universidade Municipal. *Jornal O Estudante*. Grêmio do Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves. São José do Rio Preto. Maio de 1955.

TADINI, Wilson Maurício. FAFI-Ibilce, 48 Anos: uma singela fotografia deles e de minha vida. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

TREMURA, Vanderlei Ricardo. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

VIZOTTO, Luiz Dino. De UMURP para Unesp. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.

VOLPE, Celso. Depoimento à Comissão de Resgate da Memória. In: INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS (Unesp). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: depoimentos*. 1. ed. São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 2016.



# Posfácio

A história é vivida uma vez, e contada e recontada ao longo do tempo, ao sabor das necessidades e desejos. A construção da identidade de uma instituição universitária, como a FAFI, é necessariamente um processo coletivo, uma vez que a formação de recursos humanos para a sociedade se faz pela disseminação do saber, organizado em cursos e disciplinas, de forma indissociável do próprio processo de criação e desenvolvimento das fronteiras do conhecimento.

Mais do que um desejo, parece imperioso, como exercício de reflexão e registro desse processo, recontar a história de uma unidade universitária que nasceu, talvez, do sonho visionário de alguns, talvez da necessidade de formação de profissionais qualificados ou mesmo da conveniência de ter acesso a uma universidade “próxima de casa”. Qualquer que tenha sido a razão, do sonho, nasceu uma faculdade municipal em condições materiais absolutamente precárias e que se transformou, após cinquenta e nove anos, em uma unidade de referência nacional em ensino, pesquisa e extensão.

Dada sua natureza, o processo de construção da identidade de uma instituição universitária envolve o embate de ideias antagônicas, de interesses conflitantes, de disputas de grupos pelo poder e por verbas. Se, por um lado, tais conflitos e embates são salutares e necessários para a avaliação crítica e a evolução da própria instituição, nem sempre são resolvidos sem deixar marcas e mágoas profundas, que podem se tornar quase intransponíveis se a solução final for, de alguma forma, imposta.

Neste cenário, em virtude do tempo transcorrido dos fatos, da fragmentação das informações, dos interesses políticos e ideológicos dos autores, entre tantos outros fatores, o exercício de recontar a história pode representar a oportunidade de reabertura de velhas e mal cicatrizadas feridas, inibindo a manifestação de muitos dos atores sobre aquilo que se quer recontar.

Este livro nasceu, ao menos em parte, da constatação de que os trabalhos existentes sobre a trajetória de construção da FAFI, depois estadualizada, e finalmente integrada à Unesp como Ibilce, não esgotavam a riqueza dos fatos e das experiências vividas.

A ideia de escrever um livro sobre a história da instituição não é nova. Na verdade, o primeiro ensaio analítico da experiência vivida na FAFI com a reforma universitária, constituiu a tese de doutorado, da Profa. Dra. Zuleika Aum Attab, intitulada “A experiência universitária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto: 1959-64”, defendida em 1975.

Durante a gestão do Prof. Dr. Wilson Maurício Tadini, em 1997, foi realizado o evento “FAFI-Ibilce: 40 Anos”, com convites especiais aos docentes, funcionários e alunos envolvidos nos quatro primeiros anos da Instituição. Com o sucesso da Direção em conseguir, junto ao Poder Judiciário, a guarda do processo da ditadura militar envolvendo a FAFI, um grupo de docentes sugeriu a redação de um livro acerca da história da Instituição. Como, segundo a Direção, muitas feridas ainda não estavam devidamente cicatrizadas (para se ter uma ideia, a Direção sofreu pressão para não realizar até mesmo o evento dos 40 anos, sob a alegação da falta de clima para tal), foi sugerida a postergação dessa proposta.

Nos anos que se seguiram, ocorreu um forte movimento, no sentido de recuperar a história da FAFI, com vistas à publicação de um livro. Um grupo de docentes se dedicou a levantar documentos e dados necessários, tentativa esta frustrada, em razão da dificuldade em obtê-los. Apesar disso, foram promovidas algumas mesas-redondas, para discussão do tema durante o evento de comemoração dos 45 anos da FAFI-Ibilce.

Cinco anos mais tarde, nova tentativa teve desfecho muito similar, em função da dificuldade em obter depoimentos dos participantes daqueles anos iniciais.

Nova oportunidade surgiu com o lançamento do livro “Reformas Universitárias: Interações conflitantes”, da Profa. Dra. Zuleika Aum Attab, pelo Laboratório Editorial (Ibilce/Unesp), em 2011, como parte das atividades da solenidade de transmissão de posse dos cargos de diretor e vice-diretor, gestão de 2011-2015. Na ocasião, surgiu a ideia de se resgatar a história da Instituição, iniciando-se pelo período da FAFI. A partir disso, constituiu-se a *Comissão de Resgate da Memória* (FAFI/Ibilce), inicialmente contando com a participação de docentes aposentados e não aposentados, sob a coordenação da Profa. Zuleika. Fruto do trabalho, nasce uma obra que, mais que um relatório das atividades, compõe uma leitura guiada e articulada de depoimentos colhidos e entrevistas realizadas.

A estruturação e redação inicial do livro foi realizada pelo Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva, com a participação dos membros, por meio de leituras, sugestões e revisões, quando necessárias. Faz parte também do livro, o conjunto dos textos dos depoimentos dos entrevistados,

apresentado em formato eletrônico e encontrados no *site* do *Laboratório Editorial do Ibilce*, assim como na página do *Museu Virtual do Ibilce*.

O livro, cuidadosamente elaborado, possibilita uma leitura dinâmica e envolvente dos aspectos mais expressivos revelados nos depoimentos, dos quais várias citações são destacadas, sendo quase impossível não ler a obra do começo ao fim, “em uma só sentada”.

As divergências e os conflitos nele retratados nos levam a refletir acerca da relação ensino e universidade versus interesses políticos, religiosos e sociais, evidenciando a influência, naquela época, por parte de um pequeno grupo da sociedade, em seu desenvolvimento, ou coibição dele. Embora, ainda haja, em nossa sociedade, conflitos de interesses e tentativas de tolher o caminho rumo ao ensino e à educação emancipadora, que questiona os problemas e as injustiças que ocorrem em nossa sociedade, nota-se que esse movimento tem ocorrido de forma mais tênue, graças à luta de todos aqueles que trabalham em instituições de ensino como esta.

Notadamente, vale ressaltar também a importância do relato a respeito do golpe militar, cujas atrocidades e violências cometidas naquele momento igualmente permearam nossa Instituição. Apesar de os relatos sobre a ditadura militar no Brasil não serem novidade para as últimas gerações de alunos, docentes e demais membros da comunidade, a história aqui descrita ilustra que professores e funcionários deste Instituto, infelizmente, fizeram parte desta história de tortura, medo e incertezas, mas que, no entanto, evidencia que muitos lutaram para fazer com que nossa liberdade de expressão prevalecesse, a fim de que, hoje, possamos alcançar um melhor ideal de educação e ensino. Ademais, tudo é descrito sob a ótica de diversos professores, funcionários e alunos, mostrando-nos as diversas facetas da ditadura naquele período histórico em São José do Rio Preto e dentro desta Instituição.

Seguramente, a história aqui relatada não tem a pretensão de ser definitiva, no que concerne ao resgate da memória da FAFI/Ibilce. Permitirá, contudo, que o leitor, por meio do resgate histórico escrito e oral do período de 1949 a 1976, avalie os esforços, a obstinação, os compromissos, as angústias, as visões de ensino superior, os conflitos e antagonismos, presentes no processo de construção dos alicerces do Instituto que conhecemos hoje. Também possibilitará ao leitor uma viagem ao tempo, a fim de que possa vivenciar uma época de cidadãos que, conforme mencionamos, vislumbravam uma universidade de destaque para o futuro da cidade de São José do Rio Preto e região.

O Laboratório Editorial, ao ser contatado para participar da publicação desta obra, reconheceu a necessidade de sua divulgação por meio de texto

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI: uma história de conquistas e divergências

impresso e *on-line*, bem como enalteceu a relevância da referida obra, não somente para a comunidade de São José do Rio Preto de modo geral, mas também para a comunidade interna deste Instituto, que efetivamente carecia desta publicação. Muitos de nossos alunos, bem como professores que fazem parte do quadro docente dos últimos anos, não têm conhecimento pleno de como foi o nascimento e a trajetória de nosso Instituto. Além disso, o resgate de sua memória faz-se necessário, para que compreendamos sua complexa natureza, sua força no enfrentamento, no que diz respeito à sua criação, estruturação e seu funcionamento, assim como reconheçamos sua importância na incansável perpetuação da cultura e do ensino, abrangendo uma grande região do Estado de São Paulo.

**Prof. Dr. José Roberto Ruggiero**

*Diretor do Ibilce/Unesp (Gestão 2011-2015)*

**Profa. Dra. Maria Tercília Vilela Azeredo Oliveira**

*Diretora do Ibilce/Unesp (Gestão 2015-2019)*

**Profa. Dra. Adriane Orenha Ottaiano**

*Presidente do Laboratório Editorial Ibilce/Unesp (2013-2015)*







